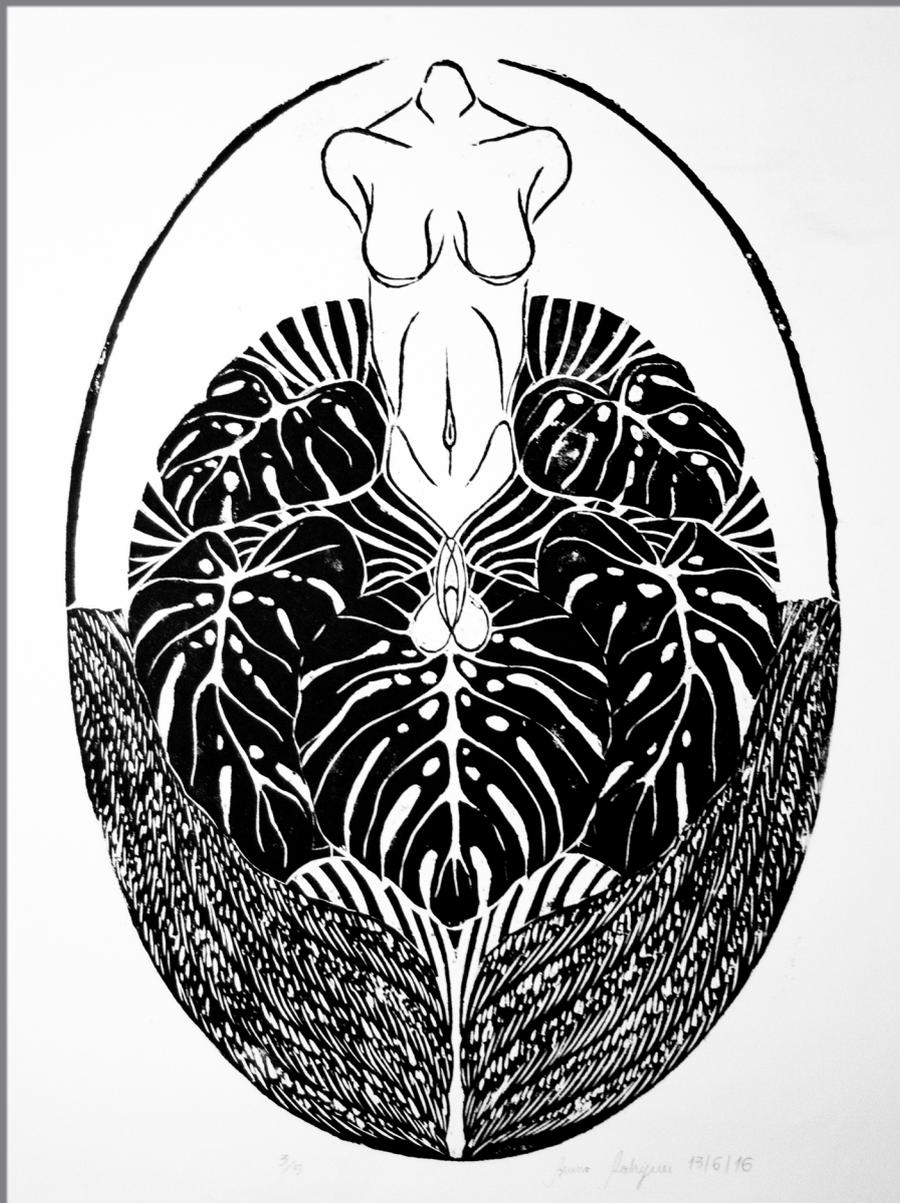


ÁSKESIS

revista dxs discentes
do programa de pós-graduação
em sociologia da UFSCar



v. 7 | n. 1

Janeiro / Junho
2018

Áskesis: Revista dxs Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Volume 7 | Número 1

Janeiro / Junho de 2018

ISSN 2238-3069

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados da imagem da capa

Autor: Bruno Oller

Obra: Transmutações naturais

Ano: 2016

Diagramação

Diego Polacchini

Universidade Federal de São Carlos

Reitora

Profa. Dra. Wanda Hoffmann

Vice-reitor

Prof. Dr. Walter Libardi

Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH):

Diretora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenador: Rodrigo Constante Martins

Vice-Coordenador: Fábio José Bechara Sanchez

Comitê Editorial

Beatriz Patriota

Editora-gerente. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Luiz Henrique Miguel

Editor-gerente. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Organizadores do Dossiê - v. 7, n. 1 (2018)

Luiz Henrique Miguel

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Beatriz Patriota

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Desenvolvimento Web

Rodrigo Casaut Melhado

Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain/Centre de Sociologie Européenne – Paris); Alice Anabuki Plancherel (Universidade Federal de Alagoas – Brasil); Anibal Quijano (Binghamton University – Nova York); Aristoteles Barcelos Neto (University of East Anglia – Reino Unido); Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil); Bernard Lahire (École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines – Lyon); Daniel Cefaï (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre D'etude des Mouvements Sociaux – Paris); Ethel Volfzon Kosminsky (Queens College/CUNY – USA); Gisele Rocha Cortes (Universidade Federal da Paraíba – Brasil); Jacob Carlos Lima (Universidade Federal de São Carlos – Brasil); John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional – Brasil); José Lindomar Coelho Albuquerque (Universidade Federal de São Paulo – Brasil); Jose Maria Valcuende del Rio (Universidad Pablo de Olavide de Sevilla/Espanha); Lucas Cid Gigante (Universidade Federal de Alfenas); Lucila Scavone (Universidade Estadual Paulista Brasil); Lucio Oliver (Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM México); Luiz Antonio Machado da Silva (Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil); Márcia Ochoa (University of Califórnia – Santa Cruz); Maria da Gloria Bonelli (Universidade Federal de São Carlos – Brasil); Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil); Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná – Brasil); Miriam Cristina Marcillio Ribeiro (Universidade Federal da Bahia – Brasil); Odaci Luiz Coradini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil); Paulo Sergio Peres (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil); Paulo Tavares (Goldsmiths College – Londres); Simone Bateman (Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS – França); Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil); Sílvia Portugal (Universidade de Coimbra); Vera Telles (Universidade de São Paulo – Brasil); Veronica Gimenez Béliveau (Universidad de Buenos Aires/Argentina).

Apoio

Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (ProPG-UFSCar)

Endereço

Áskesis Rod. Whashington Luís 235. -
Monjolinho. 13565-905 - Sao Carlos, SP - Brasil -
Caixa-postal: 676

Apresentação

Tensões e distensões: corpos, corporalidades e subjetividades Beatriz Patriota e Luiz Henrique Miguel.....	5
--	---

Dossiê

Corpos atléticos e força bruta: a dicotomia corporal racializada na supremacia branca esportiva Marcio Antonio Tralci Filho	7
Masculinidades performativas no contexto escolar: entre regulações, tensões e subversões Paulo Melgaço da Silva Júnior, Leandro Teofilo de Brito.....	26
Performance-art e nudez: Reflexões interdisciplinares sobre a recepção da obra de arte Andressa Rodrigues dos Santos, Vanessa Séves Deister Sousa.....	39
Dos consultórios às delegacias: o corpo travesti no cinema da boca do lixo paulistana Dionys Melo dos Santos.....	51
Masculinidades em Aplicativos de Encontros Gays: Análise da Negociação das Masculinidades e da Auto-Representação dos Corpos Rafael Ferraz Baptista.....	68
As complexidades de Josephine Baker: a arte e o corpo como recursos representacionais eficientes Hasani Santos.....	79

Ensaio

Racionais Cronistas Urbanos: intersecções entre trajetórias e música Matheus Caracho Nunes.....	93
---	----

Entrevista

Moda, corpo e modificações corporais: uma entrevista com Beatriz Ferreira Pires Beatriz Patriota.....	102
---	-----

Relato de pesquisa

Sociabilidades em negociação: sobre raça, gênero e masculinidades na periferia urbana de São Carlos/ SP Thalles Vichiato Breda.....	105
---	-----

Artigos

A produção de indicadores sociais no contexto neoliberal: o caso do Programa Minha Casa Minha Vida

Thalles Vichiato Breda.....117

Raízes fenomenológicas da sociologia da religião de Peter Berger

Emmanuel Ramalho.....132

Resenha

Antropologia e sociologia das emoções no Brasil: uma resenha

Aristides Ariel Bernardo.....142



Tensões e Distensões: corpos, corporalidades e subjetividades

O dossiê “Tensões e Distensões: corpos, corporalidades e subjetividades” foi organizado pelos discentes Beatriz Patriota e Luiz Henrique Miguel do curso de Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, integrantes do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Entretenimento e Corpo, liderado pelo Prof. Dr. Jorge Leite Júnior.

A proposta do dossiê é abordar a centralidade do corpo nas discussões sociológicas contemporâneas, que mostra-se fundamental para entender de que forma estes corpos interagem com os diferentes espaços, saberes, sociabilidades e políticas. Pensar o corpo como objeto de estudo é abrir espaço para um conjunto de múltiplas acepções e disciplinas que discutiram e discutem esta temática.

Com eixo temático de corpos, corporalidades e subjetividades, a proposta deste dossiê é aprofundar e disseminar as discussões sobre as tensões e distensões na construção dos corpos por meio de próteses, da sexualidade, do gênero, performatividades, racialização, política públicas, *body modification*, esportes, entretenimento, deficiências, envelhecimento e afetos, entre outros temas.

Os artigos reunidos trazem diversas dimensões, discussões, abordagens teóricas e metodologias sobre corpo na Sociologia e nas Ciências Sociais.

Em *Corpos atléticos e força bruta: a dicotomia corporal racializada na supremacia branca esportiva*, de Marcio Antonio Tralci Filho, há uma análise sobre o papel das práticas esportivas na consolidação dos ideais de superioridade racial branca no projeto de modernidade europeia e no colonialismo. O pesquisador apresenta reflexões sobre corpos racializados e práticas colonialistas no esporte.

No artigo *Masculinidades em Aplicativos de Encontros Gays: Análise da Negociação das Masculinidades e da Auto-Representação dos Corpos*, Rafael Ferraz Baptista investigou as representações que homens gays fazem de si próprios, a partir da observação de seus perfis divulgados em dois aplicativos de encontros. Para pensar tipos de masculinidades e formas de representação de si e de seus corpos.

Dionys Melo dos Santos, em *Dos consultórios às delegacias: o corpo travesti no cinema da Boca do Lixo paulistana*, analisa por meio do método comparativo o processo de representação das travestis e transexuais dentro do ciclo cinematográfico da boca do lixo paulistana a partir dos primeiros filmes que apresentam cenas de sexo explícito com atrizes travestis no Brasil.

Em *Performance-art e nudez: reflexões interdisciplinares sobre a recepção da obra de arte*, Andressa Rodrigues dos Santos e Vanessa Seves Deister de Sousa, trabalham a questão da nudez artística a partir da recepção do público e da crítica de *performances* que acompanharam.



Paulo Melgaço da Silva Júnior e Leandro Teófilo de Brito, em *Masculinidades performáticas no contexto escolar: entre regulações, tensões e subversões*, problematizam as narrativas de jovens adolescentes no contexto escolar sobre os sentidos das masculinidades, como performance. Surgem discursos múltiplos e divergentes sobre os significados de “ser homem” no contexto escolar.

As complexidades de Josephine Baker: a arte e o corpo como recursos representacionais eficientes, de Hasani E. dos Santos, busca trazer a relevância sociológica do corpo dentro das formações discursivas, relações de poder e de tensão colonialista a partir da produção da atriz e artista Josephine Baker.

O relato de pesquisa *Sociabilidades em negociação: sobre raça, gênero e masculinidades na periferia urbana de São Carlos/ SP*, de Thalles Vichiato Breda, traz situações vivenciadas durante sua pesquisa de Mestrado, intitulada *Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social: agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP*, e reflexões de como seu corpo e sua subjetividade se tornaram foco de olhares durante o campo e como os corpos e as subjetividades dos envolvidos eram percebidas entre eles.

No ensaio *Racionais Cronistas Urbanos: intersecções entre trajetórias e música*, de Matheus Caracho Nunes, o pesquisador analisa sua infância e de seus amigos em conexão com as músicas dos Racionais Mc's, focando na trajetória de uma família negra e pobre, para compreender como as letras e músicas dos Racionais Mc's dialogam com a vida de pessoas de diferentes lugares e gerações.

Em *Moda, corpo e modificações corporais: uma entrevista com Beatriz Ferreira Pires*, somos levados a conhecer um pouco mais sobre a professora e pesquisadora Beatriz Ferreira Pires e seu campo de estudo.

Além do Dossiê, esse volume conta com dois artigos de seção livre que foram selecionados pelo fluxo contínuo. Thalles Vichiato Breda, no artigo *Programa Minha Casa Minha Vida: a produção de indicadores sociais no contexto neoliberal*, discute a produção dos indicadores habitacionais no contexto do “Lulismo” (2003-2016) e das mudanças políticas e econômicas no Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988, e do alinhamento neoliberal, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (2009) e da produção dos indicadores habitacionais. Emmanuel Ramalho, em *Raízes fenomenológicas da sociologia da religião*, aprofunda os aspectos fenomenológicos da teoria sociológica sobre religião de Peter Berger, analisando suas raízes e influências para entender sua produção teórica e metodológica.

Contamos também com a resenha *Antropologia e sociologia das emoções no Brasil: uma resenha*, escrita por Aristides Ariel Bernardo, do livro *Da subjetividade às emoções: A antropologia e a sociologia das emoções no Brasil*, de Mauro Guilherme Pinheiro Koury e B Raoni Borge Barbosa. O livro trata as emoções como uma teia de sentimentos criados no processo intersubjetivo, sendo parte simultaneamente da cultura objetiva, incluindo formas sociais, e da cultura subjetiva, e seus conteúdos sociais.

Boa leitura!



Corpos atléticos e força bruta: a dicotomia corporal racializada na supremacia branca esportiva

Athletic bodies and brute force: the racialized corporal dichotomy in the sport white supremacy

Marcio Antonio Tralci Filho¹

Resumo

Esse ensaio faz uma análise sobre o papel das práticas esportivas na consolidação dos ideais de superioridade racial branca pensados pelo projeto de modernidade europeia e operacionalizados pelo colonialismo, bem como suas repercussões nas considerações sobre corpos racializados. Para tanto, foram utilizados referenciais teóricos da filosofia africana e afrodiaspórica contemporânea, bem como escritores que buscaram, sob o escopo da psicologia, analisar as repercussões corporais da supremacia branca. A partir desse panorama, foi possível estabelecer uma crítica ao projeto racial da modernidade e sua relação com a instituição do esporte moderno, principalmente a partir da constituição do Olimpismo como prática colonialista, baseada em análises de textos escritos por seu fundador. Por fim, é proposta uma categoria analítica relacionada a esse contexto: a “*dicotomia corporal racializada*”.

Palavras-chave: Filosofia; Racismo; Esporte; Modernidade; Colonização.

Abstract

This essay analyzes the role of sporting practices in the consolidation of the ideals of white racial superiority thought by the project of European modernity and operationalized by colonialism, as well as its repercussions on considerations about racialized bodies. To this end, theoretical references of contemporary African and Afro-Diasporic philosophy were used, as well as writers who sought, from the scope of psychology, to analyze the bodily repercussions of white supremacy. From this perspective, it was possible to establish a critique of the racial project of modernity and its relation to the institution of modern sport, mainly from the constitution of Olympism as a colonialist practice, based on analyzes of texts written by its founder. Finally, an analytical category related to this context is proposed: the “*racialized corporal dichotomy*”.

Keywords: Philosophy; Racism; Sport; Modernity; Colonization

1 Esse texto é fruto de pesquisa que contou com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



Introdução

O fenômeno esportivo tal qual conhecemos atualmente, a despeito de práticas corporais semelhantes originárias desde a antiguidade e em diversas civilizações, é uma criação da modernidade e estabelece relações próximas com o processo de colonização europeia na África, América e Ásia. No cerne dessa relação estão os olhares que o pensamento ocidental lançou sobre as corporeidades, a razão (ou a suposta ausência dela) e a autonomia dos povos não europeus. Olhares estes que construíram tanto a visão sobre o que consideravam como “outro”, mas, principalmente, a visão sobre si próprios e as decorrentes justificativas para a empreitada colonial.

Antes de prosseguir, é importante destacar que a referência ao “esporte” aqui realizada é feita para práticas institucionalizadas que giram em torno do profissionalismo e estão organizadas a partir da lógica do espetáculo esportivo. Não se desconsidera que existam práticas corporais desenvolvidas em outros contextos ou ainda as diversas formas de apropriação do esporte que, de certa maneira, o subvertem, como, por exemplo, certas manifestações do futebol de várzea e do basquete de rua. Contudo, quando o objetivo é investigar os discursos que aproximam os processos de racialização e as práticas esportivas, a constituição do esporte moderno europeu tem muito a revelar.

Desse modo, esse ensaio, que se estrutura em três sessões intituladas “Modernidade e Racialização”, “Esporte moderno, Olimpismo e Colonialismo” e “Dicotomia Corporal Racializada”, pretende evidenciar como o discurso da modernidade e do colonialismo foram mobilizados para construir os mitos da superioridade racial branca e suas repercussões sobre o ser humano, o corpo e as práticas esportivas.

Modernidade e racialização

Desde a década de 1960, a referência às práticas esportivas contemporâneas tem sido denominada como “esporte moderno”, em grande parte devido às contribuições acadêmicas dos sociólogos Norbert Elias e Eric Dunning, reunidas no livro *Em busca da excitação* (ELIAS e DUNNING, 1992). Nele, os autores se propuseram a caracterizar o esporte moderno enquanto instituição que acompanhou o “processo civilizador”, conceito também desenvolvido por Elias, e que o diferenciou das práticas corporais populares até então manifestadas no continente europeu. Esse processo é denominado “esportivização” (ELIAS e DUNNING, 1992).

Nesse sentido, mais do que apontar para uma oposição entre o antigo e o novo (MARTINS e ALTMANN, 2007), o que chama atenção na denominação “esporte moderno” é a segunda palavra da locução. Se a modernidade marcou a história como a Era que elevou a racionalização como aspecto central da organização da vida, a esportivização é a sua face nas práticas corporais, uma vez que visou à *racionalização* das práticas e jogos populares.

A modernidade, por sua vez, é um projeto de âmbito global, decorrente da exploração do mundo pela Europa, e com uma ideologia que visava dar sustentação a essa empreitada. Trata-se do projeto de expansão europeu sem limites a partir do final do século XVIII que resultou no imperialismo do século XIX. É fruto do poder despótico que a Europa só exerce em quem não considera como iguais. Assim, é forjada em um contexto de despotismo externo e busca por um governo representativo interno (MBEMBE, 2014). Nesse percurso, a invenção do que era “ser humano”, quais critérios definiam certos povos como



pertencentes à humanidade e quais eram os benefícios advindos de tal pertencimento foram o cerne das inquietações filosóficas.

Para fundamentar seu poder, a Europa construiu mitos enquanto centro da razão e da verdade da humanidade. Alegou para si a invenção do direito, da civilização e da política (MBEMBE, 2014). Constituiu-se como centro da humanidade a partir da oposição direta com o “resto” (MORE, 1996). O “resto” é no máximo visto como “existência objetual”, sendo o africano, o objeto máximo.

O filósofo sul-africano Mabogo More, em um artigo sobre a autoimagem logocêntrica da filosofia europeia e o seu papel na deslegitimação da filosofia africana (MORE, 1996), estabelece brevemente um panorama, que apresento a seguir, sobre a questão da racionalidade e humanidade na filosofia europeia.

As inquietações a respeito do que seria o humano são um dos temas centrais da filosofia desenvolvida na Europa. A natureza humana seria definida como os atributos permanentemente necessários para que um ser humano seja considerado como tal. Consequentemente, a ausência desses atributos permitiria afirmar o oposto, de tal modo que o que é evidenciado como naturalmente humano previne o ser humano de ser qualquer outra coisa.

Já na antiguidade grega, Heráclito postulava que a razão pertenceria a todos os seres humanos. Platão apontava para a superioridade da razão sobre os sentidos e que os governantes a adquiririam com o conhecimento. Aristóteles, por sua vez, vinculou racionalidade e poder, pois, ao afirmar o ser humano como um ser racional, concluiu que aqueles que não atenderiam ao critério da racionalidade seriam consequentemente escravos. A dominação dos não humanos, nesse sentido da racionalidade, seria uma condição natural.

A base teológica da filosofia ocidental seguiu a mesma linha: provar a existência de Deus com base na racionalidade. Tomás de Aquino, influenciado por Aristóteles, hierarquizou a existência com Deus no topo e dele descendendo as outras formas de existência, do racional para o irracional. Humanos ocupariam o posto da racionalidade, logo abaixo dos anjos e acima dos animais e vegetais. Além disso, é também a partir de Aquino que a racionalidade começou a expressar uma moralidade: se Deus representava a manifestação máxima da moral, os seres racionais, por estarem mais próximos deste, eram moralmente mais valiosos.

Também com base em Aristóteles, René Descartes atualizou a racionalidade para o seu conceito moderno: o ser humano é definido como um ser que pensa, ou seja, o pensamento é a base da humanidade. O empirismo de John Locke segue a mesma base do racionalismo cartesiano. Para ele, a liberdade humana é compartilhada por aqueles que possuem igualmente a racionalidade. Em contrapartida, o comportamento irracional deveria ser mantido na servidão. É a partir daí que a liberdade, junto com a racionalidade, passa a integrar os atributos da natureza humana.

Esses filósofos forneceram os fundamentos para o Iluminismo e estão expressos no pensamento kantiano. Para Immanuel Kant, a razão é o critério supremo de validade. A racionalidade ocupa lugar central em sua concepção de bondade e moralidade. Sua filosofia da moral é um exemplo da racionalidade como fundamento da moralidade.

Friedrich Hegel, apesar de discordar das teorias da moral de Kant, sustenta que a racionalidade e a liberdade constituem a natureza, a sociedade e a história humanas. É também o primeiro filósofo a conectar o Iluminismo à racionalidade. É a partir de Hegel que a modernidade e a racionalidade se revelarão contaminadas com traços etnocêntricos, racistas e sexistas.

Contudo, outros filósofos europeus já haviam construído bases para a consolidação



dos pressupostos que posteriormente seriam utilizados como justificativa para o colonialismo. Tais filósofos, assim como Hegel, não estão nas notas de rodapé da história da filosofia ocidental, mas foram os pensadores centrais do Iluminismo. Como já exposto, essa relação entre os filósofos do Iluminismo e o colonialismo, não ocorreu ao acaso.

Montesquieu, por exemplo, avaliava que o clima seria um fator que diferenciaria as raças humanas, sendo o branco a raça original e todas as outras degenerescências desta, devendo, portanto, serem reestabelecidas. Também afirmava de maneira taxativa, em *O Espírito das Leis* de 1748, texto inspirador da Revolução Francesa e da ciência política moderna, que os negros não poderiam ser considerados humanos.

Entretanto, ainda não havia explicações sobre as causas dessa hierarquia. Voltaire é um dos primeiros a apontar um suposto motivo: a ausência de racionalidade. Também é pioneiro em justificar a sub-humanidade a partir de critérios naturais de inferioridade intelectual. Voltaire se utiliza de critérios taxonômicos da biologia para afirmar que os negros não seriam capazes de aplicar e associar ideias e não seriam informados pela filosofia.

Já David Hume é notoriamente reconhecido por seus posicionamentos racistas. Em nota de rodapé da coletânea *Ensaio Morais, Políticos e Literários*, publicados pela primeira vez em 1742, comentando, tal qual Montesquieu, sobre a influência do clima na diferença entre os povos, Hume defende que os europeus (brancos) seriam naturalmente superiores aos africanos (negros): em suas palavras, mesmo os brancos mais bárbaros produziram artefatos culturais e científicos mais prolíficos que todos os povos negros.

O pensamento de Hume sobre a naturalização da hierarquia racial, ainda que pouco desenvolvido, foi prescritivo para outros filósofos europeus, como o já citado Kant. Este, por sua vez, dá como argumento de prova para a superioridade branca que, por mais que sejam libertos da escravidão, os africanos não produziram ciência e arte como os brancos, ao passo que seria muito comum os brancos das “classes inferiores” atingirem grandes feitos artísticos e científicos. Assim, o universalismo de Kant e, por consequência, do Iluminismo, é um “universalismo particularizado”, pois rejeita a humanidade ao opor a racionalidade e os povos africanos (MORE, 1997, p. 114). A generalização dos conceitos de racionalidade, moralidade, civilidade, era, portanto, restrita àqueles que teorizavam sobre elas, ou seja, homens brancos.

Desse modo, o Iluminismo construiu concepções racializadas de povos não brancos que faziam uma correlação entre características físicas e qualidades morais. Da Era das classificações – o Iluminismo de base racionalista – decorre a da hierarquização e a da consideração de pessoas e culturas como encerradas em si mesmas, pois “[...] uma vez identificados e classificados os gêneros, as espécies e as raças nada resta senão indicar através de que diferenças eles se distinguem uns dos outros” (MBEMBE, 2014, p. 38).

É nesse sentido que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2014) caracteriza esse processo histórico como o marco inicial de uma das facetas do que denominou como “razão negra”: o conjunto de práticas discursivas sobre África e os africanos que tem como base a fabulação e seu ápice na modernidade. É um sistema de narrativas pretensamente conhecedoras que carece de uma constante reinvenção para se sustentar. Ao se referir a “fabulações”, Mbembe (2014) aponta para a aparente contradição na qual, mesmo com o intuito de construir realidades objetivas, a partir do racionalismo, o discurso europeu o fez sobre imaginações e fantasias sobre África.

Essa faceta da “razão negra” se pautava na necessidade da consciência ocidental de situar o Negro² em oposição a si, autoconsiderada o centro da humanidade. A “consciên-

2 Mbembe (2014) menciona “Negro” com letra maiúscula para se referir à construção discursiva europeia que aprisiona a diversidade dos povos que ocupam o território africano. Do mesmo modo, posteriormente



cia ocidental do Negro” opera no sentido de buscar subsídios para delimitar a separação entre instinto animal e razão humana (MBEMBE, 2014). Deslocando tudo o que suscita medo no ocidente, ou seja, tudo o que é da ordem do animalesco, do brutal e, em última instância, tudo o que é corpo para os povos africanos, o discurso branco-europeu os circunscrevem como “perigo biológico” (FANON, 2008).

Mills (1997), também sob a perspectiva da filosofia, mas pensando nas implicações para as ciências políticas, afirma que o projeto da modernidade europeia tem por objetivo o estabelecimento de uma supremacia branca global e que, para tanto, se baseou em um “contrato racial”. O contrato racial é um acordo que estabelece a divisão do mundo entre brancos e não brancos e, diferentemente do “contrato social”, não é consensual entre seus membros, pois se trata de uma imposição dos primeiros sobre os segundos. A raça não é, portanto, um desvio do Humanismo Iluminista Europeu, mas um elemento fundamental para compreender suas concepções; o contrato racial revela, portanto, a verdade do contrato social. Em suas palavras (MILLS, 1997, p. 27), “humanismo europeu significa que somente os europeus são humanos”.

Assim, o contrato racial, criando uma “psicologia moral racializada” (MILLS, 1997, p. 93) fornece uma “epistemologia invertida, uma epistemologia da ignorância”, uma vez que produz, a partir de critérios falsamente objetivos, mas social e psicologicamente funcionais, “o resultado irônico de que os brancos em geral não conseguirão entender o mundo que eles mesmos criaram” (MILLS, 1997, p. 18).

A formação da “epistemologia da ignorância” (MILLS, 1997, p. 18) não ocorre tanto em função das problemáticas fontes das informações fornecidas por exploradores e missionários ou mesmo pelo desconhecimento de modelos de racionalidade de outros sistemas de interpretação de mundo (MORE, 1996). O não reconhecimento de uma outra racionalidade ou a suspeita em relação aos relatos dos viajantes era irrelevante diante do fato mais preponderante para os filósofos iluministas: os povos africanos não são europeus, logo, não operam a partir da racionalidade formal. Embora essa seja uma falácia argumentativa, não é contraditório com o arcabouço filosófico desses pensadores.

O outro do par é marginalizado e desvalorizado: os não europeus. Isso se expressa na associação que Hume, Kant e Hegel fazem dos africanos à natureza, ao selvagem, subdesenvolvido, à força corporal, sensualidade, paixão, falta de autocontrole, etc. Há um jogo de opostos ao afirmar que os africanos são “físicos”: falta-lhes a razão (MORE, 1996).

Assim, apesar de ser somente no século XIX que o discurso biológico de raça se institucionaliza na ciência, no colonialismo uma noção biológica protocientífica de raça e o discurso de raça como catalisador e resposta ao problema da dominação e submissão e da política de matar ou deixar sobreviver – ao que Mbembe (2003) denomina como necropolítica –, aparecem com força (MBEMBE, 2014).

A constituição do pensamento ocidental, seu momento gregário, se dá com a simplificação do que enxerga no outro; se desligará da necessidade de conhecer a fundo o “objeto”. A afirmação de si, através do colonialismo, é o seu principal objetivo (MBEMBE, 2014). Em última instância, o discurso sobre o não europeu dizia mais a respeito dos próprios europeus. O discurso da supremacia branca assegura, portanto, a superioridade jurídica e moral das pessoas brancas em explorar os corpos e os territórios das pessoas não brancas (MILLS, 1997).

É nesse sentido que, com uma leitura fanoniana, Mbembe (2014) afirma que o Negro é uma criação do Branco. Entretanto, avança ao considerar que o Branco também é uma

se referirá ao “Branco” como também uma figura discursiva do ocidente, para se referir a si mesmo, e que se beneficia desse aprisionamento.



invenção, uma imaginação do ocidente. O Branco ganha estatuto de detentor de direitos e explorador do trabalho de não brancos no início do capitalismo, no século XVII, período no qual se enfatiza a racialização da figura do escravo. É nesse ponto que reside a força da fantasia da racialização. Fantasia esta compreendida como:

[...] o cunho de um modo de estar ocidental no mundo, de uma determinada figura de brutalidade e crueldade, de uma forma singular de predação e de uma capacidade desigual de submissão e de exploração de povos estrangeiros (MBEMBE, 2014, p. 87).

A construção da racialização como discurso filosófico-científico da modernidade foi elaborada tendo em vista a necessidade de distinguir a servidão branca da servidão negra que inicialmente não era tão bem definida racialmente. Para isso, foi necessária a criação de discursos e tecnologias para o convencimento dos brancos sobre a fantasia de superioridade, a transformação disso em senso comum e o posterior desejo e fascínio por ela. “Pois só quando a crença se torna desejo e fascinação, impressionante para uns e com dividendo para outros, pode operar como força autônoma e interiorizada” (MBEMBE, 2014, p. 87).

Mbembe (2014, p. 87), por sua vez, explicita as consequências do que define como fantasia do Branco:

Essa violência estrutural e a sua contribuição para uma profundamente desigual redistribuição dos recursos da vida e dos privilégios da cidadania a uma escala planetária vão conferir à fantasia do Branco uma parte do seu bem-estar – ao que é preciso acrescentar as proezas técnicas e científicas, as criações da mente, as formas de organização da vida política relativamente disciplinadas, pelo menos aparentemente, e, quando houve necessidade, a crueldade desmedida e, como já dissera Aimé Césaire, uma propensão irracional para assassinar.

Desse modo, é possível cogitar que a “luta de raças” precede e prescreve a “luta de classes” no contexto colonial. O colonialismo une a lógica da raça, da burocracia e do negócio pela primeira vez e, para que se torne senso comum, a raça precisa ser colocada na agenda do capitalismo e do colonialismo. A raça foi o mecanismo primordial para a consolidação do Império, diante do medo e em compensação às humilhações nacionais internas, em um período denominado como de “pessimismo racial” (MBEMBE, 2014).

Mbembe (2014) cita, como exemplo, o ano de 1892 na França, onde houve uma proliferação de discursos que exaltavam a união dos franceses de todas as classes sociais e matizes políticos em defesa do colonialismo. Ao mesmo tempo em que estavam ancorados nas produções científicas sobre raça (raciologia), os discursos foram popularizados em museus, zoológicos humanos, na imprensa, em exposições universais, entre outros.

Chama atenção o fato de que nesse período as narrativas sobre raça e supremacia branca ultrapassam os círculos relativamente fechados de cientistas e filósofos e conseguem atingir um público maior, em especial as classes mais empobrecidas. Uma mudança importante decorrente desse processo se dá no significado do termo “sangue puro”: até então, era uma característica social reservada apenas à nobreza; na modernidade, vinculada a subterfúgios biológicos, é expandida para abarcar todas as pessoas consideradas brancas, inclusive das classes mais pobres (MBEMBE, 2014).

O Estado colonial – que inaugura as tecnologias de guerra contemporâneas, a qual



deixa de ser um campo de batalha entre forças iguais e passa a operar na lógica do predador e da presa – confere importante papel à educação de cunho militarista: “Os estudantes são educados para se tornarem cidadãos-soldados. A pedagogia cidadã e a pedagogia colonial propagam-se no contexto de crise da masculinidade e de aparente desarmamento moral” (MBEMBE, 2014, p. 116). A educação escolar burguesa na Europa é também o espaço no qual foram organizados os primeiros esforços para a consolidação do esporte atual.

Esporte moderno, olimpismo e colonialismo

Foram nas *public schools* inglesas – escolas reservadas aos filhos da aristocracia e da alta burguesia – que diversos jogos e manifestações da cultura corporal popular passaram pelo processo de esportivização. O esporte se tornou atividade central nessas escolas, pois dotava os jovens da elite inglesa de entretenimento apartado da dinâmica social dos jogos populares ao mesmo tempo em que lhes forjava atributos requeridos para corresponderem à vocação dominadora de sua classe social, em especial, a capacidade de liderança e a demonstração de virilidade, tanto no exército, como nos negócios (BOURDIEU, 2004).

Desse modo, não se deve restringir a discussão da criação do esporte moderno apenas às tensões internas nas nações europeias que opunham burguesia e proletariado – como é tradição nos estudos do esporte –, mas se faz necessário localizar esse contexto no âmbito global da consolidação do Império dos Estados europeus sobre o mundo em resposta ao pessimismo racial e ao medo da degenerescência. A formação da juventude aristocrática e burguesa europeia, além da distinção de classe, vislumbrava também as colônias. A educação escolar elitista e colonialista lançava mão, concomitantemente, do esporte como conteúdo didático e formativo do caráter europeu e da representação dos povos africanos como sendo a infância da humanidade, regida por crenças e tiranos.

Assim, o colonialismo era visto ora como uma estratégia de defesa da humanidade (branca) diante dos invariavelmente menos humanos (não brancos) – visão difundida pelo darwinismo social – ora como uma empreitada que se justificaria enquanto um auxílio humanitário aos povos não europeus que ainda não haviam alcançado o nível de civilização (europeia) – discurso repercutido pelo evolucionismo social (MBEMBE, 2014).

Não alheio a esse debate, o esporte moderno teve grande impulso a partir do movimento filo-helenista promovido pelo aristocrata francês Pierre de Coubertin: o movimento olímpico ou Olimpismo. Concretizado na última década do século XIX, com a formação do Comitê Olímpico Internacional (COI) em 1894 e a realização da primeira edição dos Jogos Olímpicos contemporâneos na cidade de Atenas em 1896, o Olimpismo foi um dos grandes responsáveis pela sistematização em escala global do esporte atual, uma vez que sua proposta foi, e continua sendo, a difusão da prática esportiva ao redor do mundo.³

Coubertin era um republicano que anteriormente havia defendido o regime monárquico, porém, como era recorrente à época, mesmo o pensamento republicano francês compartilhava os pressupostos raciais do paradigma científico corrente. Amigo próximo do marechal francês Hubert Lyautey, colono e regente do Protetorado Francês no Marrocos,

3 Além do movimento olímpico, representado institucionalmente pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e suas entidades nacionais, é possível mencionar o papel da *Fédération Internationale de Football Association*, a FIFA. Ambas, inclusive, protagonizaram diversos momentos de disputa e rivalidade em torno da hegemonia sobre o esporte moderno (GIGLIO, 2013).



Coubertin provavelmente havia sido influenciado pelo paradigma do direito defendido pelos republicanos franceses da época, como Alexis de Tocqueville e Jules Ferry, os quais afirmavam que os direitos humanos não deveriam ser aplicados sistematicamente a todos os humanos ou apenas circunstancialmente (SCHANTZ, 2008).

Desde o início da empreitada do movimento olímpico, nos anos de 1890, até a década de sua morte, em 1937, seus escritos transitaram entre perspectivas evolucionistas e assimilacionistas até defesas do darwinismo social e da segregação racial. Os primeiros apresentavam uma visão sobre raça baseada na hierarquização das práticas culturais de determinados povos. Entendia que essa suposta disparidade poderia ser resolvida a partir da educação ocidental para esses povos. Em viagem ao sul segregacionista dos EUA em 1890, Coubertin, espantado com a contínua dominação racial mesmo após o fim da escravidão, ocorrida havia pouco mais de vinte anos naquele país, conferiu esperançosamente à educação e às gerações futuras a equiparação racial com a assimilação da população negra à sociedade branca (SCHANTZ, 2008).

Essa visão mudou radicalmente na virada para o século XX. Coubertin afirmou, em artigo da primeira página do jornal *Le Figaro* do dia 26 de setembro de 1903, intitulado *La question nègre*, que “apesar do progresso feito pela raça menos avançada”, a disparidade ainda era impressionante. A “questão negra” seria uma tensão posta na sociedade estadunidense, uma vez que:

Ninguém tem o direito de censurar os negros pelo seu apego a esta América, aonde eles não vieram voluntariamente, mas onde eles afirmam permanecer. Nem ninguém pode censurar os brancos por sua atitude defensiva diante de um perigo étnico que, na Europa, seria igualmente assustador.

Coubertin inicia o texto relatando com espanto a violência sofrida por uma senhora de “fisionomia formidável” e “encanto aristocrático” que forçosamente foi expulsa do vagão em que estava e a conivência dos outros passageiros. Era uma senhora negra de pele clara, cuja negritude o autor somente percebeu ao observar seus cabelos enquanto era arrastada pelo maquinista e outro funcionário para o vagão reservado às “*colored people*”. Coubertin (1903), ao que parece transtornado pelo tratamento dedicado a uma mulher “rica e distinta” pelo fato de possuir “um pouco de sangue negro”, comenta sobre o que denomina como “problema mulato”, em uma leitura não muito distinta daquela que Gilberto Freyre faria décadas depois em *Casa Grande & Senzala*:

Todo mundo confessa que a maioria dos fazendeiros de ontem escolheram amantes entre suas escravas e, voluntariamente, procriaram pequenos mulatos, cujo trabalho era então para beneficiar o engenho. Isso, aliás, projetou uma luz singular sobre a pretensa repugnância da raça branca a se unir com a raça negra. Esta repugnância nasceu na América no momento em que a escravidão teve fim. Enquanto existiu, a mulher negra foi capaz de exercer a sua sedução perante seus senhores, e a crônica narra que o lar irregular que assim se fundou, nas sombras do outro, não era o menos favorito do senhor de engenho. De modo que não só os americanos, que, preocupados consigo mesmos para obter mão de obra escrava barata da África, deram luz à questão negra, mas foram eles que, para satisfazer os seus apetites sensuais ao mesmo tempo em que seus instintos de traficantes, produziram o problema mulato, aquele dos dois cuja existência parece mais irritá-los nos dias de hoje.



A miscigenação seria, portanto, na visão de Coubertin, um dos grandes problemas a ser enfrentado pela sociedade (branca) dos EUA no começo do século XX. Vale ressaltar que, tal qual se reproduz a respeito do mito da democracia racial brasileira, Coubertin confere o suposto papel sedutor das mulheres negras sobre os senhores de engenho como crucial para estabelecer o “problema mulato” e não a violência sexual cometida por estes em relação àquelas. O autor aponta, com essa posição, o caráter de degeneração que a “raça branca” pode sofrer em contato com a “raça negra”, o que fica mais explícito quando expõe seus pensamentos sobre qual deveria ser a resposta dos brancos sobre essa questão.

Para tanto, Coubertin (1903) apresenta três teses defendidas à época: “se livrar dos negros, ou assimilá-los, ou tolerá-los”. Descarta a primeira alternativa, pois acredita que o apelo do retorno à África não seria o suficiente para convencer a migração em massa e mesmo diante da coerção, o regresso seria inevitável: “mesmo que, em vez de areias equatoriais, lhes tivessem sido oferecido um Éden verdejante, as grandes crianças negras não se deixariam levar. Sua pátria é agora o sul ensolarado, onde o ar é suave e a vida fácil; nenhuma persuasão os atrairá; peguem-nos pela força, eles retornarão”. A segunda opção, a assimilação, seria muito arriscada, uma vez que ninguém poderia garantir que “as qualidades da raça superior pudessem sobrepor as falhas da raça inferior” (COUBERTIN, 1903).

Diante disso, “incapaz de se livrar dos negros ou absorvê-los, não há nada mais senão tolerá-los” (COUBERTIN, 1903). A tolerância é compreendida por Coubertin como sinônimo de suportar a inevitabilidade da presença e, para isso, estabelece alguns argumentos que avalia serem favoráveis a essa tese: as pessoas negras já estariam acostumadas aos serviços impostos pelos brancos e, mais do que isso, o faziam de boa vontade; os brancos, por sua vez, se sentiam desconfortáveis sem a presença dos negros para lhes servir e divertirem, afinal “ele [o branco] ama seu amplo sorriso e sua agilidade felina, sua alegre despreocupação e sua presunção infantil” (COUBERTIN, 1903). A quebra dessa reciprocidade veio no momento em que as pessoas negras começavam a resistir a essa situação de subalternidade e reivindicam a condição de sujeitos de direitos. Com isso, encerra o texto dizendo que não havia ódio racial nos EUA, apenas uma divergência política entre os brancos que não queriam ser governados pelos negros, sendo que a igualdade política seria um erro de ser decretada nesse contexto:

No fundo desta guerra má, que engendra barbaridades como o linchamento e violências semelhantes à qual narrei anteriormente, no fundo de tudo isso, há apenas uma discussão política. Os brancos, que se sentem – e com razão – bem superiores aos negros, não desejam ser governados por eles; o seu desejo sobre este ponto é tão robusto que, em minha opinião, seriam capazes de pegar em armas novamente, se necessário, para defender prerrogativas que até hoje continuam a exercer, não de direito, mas de fato.

É, portanto, a partir da década de 1900 que Coubertin começa a publicar diversos escritos nos quais defende a impossibilidade de equiparação racial e que, por mais que haja “progresso”, as raças não brancas não alcançariam os estágios civilizatórios dos brancos. Já em outros textos admitia a possibilidade de, por meio da educação dos povos colonizados, um suposto “alcance” em relação aos europeus. Contudo, esse seria um processo demasiado demorado. Concluía, assim, que seria suficiente proteger os colonizados de sua própria tirania e tratá-los sem crueldade (SCHANTZ, 2008).



Nesse ponto, vale ressaltar que a aparente benevolência desse posicionamento de Coubertin, ou seja, uma lógica contra abusos no processo de colonização, supõe a legitimidade do colonialismo. Se chegavam à Europa os relatos das brutalidades cometidas pelos colonizadores, não havia uma condenação ao colonialismo em si, mas a preocupação girava em torno de resguardar o pretense caráter humanitário do processo e de transformar o discurso sobre a violência colonial em um problema pontual e excepcional que, pelo contrário, confirmava a necessidade do colonialismo como uma missão civilizadora (MILLS, 1997). Coubertin (1901, p. 449), nesse sentido, foi um entusiasmado defensor do colonialismo.

Outra teoria, a igualdade de direitos para todas as raças humanas, leva a uma política contrária a qualquer progresso colonial. Sem incluir que, mesmo na forma mais branda de servidão, para não falar de escravidão, a raça superior se justifica ao se recusar a estender vários privilégios da vida civilizada ao inferior. Um tratamento justo, justiça para todos e uma proteção especial aos nativos contra as possíveis crueldades e invasões de seus governantes são suficientes, em muitos casos. Claro, é o dever deste último tentar e elevar a raça inferior ao seu próprio padrão; mas tal trabalho educativo é muito lento, e acelerá-lo é simplesmente feri-lo e, ao mesmo tempo, impedir a colonização e fadigar aqueles que estão ocupados com isso.

Coubertin se preocupava com a posição francesa na “corrida” colonial, tendo uma postura elogiosa à política expansionista e exploratória do ex-primeiro-ministro Jules Ferry. No artigo “França na pista errada” de 1901, escrito em língua inglesa para um periódico dos EUA, critica os caminhos pelos quais a política interna francesa se encaminhava – uma sinalização aos partidos socialistas pelo então primeiro ministro Waldeck-Rousseau – sendo que, em sua opinião, a principal decorrência dessa conjuntura seria o distanciamento da França da partilha do mundo entre as nações europeias. Assim, em suas palavras, “qualquer movimento anticolonial, então, deve ser temido, e seus efeitos sobre a prosperidade do império serão ruinosos e imediatos” (COUBERTIN, 1901, p. 449).

Ao final do texto, cujo título já estabelecia uma metáfora esportiva, Coubertin elenca uma possível saída para a situação ao mesmo tempo em que se autocongratula pelas ações que havia realizado em prol do triunfo francês: a introdução e difusão do esporte entre a juventude francesa.

A França está simplesmente em uma pista errada, e nada é mais fácil, quando se percebe isso, do que voltar e seguir a outra pista. Teremos perdido tempo e dinheiro, só isso. Claro, o risco se tornaria enorme se o reinado de Utopia [dos socialistas] pudesse continuar por alguns anos mais; mas os jovens franceses foram criados nos últimos quinze anos de uma maneira um tanto diferente do que seus pais. Eu mesmo fiz algumas coisas para tornar jogos viris populares entre eles, fazê-los ir para o exterior, fazê-los ansiar pela liberdade e iniciativa. Um jovem que jogou futebol e viajou não é, como regra, induzido a pedir ajuda estatal ou a se encerrar no castelo de sonho de Utopia (COUBERTIN, 1901, p. 450).

Coubertin vincula o esporte como um remédio tanto contra a ameaça interna socialista como para a política externa francesa, ou seja, seu projeto colonialista. Como prática “viril”, o esporte seria uma das instituições a resgatar a masculinidade nacional abalada pelas humilhações recentes e que ele menciona no texto, como a Guerra Franco-Prussiana



(1870-1871). Nesse ponto, Coubertin é captado pela análise de Mbembe (2014): a crise da masculinidade e o questionamento moral da nação é o gatilho para a empreitada colonialista e o processo pedagógico, sendo o esporte uma pedagogia inovadora e popular entre os jovens, um instrumento de preparação militar e política dos futuros “empreendedores coloniais”.

Nesse momento de sua obra, Coubertin estava participando do debate entre evolucionismo e darwinismo social e parecia buscar uma síntese dos dois lados ao admitir o processo educativo, mas sem grandes esperanças de mudança: “você pode melhorá-los como você pode melhorar o solo, mas apenas em uma proporção restrita; você reduzirá a ociosidade nos primeiros e a infertilidade do último, mas você nunca os fará desaparecer” (COUBERTIN, 1902 apud SCHANTZ, 2008, p. 57). Essa síntese, portanto, tendia a favorecer o darwinismo social, seguindo a tendência da ciência da época.

Inspirado nas conclusões do Congresso Internacional de Sociologia Colonial realizado em decorrência da Exposição Universal de Paris em 1900, a qual também sediou a segunda edição dos Jogos Olímpicos, Coubertin defendia a progressiva europeização dos “povos atrasados”. Ao mesmo tempo, rechaçava aqueles que afirmavam a igualdade dos não europeus e reafirmava que a europeização é um processo longo e que, mesmo assim, haveria um grande hiato entre os povos. Para ele, a europeização era cientificamente possível, mas somente em longo prazo. Isso incentivava a defesa da colonização mais do que desencorajava (SCHANTZ, 2008).

Coubertin difundia o discurso de que os povos não brancos que habitavam as colônias eram como crianças que necessitavam de boa educação e defendia o “fardo do homem branco”: “as colônias são como crianças: é relativamente fácil fazê-las, mas é difícil proporcionar-lhes uma boa educação” (COUBERTIN, 1909 apud SCHANTZ, 2008, p. 57). Posteriormente, confirma essa visão paternalista na sua concepção de esporte – em um artigo intitulado “Colonização Esportiva” – ao comentar que os Jogos Asiáticos e os Jogos Hindus seriam como um “jardim de infância do Olimpismo”. Ao mesmo tempo apresentava como falsa a ideia em voga de que uma possível vitória das “raças dominadas” contra a “raça dominante” no campo de jogo poderia incentivar rebeliões coloniais. Para amenizar essa percepção – mais presente no que denomina como um “preconceito” contra os esportes coletivos – sugere a introdução de esportes individuais nas colônias, onde a ideia do enfrentamento de dois exércitos representando cidades ou países não é tão presente (COUBERTIN, 1931, p. 13).

Coubertin escreve, nesse momento, fazendo um balanço da Sessão do Comitê Olímpico Internacional ocorrida em 1923 em Roma, com apoio do rei da Itália, na qual propôs a criação dos “Jogos Africanos” e da “medalha africana” para celebrar aqueles envolvidos na difusão do movimento olímpico no continente e que levaria a inscrição, em latim, *athletae propium est se ipsum noscere, ducere et vincere* (O dever e a essência do atleta é conhecer-se, guiar-se e vencer-se a si mesmo). Em suas palavras, esse foi um intento para “conquistar a África” (COUBERTIN, 1931, p. 13).

Contudo, a despeito da boa recepção de outras nações colonialistas, como Alemanha, Inglaterra e Itália, a França se opôs à proposta, expondo divergências internas entre os representantes franceses e as visões de Coubertin. Este, por sua vez, defende que seu país deveria apoiar o esporte nas colônias como estratégia para fortalecer o domínio colonial ao mesmo tempo em que promoveria a educação ocidental nos territórios ocupados. Seus argumentos, nessa oportunidade, já mais ligados às teorias do evolucionismo, expunham a viabilidade do movimento olímpico nas colônias sob a alegação de que haveria a possibilidade de “ultracivilizar” (leia-se “europeizar”) os “indígenas”:



Aqui nós estamos olhando para algo com os preceitos essenciais da pedagogia esportiva. São estes preceitos aplicáveis às raças indígenas, à sua existência muitas vezes primitiva? Mas, sem dúvida; e até mesmo integralmente. Pois esta é a sua beleza: que são fundamentalmente humanos o suficiente para serem adequados à condição do homem a partir do estado semisselvagem até o estado ultracivilizado (COUBERTIN, 1931, p. 13).

Por fim, hierarquiza as práticas corporais ao considerar as atividades não europeias como meras recreações e que caberia aos colonizadores estabelecer os “os benefícios da ‘civilização esportiva’” aos colonizados com a introdução do sistema esportivo europeu (COUBERTIN, 1931, p. 14):

Existem também algumas formas de esportes indígenas que, localizadas em uma região ou mesmo em um distrito, não são desencorajados, ao contrário, mas nunca serão nada mais que entretenimento, recreação. Se quisermos estender aos indígenas de países colonizados o que chamamos corajosamente de os benefícios da “civilização esportiva” é necessário que adentrem no vasto sistema esportivo em regulamentos consolidados e aos resultados comparados, que se constitui a base obrigatória dessa civilização.

Desse modo, Coubertin se apresenta como defensor e, mais do que isso, proponente de estratégias para a empresa colonial. Apostava na competição internacional em vários âmbitos (além do esporte, na indústria, na ciência e na cultura e mesmo na guerra), como um meio das nações fortalecerem seus corpos nacionais e, em última instância, a raça. O colonialismo era, conseqüentemente, a competição internacional entre as nações europeias e, para Coubertin, a França deveria fazer parte dela (SCHANTZ, 2008).

O Olimpismo de Coubertin foi inventado no contexto da reconstrução do imaginário da nação francesa após a derrota na Guerra Franco-Prussiana. O esporte foi percebido como fundamental para preparar os colonizadores para os esforços físicos decorrentes das investidas militares nas colônias. Entretanto, além da reconstrução da moral nacional, o colonialismo também conferia a si uma “missão de civilização”: um amálgama da vocação missionária cristã com o legado da Revolução Francesa de expandir os ideais do Iluminismo ao mundo (SCHANTZ, 2008).

Assim, após a primeira guerra, o esporte, além de ser instrumento auxiliar de preparação corporal, passou a ser parte integrante da política colonial. Além da preparação física, foi encarado como prática cultural civilizatória e deveria ser transmitida aos nativos, uma vez que, como já mencionado, as práticas destes eram encaradas como simples divertimento sem base civilizatória. Esta somente poderia ser adquirida a partir de um sistema atlético codificado e regulamentado, que somente o esporte ocidental poderia oferecer.

Outra função para o esporte seria seu papel disciplinarizador dos povos colonizados, no sentido de promover paz social e favorecer a atividade colonial e exploração comercial entre Europa e colônias. Vale ressaltar que o discurso do movimento olímpico de defesa da educação das classes populares se deu pela necessidade das nações europeias em se defender internamente nas disputas com outros estados. Nesse sentido, o Olimpismo é apresentado como instrumento que visa à pacificação das tensões sociais no interior das nações europeias e, posteriormente, também na relação com as colônias (SCHANTZ, 2008).

Coubertin é personagem chave para compreender a constituição do esporte contem-



porâneo em sua relação com a supremacia branca. Chama atenção especialmente seu posicionamento abertamente favorável ao colonialismo, principalmente no período anterior à primeira guerra mundial, quer seja sob uma perspectiva evolucionista, quer seja sob a linha do darwinismo social. Esse momento, de 1896 a 1912, é crucial, uma vez que já foi denominado como uma fase de estabelecimento dos Jogos Olímpicos (RUBIO, 2010).

Para além do posicionamento político de uma figura importante para a formalização das práticas esportivas em nível global, o que também está em jogo na relação entre esporte moderno – representado no olimpismo – e o colonialismo é o papel conferido às práticas corporais em um regime de supremacia branca, uma vez que a inscrição no corpo dos mecanismos de controle e dominação também é invenção do racismo colonial moderno (MBEMBE, 2014).

Dicotomia corporal racializada

Mills (1997, p. 51) considera o corpo como elemento basilar do contrato racial. Uma vez que supremacia branca se baseia na delimitação de territórios e circulação, o corpo é o microespaço que funda a delimitação de todos os outros. Aqueles e aquelas que habitam esse regime, o fazem de modo incorporado em “envelopes de pele, carne, cabelo”. Em relação aos corpos negros, há um sentimento de que se trata de apenas um corpo: “brancos podem ser ‘cabeças falantes’, mas mesmo quando cabeças negras estão falando, há uma percepção desconfortável sobre os corpos aos quais essas cabeças estão presas. (Assim, os negros são na melhor das hipóteses ‘corpos falantes’)”⁴.

Frantz Fanon, por sua vez, afirma em *Pele Negra, Mascaras Brancas* que o mundo branco impõe barreiras para consciência e o esquema corporal das pessoas negras. Essa consciência não seria fruto de um processo de autopercepção e autoconhecimento, mas, *a priori*, uma projeção do branco ou, em suas palavras, “um conhecimento em terceira pessoa” (FANON, 2008, p. 104).

Do mesmo modo, Fanon (2008) avança ao dizer que, no limite, a presença do negro também estremece a postura corporal do branco, já que, com o racismo antinegro, inaugura-se o ciclo de fobias biológicas dos europeus. Esse racismo, fruto da cisão entre corpo e mente cujo ápice se deu na modernidade, cria a urgência no branco em neutralizar não só ideológica e politicamente o negro: “mas é na corporeidade que se atinge o preto. É enquanto personalidade concreta que ele é linchado. É como ser atual que ele é perigoso” (FANON, 2008, p. 142). A supremacia branca visa, portanto, “matar” o corpo em si ao relegar ao outro tudo o que é corpo.

Já Isildinha Bastista Nogueira, com base na psicanálise lacaniana, explora as decorências psíquicas dessa parametrização corporal racializada de brancos e negros.

O indivíduo branco pode se reconhecer em um “nós” em relação ao significante ‘corpo branco’ e, conseqüentemente, se identificar imaginariamente com os atributos morais e intelectuais que tal aparência expressa, na linguagem da cultura, e que representam aquilo que é investido das excelências do sagrado (NOGUEIRA, 1998, p. 46).

4 Mills (1997, p. 51) faz, nesse excerto, um jogo de palavras com a expressão “talking heads”, de difícil tradução para o português, mas que se remete ao jornalista ou apresentador de televisão cujo enquadramento focaliza, basicamente, seu rosto.



Para o branco, o corpo representa uma porta aberta às possibilidades de ser no mundo a partir do reconhecimento grupal entre brancos. Contudo, deve-se ressaltar que se trata de identificação imaginária, que não se sustenta sem a invenção de um “outro” que permite a elaboração de um “nós”. A fantasia do branco constrói sobre esse outro um significado sobre o corpo que ao mesmo tempo o exagera e o enfraquece, pois o encerra nessa possibilidade de ser exclusivamente um corpo, numa tentativa de subtrair sua integridade humana:

Seu corpo negro, socialmente concebido como representando o que corresponde ao excesso, ao que é outro, ao que extravasa, significa, para o negro, a marca que, a priori, o exclui dos atributos morais e intelectuais associados ao outro do negro, ao branco: o negro vive cotidianamente a experiência de que sua aparência põe em risco sua imagem de integridade (NOGUEIRA, 1998, p. 47).

É a partir daí que a autora compreende que o corpo exerce posição fundamental na hierarquização racial entre brancos e negros, uma vez que “dessa dimensão singular que torna a condição de negro impossível de ser simetrizada à condição de branco que se produz, para o negro, essa experiência de sofrer o próprio corpo” (NOGUEIRA, 1998, p. 47).

Se todo arcabouço da filosofia europeia ocidental se autoproclamou como detentor da razão e do pensamento em contrapartida às paixões e às corporeidades de outros povos, quais seriam as implicações de a mesma Europa ocidental ter sido o palco da sistematização de uma das práticas que mais colocam o corpo em evidência até os dias atuais?

Uma das saídas para essa aparente contradição está em compreender que o pensamento europeu estabeleceu, em certos momentos, uma *dicotomia racializada* não somente entre corpo e mente, mas também entre “corpo atlético” e “força bruta”. Ou seja, mesmo no polo mais desprezado do ser humano, o corpo, ao homem branco estaria reservado uma última trincheira antes da não humanidade: o seu cultivo e controle civilizados. É então possível pensar as origens do esporte moderno, sua inspiração na antiguidade grega e sua popularização pelo Olimpismo – uma vez que este fomentava o controle e criação de corpos masculinos virtuosos (*areté*) com vistas à organização competitiva (*agonistiké*) e à apreciação estética e moral (*kalogagathia*) (RUBIO e CARVALHO, 2005) – como uma estratégia de hierarquização somática, como fomentador de uma projetada *Supremacia Branca Esportiva*.

Corpos não brancos e não masculinos seriam, em princípio, uma alteridade difícil de ser assimilada a essa noção de corpo atlético. Enquanto os corpos das mulheres brancas eram encarados sob a óptica da fragilidade, os corpos dos africanos seriam a alteridade máxima desse corpo atlético, ou seja, o da força bruta. Vale ressaltar que a construção racial da supremacia branca a respeito da corporeidade das mulheres negras se deu em uma encruzilhada entre raça e gênero da qual resultou a legitimação de formas de violência relacionadas à hiperssexualização e à desumanização de seus corpos (FERREIRA e HAMLIN, 2010)⁵.

Fruto do longo processo de produção do conceito de raça, o corpo africano, no continente ou na diáspora, é visto como um corpo negro (MBEMBE, 2014). Para o ocidente, o “negro” foi encarado como um corpo e suas sensações; como força bruta oposta ao espírito, o que suscita medo naqueles que se julgam distantes do corpo, tanto o corpo do

5 A esse respeito, conferir Tralci Filho e Santos (2017), artigo no qual os autores analisaram a dinâmica racial das narrativas virtuais em comentários de reportagens na internet sobre os corpos e performances esportivas de tenistas profissionais.



outro como de seu próprio corpo. Para a branquitude, o “negro”:

Se fosse um movimento, seria uma contração imóvel, rastejo e espasmo (Hegel, *A Razão na História*) – o frêmito do pássaro, o barulho dos cascos do animal. E se fosse força, não poderia agir senão com a força bruta do corpo, excessivo, convulsivo e espasmódico, refratário ao espírito, com um misto de acessos, raiva e nervosismo, sendo normal suscitar desgosto, medo e terror (MBEMBE, 2014, p. 76).

Há, portanto, uma distinção entre corporeidades no imaginário europeu decorrente da ideologia da modernidade e da experiência do colonialismo. Isso se reflete nos primeiros passos para a construção de um discurso alegadamente científico a partir de meados do século XIX e pode ser observado nos escritos de dois dos mais prolíficos divulgadores do racismo científico: Francis Galton e Arthur de Gobineau.

Francis Galton, em *Hereditary Genius* de 1892, livro que lançou as bases para a criação da eugenia, propôs a pertinência do incentivo à manipulação de casamentos com o intuito de formar uma “raça de homens superdotados” [highly-gifted race of men] ao longo das gerações (GALTON, 1892, p. 1). A tentativa de comprovação de sua tese vem da demonstração estatística de que existia uma forte correlação entre a hereditariedade e os dotes e habilidades de “personalidades eminentes” como estadistas, juristas, literatos, comandantes, artistas e cientistas.

Chama atenção a importância que Galton confere à prática esportiva ao dedicar dois capítulos, ainda que breves, para dissertar sobre remadores e lutadores como evidências de que as suas habilidades atléticas seriam repassadas aos seus descendentes. Ao final de cada um, assim como nos anteriores, expõem uma lista de famílias cujos indivíduos se destacaram em suas habilidades, nesse caso, sendo atletas com muitas conquistas e qualidades.

Essa listagem de famílias composta eminentemente por pessoas inglesas e, consequentemente, brancas é seguida por um capítulo com comparativos entre raças, no qual Galton (1892) evidencia que não se trata de coincidência: seus estudos estatísticos o fazem concluir, por exemplo, que os anglo-saxões pontuam sempre dois níveis acima nos escores de inteligência que os negros. Assim, Galton coloca a habilidade atlética ao lado da inteligência como critério para afirmar a alegada superioridade branca.

Mas uma defesa ainda mais evidente da cisão entre corporeidades racializadas é elaborada por Gobineau. Arthur de Gobineau – cujo pensamento serviu de inspiração para o seu contemporâneo Pierre de Coubertin (SCHANTZ, 2008) – foi um dos principais promulgadores do darwinismo social, defendia a ideia da miscigenação como degeneração e da superioridade da “raça branca”.

Gobineau apontava para essa suposta superioridade em diversos âmbitos, como na inteligência e na estética, mas chama atenção a defesa também de uma superioridade física dos brancos. Em *The Moral and Intellectual Diversity of Races* de 1856, elaborou tal argumento diferenciando a força muscular – através de comparações entre as práticas corporais de combate de povos indígenas americanos e australianos e lutadores e boxeadores europeus – e a resistência cardiorrespiratória, afirmando que, embora ocasionalmente não brancos pudessem superar brancos, a população branca seria superior como um todo nessas capacidades. Após expor suas posições sobre a superioridade estética dos brancos, Gobineau (1856, pp. 381-382) prossegue:



A próxima questão a ser decidida é se há também uma desigualdade em termos de força física. Não se pode negar que os índios americanos e os hindus são muito inferiores a nós a este respeito. Dos australianos, o mesmo pode seguramente ser afirmado. Até mesmo os negros possuem menos vigor muscular. É necessário, no entanto, distinguir entre força puramente muscular – aquilo que se exerce repentinamente num dado momento – e a força de resistência ou capacidade de resistência. O grau do primeiro é medido pela sua intensidade, o do outro pela sua duração. Dos dois, este último é o típico – o padrão para julgar as capacidades das raças. Grande força muscular é encontrada entre as raças notoriamente fracas. Entre as mais baixas tribos indígenas, por exemplo, não seria difícil encontrar indivíduos que poderiam encarar um lutador europeu experiente ou um boxeador inglês. Isto é igualmente verdadeiro para os indianos e os malaio. Mas devemos analisar as massas, e julgar de acordo com a quantidade de trabalho e fadiga em longa duração de que são capazes de suportar. A este respeito, a raça branca é, sem dúvida, reconhecida pela superioridade.

Gobineau afirma a distinção entre dois tipos de força e, além disso, fixa as noções de força bruta (“força puramente muscular”) e corpo atlético (“capacidade de resistência”), hierarquiza ambas (“dos dois, este último é o típico – o padrão para julgar as capacidades das raças”) e, por fim, define quem seria o detentor da mais valiosa (“A este respeito, a raça branca é, sem dúvida, reconhecida pela superioridade”). Gobineau alertou a possibilidade de exceções que confirmam a regra: a vitória excepcional de um não branco sobre um branco. Porém isso não anula o que considera central para a demonstração da supremacia atlética: a quantidade de trabalho e fadiga que seriam capazes de suportar em longa duração.

Nesse sentido, Gobineau está se remetendo exclusivamente às capacidades e habilidades que dizem respeito ao esporte (em uma época em que a fisiologia do exercício não estava consolidada). Quando se remete à quantidade de trabalho suportada, não está se referindo, por exemplo, ao modo de produção engendrado pelo colonialismo que escravizou milhões de africanos ou os regimes de servidão no continente asiático, mas sim a uma prática corporal que, até então, era dominada por europeus. Gobineau está interessado, portanto, em hierarquizar também o uso dos corpos: o corpo atlético, por extensão, branco, produz resultados superiores quando comparados àqueles destinados às atividades laborais, local de aplicação de força bruta e pouco refinada.

Os critérios utilizados para racializar o corpos, sob o manto da ciência, são, portanto, de tal modo arbitrários que atuam visando menos a objetividade científica e mais a defesa de uma posição política. Não se trata da descrição de uma realidade observável, mas de um discurso pretensamente científico em favor da supremacia branca. E o discurso da supremacia branca esportiva surge para amparar uma saída triunfante para um elemento que a filosofia ocidental, principalmente a partir da modernidade, buscou cindir e expulsar de si: o corpo. Em um discurso que se baseia na criação de conforto a partir de uma ilusão – ao passo que a verdade (do colonialismo, do genocídio, da escravidão) é desconfortante à consciência humanista branca/ocidental (MILLS, 1997) – a distinção entre um corpo atlético e um corpo bruto foi estratégica na elaboração da fantasia particular sobre o lugar do corpo no pensamento branco/ocidental.



Considerações finais e iniciando novas discussões

Em suma, o presente ensaio buscou evidenciar em que medida o esporte é um campo propício para se detectar os discursos sobre a racialização dos corpos a partir da modernidade, uma vez que parece ser uma instituição mais permeável ao determinismo racial e às expressões de fetichização e ódio. Essa condição pode ter como origem o próprio percurso histórico que culminou com o surgimento do esporte moderno e sua relação com o colonialismo. A branquitude orientou seu discurso, durante toda a modernidade, a enquadrar os corpos não brancos de modo a considerar a si própria como referencial não racializado e universal de humanidade. Uma dessas formas de racialização se expressa na hierarquização entre mente e corpo. Contudo, esse último também foi alvo de uma hierarquização racial própria, no que é possível denominar como *dicotomia corporal* racializada, e as práticas esportivas tiveram papel importante nesse processo ao conceber e racializar corpos atléticos e corpos que expressavam apenas força bruta.

Esse ensaio, que, pela sua própria característica, não se pretende realizar enquanto explicação totalizante sobre o fenômeno da racialização dos corpos nas práticas esportivas, se limitou a focar o período específico da consolidação do esporte contemporâneo enquanto expressão do discurso da modernidade europeia. Desse modo, é necessário mencionar – ainda que nos momentos finais do texto – que, se a noção de que as qualidades corporais alegadamente superiores em pessoas brancas amparou uma ideia de superioridade atlética correlata, tão logo se deu a institucionalização e difusão do esporte contemporâneo, no final do século XIX e ao longo do XX, diversos atletas negros começaram a ganhar destaque em suas respectivas modalidades. Esses atletas, por sua vez, desafiavam a ordem discursiva da supremacia branca e, em vez de resultar na superação de seus pressupostos hierárquicos, a alternativa escolhida para “explicar” a situação se voltou para realocar esses triunfos em pressupostos teóricos de ordem biológica com base na racialização já formulada no século XIX. É nesse contexto que as Ciências do Esporte estabelecem seus fundamentos (CARRINGTON, 2010).

Espera-se, assim, que esse ensaio tenha cumprido com seus objetivos iniciais, bem como tenha apontado para estudos futuros que abordem com mais profundidade as repercussões e reconfigurações da dicotomia corporal racializada na supremacia branca esportiva da atualidade.



Referências

BOURDIEU, Pierre. Como se pode ser esportista? In.: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2004b, pp. 181-203.

CARRINGTON, Ben. Race, **Sport and Politics: The Sporting Black Diaspora**. Londres: Sage Publications, 2010.

COUBERTIN, Pierre de. **France on the Wrong Track**. The American Monthly Review of Reviews, v. 23, n. 4, pp. 447-450, 1901.

_____. La question nègre. **Le Figaro**. Paris, p. 1. 26 set. 1903.

_____. Colonisation sportive. **Bulletin du Bureau International de Pédagogie Sportive**, Lausanne, n. 5, p. 13-14, 1931.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.18, n.3, pp. 811-836, set/dez 2010.

GALTON, F. **Hereditary genius: an inquiry into its laws and consequences**. London: MacMillan and Co., 1892.

GIGLIO, Sergio Settani. **COI x FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos**. 2013. 518 f. Tese (Doutorado em Ciências), Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOBINEAU, Arthur de. **The moral and intellectual diversity of races, with particular reference to their respective influence in the civil and political history of mankind**. Filadélfia: J. B. Lippincott & Co., 1856.

MARTINS, Carlos J.; ALTMANN, Helena. Características do Esporte Moderno segundo Elias e Dunning. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10., 2007, Campinas. **Anais...** . Campinas: FEF/UNICAMP, 2007. p. 1 - 7.

MBEMBE, Achilles. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 122-151, dez. 2016.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

MORE, Mabogo P. African Philosophy Revisited. **Alternation**, Durban, vol. 3, n. 1, pp. 109-129, 1996.



MURRAY, William J. France, Coubertin and The Nazi Olympics: The Response. **Olympika: The International Journal of Olympic Studies**, v. 1, pp. 46-69, 1992.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do Corpo Negro**. 1998. 143 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RUBIO, Katia. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.24, n.1, p.55-68, jan./mar. 2010.

RUBIO, Katia; CARVALHO, Adriano L. Areté, fair play e o movimento olímpico contemporâneo. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 5, n. 3, p. 350-357, set. 2005.

SCHANTZ, Otto J. Pierre de Coubertin's "Civilizing Mission". In: NINTH INTERNATIONAL SYMPOSIUM FOR OLYMPIC RESEARCH, 9., 2008, Beijing. **Pathways: Critiques and Discourse in Olympic Research**. Ontario: International Centre For Olympic Studies, 2008. p. 53 - 62.

TRALCI FILHO, Marcio Antonio; SANTOS, Alessandro de Oliveira. O discurso da supremacia branca e o esporte: um estudo a partir de textos e comentários na Internet. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 1., p. 229-248, jan./mar. de 2017.



Masculinidades performativas no contexto escolar: entre regulações, tensões e subversões

Performative masculinities in the school context: between regulations, voltages and subversions

Paulo Melgaço da Silva Júnior
Leandro Teófilo de Brito

Resumo

Problematizamos, neste artigo, narrativas de jovens adolescentes, sobre os sentidos das masculinidades, como performances, no contexto escolar. Para tal, trazemos como base teórica, os estudos *Queer*, com destaque para a noção de performatividade de gênero, da teórica feminista Judith Butler, para pensar sobre a categoria masculinidade. Os jovens adolescentes, enunciaram em suas narrativas, discursos múltiplos e, de uma maneira geral, divergentes sobre os significados de “ser homem” no contexto escolar. Deste modo, pensar em masculinidades performativas, nos direciona a vislumbrar o reconhecimento de infinitas possibilidades de “ser homem”, contestando a imposição de padrões e regulações sobre os sentidos do masculino, em particular, nos contextos escolares.

Palavras-chave: Masculinidades. Performatividade. *Queer*. Escola. Narrativas.

Abstract

We discuss in this article, narratives of young adolescents, about the meanings of masculinities, such as performances, in the school context. For this, we have as theoretical basis, the *Queer* studies, with emphasis on the notion of gender performativity, feminist theorist Judith Butler, to think about the category masculinity. The young adolescents enunciated in their narratives, multiple discourses and, in a general way, divergent on the meanings of “being man” in the school context. In this way, thinking about performative masculinities, directs us to glimpse the recognition of infinite possibilities of “being a man”, challenging the imposition of patterns and regulations on the senses of masculine, in particular, in school contexts.

Keywords: Masculinities. Performativity. *Queer*. School. Narratives.



Introdução

Pautados pela perspectiva feminista contemporânea, os estudos sobre homens e masculinidades ainda são uma vertente que busca maior reconhecimento e legitimidade no campo de estudos de gênero no país. As pesquisas sobre gênero no Brasil, no geral, hegemonizam o enfoque para a problemática das mulheres e do feminino, secundarizando os estudos sobre a categoria masculinidade, pois as ciências sociais no Brasil ainda não forjaram uma sólida tradição acadêmica, epistemológica, em torno das abordagens sobre o gênero masculino (BENTO, 2015).

No campo da Educação, as pesquisas sobre homens e masculinidades também encontram-se em desenvolvimento e em busca de consolidação na sua vasta produção acadêmica sobre gênero e sexualidade. Suas interlocuções, no âmbito mais geral das principais publicações, buscaram diálogo com as vertentes teóricas críticas e pós-críticas, problematizando a multiplicidade de sentidos sobre o masculino nas instituições educacionais, nos cotidianos escolares e nas políticas públicas de educação (ARTES; CARVALHO, 2010; BRITO; FREITAS; SANTOS, 2014; BRITO, 2016; CAETANO; SILVA JÚNIOR; GOU-LART, 2016; SEFFNER; SILVA, 2016; entre outros/as).

Buscando, assim, contribuir com esse campo de estudos, abordamos, neste artigo, relatos de jovens adolescentes, estudantes de uma escola da periferia urbana, na região de Duque de Caxias, localizada no estado do Rio de Janeiro, sobre os sentidos das masculinidades no ambiente escolar. Pretendemos mostrar, através de narrativas, como dois estudantes dos anos finais do ensino fundamental, enunciam sentidos sobre o que entendem por “ser homem” nos contextos sociais em que circulam, particularmente o contexto escolar.

Com o objetivo de discutir o que chamamos de *performatizações/performances de masculinidades*, trazemos, como escopo teórico-metodológico de base, os estudos *Queer* (SULLIVAN, 2003; LOURO, 2008; BUTLER, 2015, PELÚCIO, 2016; entre outros/as). A teoria *Queer* busca, em linhas mais gerais, problematizar a dinâmica do gênero, da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais (MISKOLCI, 2013). Com ela, buscamos interrogar e problematizar as identificações heteronormativas¹ que orientam o discurso hegemônico em torno da normalidade masculina no contexto pesquisado.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiro, apresentamos as bases teóricas que sustentam a análise dos dados, tais como a teoria *Queer* e a noção de performatividade de gênero, para pensar as masculinidades; em seguida, problematizamos o contexto de pesquisa e como operacionalizamos as entrevistas narrativas; por fim, concluímos o artigo, destacando as questões relevantes que apareceram em nossas interpretações.

Entre teorias *Queer* e performatizações de masculinidades

A teoria *Queer* é configurada como uma perspectiva pós-identitária (LOURO, 2008). Apropriando-se do sentido de ofensa que o termo *Queer* significa na língua inglesa, para inversão dessa significação como potência de luta política (PELÚCIO, 2016), a teoria *Queer* coloca em discussão a heterossexualidade como norma e questiona a hierarquização

1 O termo heteronormatividade enuncia a ordem social que reconhece apenas a heterossexualidade como única orientação sexual possível, atrelada a um suposto binarismo de gênero (WARNER, 1991; MISKOLCI, 2013).



e a univocidade dos pares binários masculino/feminino nas identificações de orientação sexual e gênero dos sujeitos.

O objetivo da vertente teórica em questão é problematizar e interrogar a sexualidade tida como “normal” (a heterossexualidade), assim como os processos que constituem os sujeitos como “normais” (hegemônicos). Nesse sentido, ela propõe questionar as lógicas tradicionais que operam o pensamento, discutindo as práticas e os pressupostos sociais que enfatizam a heterossexualidade como normal/natural. Em vista disso, neste artigo, “*Queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier” (LOURO, 2008, p. 38), visando desestabilizar e problematizar sedimentações de qualquer natureza ou dogmatismo. Wilchins (2004) reforça o pensamento de que toda norma é sempre opressiva e dominadora, por conseguinte, a proposta é romper com as oposições binárias que existem tanto nos discursos homofóbicos como nos discursos que favorecem a homossexualidade – porque estes não escapam à heterossexualidade como norma (CAETANO, 2016), assim como ocorre com os discursos generificados. Desse modo, desconstruir as oposições binárias que regem a formação da identidade também é revelar as relações de poder que estão por trás delas e os jogos de verdade que se organizam e são por elas organizados (CARLSON, 1998).

Para Sullivan (2003), *Queer* é um posicionamento que potencialmente pode ser tomado por todos/as aqueles/as que se sentem marginalizados/as. Ao desnaturalizar o entendimento de sexo, gênero e desejo, as teorias *Queer* negam a heteronormatividade, a homonormatividade e a própria noção de tolerância, para pensar a categoria da diferença (MISKOLCI, 2013) como potencializadora de tais problematizações. Elas surgem, dentre outras possibilidades, como contestação às definições rígidas de identidade que pretendem homogeneizar todas as pessoas a partir de uma performatividade da norma (BACHILLER, 2005).

Central na discussão dos estudos *Queer* e produtiva para discutir os processos de subjetividade de estudantes no cotidiano escolar, destacamos a teorização sobre performatividade de gênero de Judith Butler. A teórica feminista e *Queer* estadunidense afirma que o gênero é performativo pela repetição estilizada do corpo por falas, atos e gestos, que, com base nas normas da heterossexualidade reprodutora, busca enquadrar os sujeitos arbitrariamente em modelos binários, inteligíveis e coerentes com a premissa normativa de sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2015). Todavia, este é um processo contingente e imprevisível, que permite, ao mesmo tempo, a manutenção dessas normas como possibilidades de rupturas e subversões, ou seja, um processo de repetições/deslocamentos das normas.

Dizer que o gênero é performativo significa dizer que existe uma determinada expressão e manifestação, uma vez que a aparência do gênero, muitas vezes, é confundida com um sinal de sua verdade interna ou inerente. O gênero está condicionado por normas obrigatórias que o fazem definir-se em um sentido ou outro (geralmente dentro de um quadro binário) e, portanto, a reprodução do gênero é sempre uma negociação de poder. Finalmente, não existe gênero sem reprodução das normas que ponham em risco o cumprimento ou o descumprimento de tais normas, abrindo-se, desse modo, a possibilidade de uma reelaboração da realidade do gênero através de novas formas (BUTLER, 2009, p. 322).

A palavra *performance* também pode ser englobada na teorização sobre performatividade de gênero, porém deve-se ter cuidado ao interpretar o termo de maneira descontext-



tualizada do que Judith Butler propõe. A teórica feminista afirma que as duas dimensões se entrecruzam, pois a performance está dentro do processo de performatividade, pelos efeitos do discurso em atuação sobre o corpo (BUTLER, 2014) e, deste modo, tal processo não pode ser compreendido como uma possível “escolha” aleatória de identidades. Aqui, neste artigo, utilizaremos os termos masculinidades performativas, performatizações e performances de masculinidades, como sinônimos, para discutir a categoria masculinidade e suas significações.

No que se diz respeito às masculinidades, Badinter (1993), Moita Lopes (2001) e Silva Junior (2017) nos mostram que são comunidades imaginadas e marcadas por discursos e pertencimentos a determinados grupos. Em outras palavras, elas não existem como estruturas consolidadas de papéis, contudo, não podemos negar a existência de uma grande preocupação em criar regras e normas que integrem (disciplinem) os corpos de homens ao essencialismo identitário. São práticas diárias nas quais garotos são engajados, enfatizando agência (FROSH; PHOENIX; PATTMAN, 2002), e, neste sentido, as masculinidades são construídas e reconstruídas, em outras palavras, performatizadas, não podendo ser tomadas como realidades imutáveis e objetivas, estando sempre de acordo com a história e a cultura, bem como sujeitas às relações de poder.

Em oposição ao modelo normalizador de masculinidade, alguns autores, como por exemplo: Connell (2000), Frosh; Phoenix e Pattman, (2002), O`Donnell; Sharp (2002), entre outros, nos apresentam as masculinidades subordinadas ou marginalizadas como aquelas que são produzidas na exploração e opressão de grupos e minorias. Essas identificações são construídas com base em estereótipos e os sujeitos são marcados como abjetos, sem brilho e valores. A identidade feminina, normalmente, serve como o elemento que reforça essas masculinidades, através da negação de qualquer proximidade de seus sentidos. Assim, aqueles garotos que apresentam uma determinada fragilidade, não praticam esportes, não exercem a violência ou que não vivem, em público, o que se espera do modelo hegemônico de masculinidade são considerados menos másculos ou *gays*.

Porém, neste artigo, nos inspiramos em Brito (2016) e Couto Junior e Brito (2018), para pensar as masculinidades como enunciações performativas. Segundo os autores, pensar as masculinidades pela noção de performatividade de gênero e pela perspectiva dos estudos *Queer* implica reconhecer a desestabilização do essencialismo identitário e a infinitude de sentidos possíveis atribuídos ao masculino. Desta forma, masculinidades performativas podem contribuir para problematizar as normas regulatórias do gênero, que buscam, além de regular, privilegiar determinadas formas de materialização de corpos, em particular de meninos e jovens, conforme este artigo se detém. Na sequência, apresentamos nossa pesquisa de campo.

Narrativas, discursos e performances

As narrativas dizem respeito a um modo de concepção do discurso, estando sempre presentes nas práticas sociais (THORNBORROW; COATES, 2005) e constituem um importante conceito para esse trabalho. Entendemos que, ao narrar, o sujeito está se construindo e construindo o mundo em sua volta, assim, a narrativa contribui para a construção e exposição do nosso senso de quem somos (SCHIFFRIN, 1994), possibilitando também que construamos nossas relações com os outros e com o mundo que nos cerca (BASTOS, 2005).

Através das narrativas biográficas e autobiográficas, nossas experiências e nossas



relações com os outros ganham significados. É a partir delas que falamos sobre nós, sobre nossas vidas e acabamos nos tornando aquilo que contamos (SCHIFFIN, 1994). Em outras palavras, os narradores podem construir o que são e se posicionarem socioculturalmente através das histórias que contam. Nesta perspectiva, descrevendo eventos, o narrador toma o controle de sua vida e pode reforçar ou criar algo mais movimentado para afirmar o eu (WORTHAN, 2001).

Partindo do pressuposto de que os discursos, as narrativas e as histórias de vida acontecem através da linguagem e que ao dizermos algo estamos fazendo algo (AUSTIN, 1990), pode-se dizer que ao narrar estamos realizando uma performance. O conceito de performance é muito amplo, está relacionado a eventos, a espetáculos, a ensaios, assim como, também ao ato dizer algo e com isso existir a possibilidade de se produzir efeitos de realidade, pois na performance, o sujeito precisa acreditar no que está dizendo ou fazendo para convencer a audiência (GOFFMAN, 2004). É essa crença que leva o outro acreditar naquilo que está sendo dito ou realizado, assim, todo discurso pode ser compreendido como performance. Nesta perspectiva, as identidades sociais, como o gênero e orientação sexual, são produzidas através da performance, onde a repetição de atos, gestos e de falas tenta reforçar a ideia de que existe uma essência, uma forma preestabelecida de ser, entretanto, não existe uma essência, é a linguagem que constitui as subjetividades, conforme já discutimos tomando como base a noção de performatividade de gênero, de Judith Butler. Ao pensar no cenário onde está ocorrendo a performance, nos elementos que contribuem para realização do ato e que são empregados consciente ou inconscientemente durante o evento, nomeia-se como situacionalidade (PENNYCOOK, 2007). As pessoas são constituídas a partir dos contextos nos quais estão inseridas e os significados serão dados e entendidos a partir deste contexto. Já o conceito de posicionamento, importante também nesta discussão, se refere a como as pessoas são localizadas no discurso ou na conversa quando estão/são engajadas construindo significados com outras pessoas (PENNYCOOK, 2007). Assim, a partir da narrativa o eu é delineado de acordo como o narrador se posiciona diante de outros personagens e diante do que está sendo narrado.

Neste sentido, os jovens adolescentes estudantes, que narraram suas histórias, são oriundos de uma escola pública municipal, localizada no 2º distrito de Duque de Caxias, que oferece desde a educação infantil ao segundo segmento do ensino fundamental. A escola, no ano de 2015, período em que ocorreu a pesquisa, possuía cerca de 1000 estudantes, provenientes da classe trabalhadora e de baixa renda da região. Os sujeitos participantes da pesquisa, cursavam o 9º ano do ensino fundamental, no horário do segundo turno.

Essas narrativas foram elicitadas com o objetivo de problematizar como os rapazes, *Victor* e *Felipe* (nomes fictícios), se constroem como “homens” – um com orientação homossexual e o outro heterossexual –, a partir das performances de masculinidades que narram. *Victor* – 15 anos, branco, alto, considerado muito bonito por meninos e meninas, faz questão de conhecer o mundo moda, usa cortes de cabelo sempre atualizados. Seu histórico na rede: estuda na mesma escola desde a primeira série do ensino fundamental (quando tinha 7 anos). É assumidamente homossexual e conversa abertamente sobre sua orientação sexual, e, inclusive, já namorou rapazes da escola. *Felipe* – 15 anos, negro, é mais forte e mais baixo do que *Victor* e se orgulha de sua orientação heterossexual e de sua masculinidade performatizada no contexto das “normas”. Por ser bom aluno em matemática e bom desenhista está sempre disposto a oferecer seu apoio a todos que necessitarem.

As gravações aconteceram na escola, sendo a de *Felipe* no dia 03 de agosto de 2015 e



a de *Victor* na semana seguinte, dia 10 de agosto de 2015. Um dos autores deste trabalho conhece os dois rapazes há muitos anos, pois os mesmos são alunos da escola em que o mesmo trabalha, desde a educação infantil, e o clima foi completamente informal. Assim, o trecho que interessa para discussão, constitui uma narrativa elicitada (THREADGOLD, 2005), ou seja, *Victor* e *Felipe* (em momentos distintos) foram provocados para que falassem sobre o que é “ser homem”. Do material coletado e transcrito, selecionamos o trecho que interessava a esse trabalho para problematização. Ressaltamos, que para realizar as transcrições, utilizamos as convenções indicadas por Bastos (2005), em que as palavras escritas com letras maiúsculas indicam uma ênfase do narrador; ... uma pausa; e os símbolos ↑↓ indicam frases ditas com uma maior ou menor entonação.

Victor combinou de se encontrar na escola com o pesquisador momentos antes da aula. Ele chegou, cumprimentou e assentou de pernas abertas, destacando uma performance corporal do que se espera do masculino mais normativo, entretanto suas enunciações na entrevista caminharam por outro viés.

Segue o trecho:

Pesquisador: - O que é ser homem para você?

Victor: - Para mim.... ser homem é me identificar com o gênero masculino. Mas o que realmente te faz homem é AGIR como tal.

Pesquisador: - O que é agir como tal?

Victor: - Usar roupas masculinas.... e se sentir bem, gostar sabe? Falando assim até soa preconceituoso mas se você se identifica como homem, você é HOMEM.

Pesquisador: - Explica melhor:

Victor: - Se uma mulher homossexual se identificar como homem e querer ser homem, . ↑ beleza, ela pode ser sim um homem. . ↑ Ser homem não é apenas ter um órgão genital masculino

Pesquisador: - Você acha que existem várias maneiras de ser homem?

Victor: ↑ - Claro que sim. Ao meu ver, ser homem é se IDENTIFICAR como homem, como eu disse antes. Mas, ninguém é igual, tem homem que curte pop e o outro curte rock.... Ninguém é igual, você dizer que pra ser homem tem que jogar futebol, assistir filmes de ação e etc é a maior mentira. Isso é rotular. Todos somos diferentes.

Pesquisador: - Mas você acha que no dia-a-dia, as pessoas pensam assim

Victor:-.... Infelizmente não... Não sei... algumas até dizem que pensam..

Pesquisador: - Então como agir?

Victor: - Eu mostro ...falo que HOMEM que SOU... ↑ gosto e namoro meninos.. (risos)..

Pesquisador: - Mas não sofre discriminação e preconceitos?

Victor: Na escola ↑ agora não diretamente Mas... na escola mesmo eu fui vítima de preconceito e sempre fiquei quieto porque eu achava que eu era errado mesmo.

Pesquisador: - Como mudou:

Victor: - Um dia que um dos meus professores conversou comigo e me disse que o que faziam comigo era cruel.Ele passou um filme.....Conversou muito comigo..

Pesquisador: - E o que mudou:

Victor: - Eu passei a exigir respeito... Eu passei a me aceitar. Mostro para as



peças quem sou e não me abaixo para as peças nesta escola e na rua. †Tenho muitos amigos gays e bissexuais.

Pesquisador: - Observo aqui na escola que alguns adolescentes são alvo de brincadeiras de mal gosto, de discriminação em relação à sexualidade, mas isso não acontece com você. Como justifica isso?

Victor: - Eu tenho PERSONALIDADE.

Pesquisador: - Como assim?

Victor: †Eu sou o que sou, Não me abaixo para eles. Mostro que sou HOMEM como eles. Estes garotos só encaram quando são indecisos que não sabem o que querem..

Pesquisador: - Será?

Victor: - †Com certeza.. olha o Lucas da manhã.. é uma mulher..mas tem PERSONALIDADE. Vê se alguém brinca com a cara dele? Ele vai em cima... enfrenta. Agora olha os que não se impoem... todos zoam..

A narrativa do estudante *Victor* aponta o sentido de “ser homem” como um processo de identificação, que ocorre independente da orientação sexual, trazendo sentidos importantes sobre a masculinidade. Apresentando um posicionamento político crítico, o jovem adolescente que se identifica como homossexual, enuncia desestabilizações de sentidos importantes sobre o masculino, relativizando questões como gostos, desejos pessoais e até mesmo o sexo anatômico, na constituição do que entende sobre “ser homem”. Tal posição enfatiza a masculinidade performativa como uma identificação potente, tanto em negação à fixidez identitária, como no reconhecimento de sentidos infinitos sobre o masculino.

Nas palavras de Butler (2015, p.55):

Se é possível falar de um “homem” com um atributo masculino e compreender esse atributo como um traço feliz, mas acidental desse homem, também é possível falar de um “homem” com um atributo feminino, qualquer que seja, mas continuar a preservar a integridade do gênero.

Outro ponto importante na fala de *Victor*, diz respeito à intervenção de um professor na escola que o fez refletir sobre o preconceito que vivia, assim como não se sentir inferiorizado sobre sua orientação sexual e, possivelmente, sobre sua performance de masculinidade dissonante à norma – na maior parte das vezes, sabe-se que a performance, com força maior que a orientação sexual, é o principal ponto de segregação de estudantes homossexuais nas escolas (BRITO, 2016).

Tal encorajamento proposto pelo professor coaduna com a proposta de educar para a diferença (LOURO, 2008). Ampliando tal discussão, os estudos *Queer* estão engajados no que se reconhece como política da diferença (MISKOLCI, 2013), proposta que emerge como uma crítica ao multiculturalismo estadunidense, que se pautava na retórica da diversidade e aqui no Brasil nas demandas de ações afirmativas – que não discordamos, mas reconhecemos que se pode ir além delas –, que apresentavam como sentidos “tolerar” e “incluir” os diferentes, o que se distancia bastante de reconhecer e valorizar o outro em suas especificidades. A diversidade trabalha com a ideia de um poder horizontal, no qual se buscava evitar o conflito e as divergências entre os diferentes grupos socioculturais, apesar de integrá-los, e a diferença tensionaria estes grupos encarando as assimetrias e hierarquias, visando a construção de um contexto democrático em que o outro se torna



parte de todos nós. A perspectiva da diferença direciona-se à alteridade, como também: “Em uma perspectiva das diferenças, *Queer*, não normativa [...] pode-se pensar na possibilidade de usá-las para modificar o processo educacional” (MISKOLCI, 2013, p.51), o que reconhecemos como uma premissa potente nos espaços escolares.

Trazemos Louro (2008, p.48) para a complementação desta análise, pois a autora em seus estudos faz o esforço de refletir sobre a construção de uma pedagogia ou um currículo *Queer*, apontando que estes devem dirigir seu olhar para os processos que produzem as diferenças, superando apenas o reconhecimento de uma “sociedade plural”, mas contemplando neste processo um “dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições que os sujeitos ocupam”. Deste modo, o relato de *Victor* mostra como a intervenção do professor no contexto escolar o possibilitou seguir em frente, reformatizando sua masculinidade e vivenciando sua orientação sexual com menos receio de possíveis retaliações.

A segunda entrevista, com o estudante Felipe, foi planejada no final do mês de junho e aconteceu no início de agosto. Ele chegou à escola no horário combinado, e, uniformizado, apresentava um grande cuidado com a maneira de se vestir e se portar. O seu jeito sério e, ao mesmo tempo, atencioso chamava a atenção.

Segue o excerto:

Pesquisador: - O que é ser homem para você?

Felipe: - Ser homem... é ter ATITUDE... é saber respeitar os outros... as mulheres... É saber HONRAR O QUE TEM! Honrar o sexo não ficar de brincadeira... como muitos aqui

Pesquisador: - O que é ficar de brincadeira?

Felipe: - Ora professor... brincadeira... esses meninos que ficam de agarra agarra tanto com outro como com as meninas... ficam zoando os outros... falando dos outros

Pesquisador: - Homem na escola tem que praticar esportes?

Felipe: - ↓tem que fazer tudo... Aqui na escola nem dá para fazer esporte direito..olha a droga de quadra..mas.. acho que todos homens gostam de esportes aqui..até as meninas... tem muitas que jogam bola.

Pesquisador: - Aqui na escola alguns alunos que são gays assumidos, outros nem tanto. Gostaria de pensar nos que são assumidos. O que você acha da postura deles?

Felipe: - Aqui tem muitos.. parece que tá nascendo muito viado... olha, eu não me misturo com eles... mas não sou contra.. outro dia, o Samuel me chamou de homofóbico... sou não, mas não me misturo... Eu não acho legal eles ficarem desmunhecando, chamando de mulher..

Pesquisador: - Mas você faz trabalho junto com Victor que se assume como gay

Pesquisador: - Professor... sei lá.. o Victor fala dos namorados e tudo... mas ele se impõe... ele sabe se respeitar e respeita os outros. É igual o Michael dança, brinca, desmunheca demais... mas briga com qualquer um que desrespeitar ele..

Pesquisador: - E os outros?

Felipe: ... (pensou bastante)... pensa nos gêmeos... o que é aquilo... eles tem caráter? Não se assumem... desmunhecaram... não se colocam... É, acho que é isso ↑ninguem sabe o que eles querem...



O estudante *Felipe*, em sua narrativa, trouxe questões divergentes da narrativa de *Victor*, ao enunciar essencializações sobre o masculino. Com falas atravessadas por preceitos próximos à homofobia e afeminofobia, *Felipe* narra sua posição de defesa por uma performance de masculinidade normativa, que, conforme a teorização que subsidia nossas discussões, “leva a efeito uma falsa estabilização do gênero, no interesse de construção e regulação heterossexuais da sexualidade no domínio reprodutor” (BUTLER, 2015, p.234).

As enunciações do jovem adolescente na entrevista, que refletem pontos que se aproximam da homofobia, negam a proximidade com colegas identificados como homossexuais na escola, repudiando atitudes e brincadeiras cotidianas, como “agarra”, além de afirmar: “olha, eu não me misturo com eles”. Homofobia pode ser conceituada como atitude de hostilidade contra pessoas que se identificam como homossexuais, designando estas pessoas como o outro, aquele/a que é inferior, anormal e estranho, fora do universo tido como normal e comum aos humanos (BORRILLO, 2010).

Além disso, a homofobia perpassa uma lógica binária presente em nossa sociedade viril e androcêntrica, que legitima e aprecia valores considerados masculinos em detrimento dos femininos. A homofobia constitui elementos que modelam um modo único de “ser homem” na sociedade, pois “ser homem implica menosprezar as mulheres e detestar os homossexuais” (BORRILLO, 2010, p. 89). Um aspecto central da identificação de ausência de virilidade estaria na assemelhação com a feminilidade, como, por exemplo, a performance de gênero de um sujeito, reconhecido socialmente como “homem”, abarcar aspectos tidos como feminino. Neste contexto, estaríamos diante da afeminofobia, uma espécie de “fantasma” que “assombra” as performances normativas de masculinidades.

O termo afeminofobia levanta a questão do distanciamento e repulsa do feminino entre homens, pois a imagem do menino e do jovem afeminado significava uma posição marginal e desonrosa para sujeitos que se identificavam como “homens”, já que o reconhecimento do feminino, até mesmo na homossexualidade, precisava ser negado e descartado, dada sua carga de estigmatização na sociedade (SEDGWICK, 1991).

Ressaltamos também, que o ato de coçar ou pegar a região peniana foi uma constante naquela tarde em que ocorreu a entrevista com *Felipe*, principalmente quando questionado sobre “ser homem”. Este fato, pode mostrar a estreita relação entre masculinidade – normativa – e a valorização do falo. Para se firmar e reforçar sua posição como “homem”, o estudante precisou mostrar que estavam presentes naquela conversa, ele e o falo. A enunciação relatada na entrevista “HONRAR O QUE TEM”, embora não tenha sido explorada pelo pesquisador, apresenta aproximações, em nossas interpretações, com a valorização do pênis.

Nos chamou atenção, ao compararmos as falas dos dois jovens adolescentes, o respeito por sujeitos que na escola “se impõem” em relação à orientação homossexual e à performance de masculinidade dissidente à norma. Os dois estudantes valorizaram, em suas enunciações nas entrevistas, o fato dos colegas gays não permitirem serem rechaçados na escola, ainda que na fala de *Felipe*, o ato de “se impor” pareça ter proximidade com o fato de não ser afeminado, ou seja, de performatizar uma masculinidade mais normativa. No caso de *Victor*, o relato sobre seu modo de vivenciar sua orientação sexual e sua performance de masculinidade na escola é legítimo e, até mesmo, admirável, porém não pode ser tido como uma norma – uma espécie de homonormatividade – para que estudantes que se identificam como homossexuais superem as segregações cotidianas.



Considerações

Buscamos, ao longo deste artigo, problematizar narrativas de dois estudantes sobre os sentidos das masculinidades como performances no contexto escolar. As narrativas nos permitiram perceber discursos múltiplos e, de uma maneira geral, divergentes sobre os significados de “ser homem”, ainda que tenham convergido, em alguma medida, com a valorização do ato de se “impor” na escola, quando o sujeito se identifica como homossexual.

Pensar em masculinidades performativas, nos diferentes contextos sociais, nos direciona a vislumbrar o reconhecimento de infinitas possibilidades de “ser homem”, contestando a imposição de padrões e regulações sobre os sentidos do masculino, em particular, nos contextos escolares, foco de discussão desta pesquisa. Os cotidianos escolares são espaços ricos em que os estudantes, através de suas performatizações, questionam os modos impostos pelo senso comum e pelo pensamento conservador, que buscam, reiteradamente, estabilizar os sentidos do masculino. Entretanto, é justamente pela repetição da norma, conforme a teorização da performatividade de gênero, que os deslocamentos emergem para visibilizar as incalculáveis possibilidades de “ser homem”.

Assim, conhecer os discursos e as narrativas sobre gênero e sexualidade dos/das estudantes, pode contribuir para a construção de um currículo que busque valorizar e reconhecer as inúmeras identificações de orientação sexual, de masculinidades e feminilidades como performances, mas principalmente problematizar e desconstruir o discurso da (hetero)norma. E, deste modo, colocar em xeque visões essencializadas e congelamentos identitários, valorizando infinitas identificações para os espaços escolares e propondo o potente diálogo entre as diferenças nas práticas pedagógicas cotidianas.



Referências

ARTES, A. C. A.; CARVALHO, M. P. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 34, p. 41-74, jan/jun. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332010000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 de fev. de 2018.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas.

BACHILLER, C. R. Poscolonialismo y teoría *Queer*. In: CORDOBA, D.; SAEZ, J. VIDARTE P. (Org.) **Teoria Queer**: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona/Madri: Egales, 2005, p.22 – 48.

BADINTER, E. XY. Sobre a Identidade Masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BASTOS, L. C. Contando Estórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa. **Caleidoscópio**, Brasília, v.3, n. 2, mai./ago. p.44/47, 2005. Disponível em: < https://www.academia.edu/21840738/Contando_est%C3%B3rias_em_contextos_espont%C3%A2neos_e_institucionais_-_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o_ao_estudo_da_narrativa>. Acesso em: 20 de mai. De 2018.

BENTO, B. **Homem não tece a dor**: queixas e perplexidades masculinas. Natal: UFRN, 2013.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRITO, L. T. Masculinidades precárias: narrativas de jovens gays sobre homofobia no contexto escolar. In: FERRARI, A.; CASTRO, R. P. (Org.). **ABEH e a construção de um campo de pesquisa e conhecimento**: desafios e potencialidades de nos re-inventarmos. Campina Grande - PB: Editora Realize, 2017, p. 578-586.

BRITO, L. T.; FREITAS, J. G. O.; SANTOS, M. P. “Não, Isso não é Coisa pra Homem”- Masculinidades e os Processos de Inclusão/Exclusão em uma Escola da Baixada Fluminense – RJ. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 5, n. 2, p. 114-125, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6137>>. Acesso em: 17 de fev. de 2018.

BUTLER, J. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. **Revista de Antropología Iberoamericana**, Madrid, v. 4, n. 3, sep./dec. 2009, p. 321-336. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62312914003>>. Acesso em: 17 de fev. de 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. Repensar la vulnerabilidad y la resistencia. In: XV Simposio de la Asociación



Internacional de Filósofas (IAPh), Alcalá de Henares, España, 2014. Disponível em: http://www.cihuatl.pueg.unam.mx/pinakes/userdocs/assusr/A2/A2_2195.pdf. Acesso em: 20 de mai. de 2018.

CAETANO, M. **Performatividades Reguladas**: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Editora Appris, 2016.

CAETANO, M. R. V.; SILVA JUNIOR, P. M.; GOULART, T. E. S. Masculinidades hegemônicas e dissidências: tensões curriculares em cotidianos de escolas da periferia. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 214-232, jan./abr. 2016. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6851/pdf> >. Acesso em: 17 de fev. de 2018.

CARLSON, D. Who Am I? Gay Identity and a Democratic Politics of the Self. In: PINAR, W. E. (Org.) **Queer Theory in Education**. New Jersey e Londres: Lawrence Erlanbaum Associates Publishers, 1998.

COUTO JUNIOR, D. R. ; BRITO, L. T. “Vocês conhecem algumx -heterossexual flexível??”: masculinidades performativas em debate. **ETD: EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL**, v. 20, p. 81-97, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647597> >. Disponível em: 20 de mai. de 2018.

FROSH, S.; PHOENIX, A.; PATTMAN, R. **Young Masculinities**. New York: Palgrave, 2002.

GOFFMAN, E. Performances: belief in the part one is playing. In: BIAL, H. (Org.). **The performance Studies Reader**. Nova York: Routledge, 2004, p.17-24.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Autêntica, 2013.

MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sócias – uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB - CUCA, p. 55-71.

O`DONNELL, M.; SHARP, S. **Uncertain Masculinities**. Londres: Routledge, 2002.

PELÚCIO, L. O Cu (de) Preciado? Estratégias cucarachas para não higienizar o *Queer* no Brasil. **Iberic@l: Revue d´études ibériques et ibéro-américaines**, Paris, v. 1, p. 123-136, jul. 2016. Disponível em: < <http://iberical.paris-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2016/05/Pages-from-Iberic@l-no9-printemps-2016-12.pdf> > . Acesso em: 17 de fev. de 2018.

PENNYCOOK, A. **Global Englishes and Transcultural Flows**. Nova York: Routledge, 2007.

SCHIFFRIN, D. Speech Act Theory. In: SCHIFFRIN, D. **Approchse to Discourse**. Cambridge, Mass: Blackwell, 1994, p. 15 – 22.



SEDGWICK, E. K. How to bring your kids up gay. **Social Text**, n. 29, 1991, p. 18-27.

SEFFNER, F.; SILVA, L. F. “Mind the trap”: o menino, a escola e a folha de alface. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/22451/15154>>. Acesso em: 17 de fev. de 2018.

SILVA JUNIOR, P. M. “Se der mole ... eu passo o rodo”: quando as questões de gênero, sexualidades, masculinidades e raça invadem o cotidiano escolar. **Revista Café com Sociologia**, Maceió, v.6, n.1, 2017. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/789>. Acesso em: 10 de mar. de 2018.

SULLIVAN, N. **A critical introduction to Queer theory**. Nova York: New York University Press, 2003.

THORNBORROW, J.; COATES, J. **The Sociolinguistics of narrative**. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

THREADGOLD, T. Performing theories of narrative: theorizing narrative performance. In: THORNBORROW, J.; COATES, J. (Org.). **The Sociolinguistics of Narrative**. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 261-278.

WARNER, M. *Fear of a Queer planet: Queer politics and social theory*. Minnesota: Minnesota Press, 1991.

WILCHINS, R. *Queer theory, gender theory*. Los Angeles: Alysson Books, 2004.

WORTHAM, S. **Narratives in Action**. New York: Teachers College Press, 2001



Performance-art e nudez: Reflexões interdisciplinares sobre a recepção da obra de arte

Performance-art and nudity: Interdisciplinary reflections about the acceptance of the works of art

Andressa Rodrigues dos Santos (UNICENTRO)¹
Vanessa Seves Deister de Sousa (UNICENTRO)²

Resumo

O presente artigo tem como propósito analisar a questão da nudez artística a partir da recepção do público e da crítica das performances intituladas *Para aqueles que ainda vão nascer* e *La bête*, apresentadas, respectivamente, nos anos de 2016 e 2017. Para tanto, é essencial compreender a relação entre “performance” e a “nudez”, levando-se em consideração as diversas possibilidades de interconexões discursivas suscitadas pelas temáticas em diferentes âmbitos além do “artístico”, tais como: o social, o histórico, o político e o educacional. Dessa forma, o tema “nudez artística”, será tratado a partir de reflexões interdisciplinares elencadas no corpo do texto, a fim de culminar em uma crítica ao mesmo tempo, abrangente e integralizadora sobre a temática.

Palavras-chave: Arte. Performance. Corpo. Crítica de arte.

Abstract

This article's goal is to analyze the matter of artistic nudity based on the public's acceptance and the criticism received by the performances *Para aqueles que ainda vão nascer* e *La bête*, presented, respectively, in 2016 and 2017. But to do so, it's essential to understand the connection between “performance” and “nudity”, as well as the various possibilities of discursive interconnections arised from the themes in different scopes besides the “artistic”, such as: social, historic, politic and educational. Therefore, the theme “artistic nudity”, will be discussed in regard to interdisciplinary reflections listed in the main body of the text, with the goal of peaking on a comprehensive and integrative criticism about the theme.

Keywords: Art. Performance. Body. Art criticism.

1 Especialista em Metodologia do Ensino de Arte, Graduada em Filosofia e graduanda em Arte.

2 Mestra em Artes Visuais, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e graduada em Educação Artística.



Introdução

A questão da nudez na arte pode ser vislumbrada em diversos contextos históricos e em múltiplas linguagens estéticas. A proposta deste artigo é construir um panorama argumentativo a partir da recepção do público sobre a questão da nudez artística presente nas performances intituladas *Para aqueles que ainda vão nascer* (2016) e *La bête* (2017). Tais performances serão abordadas no campo teórico de forma transversal, a fim de possibilitar diálogos interdisciplinares.

Na primeira parte do artigo, a nudez artística será problematizada a partir de referências advindas do campo da história e da estética. Na sequência, serão apresentadas as descrições das duas performances selecionadas, nas quais o corpo nu foi utilizado com um fim específico, porém, não muito bem compreendido por parte do público leigo. Este ruído entre público e obra pretende ser analisado em profundidade, a fim de ampliar as possibilidades de compreensão sobre o fenômeno da recepção da obra de arte e o papel da crítica na contemporaneidade.

Por fim, o artigo promove uma reflexão sobre a questão da nudez artística e do discurso político. Tema que não pretendia ser explorado inicialmente, mas tornou-se necessário a partir do momento em que houve a identificação da influência de alguns grupos específicos no pensamento de parte do público leigo sobre a recepção das performances acima citadas.

Nota-se, portanto, que para se construir uma análise crítica do fenômeno da recepção da nudez na *performance-art*, foi necessário tocar o campo da política, da história, da comunicação e até mesmo da educação. Ou seja, existe um caráter interdisciplinar necessário ao debate que tem como foco um corpo humano constituído de tensões, distensões, arte e subjetividade.

A nudez na arte: o “despir” histórico e a *performance-art*

O nu artístico é tão antigo quanto a própria História da Arte. Já no período paleolítico, considerado o mais antigo em termos de registro simbólico da raça humana no planeta, o ser humano criou imagens de mulheres completamente nuas. A representação do corpo nasce da abstração da nudez, do olhar do homem sobre si mesmo e sobre o outro, sobre sua sexualidade e a fertilidade, sobre as questões das diferenças e semelhanças dos órgãos genitais e sobre conteúdos simbólicos ainda muito nebulosos para antropólogos, historiadores e sociólogos.

Tentar traçar um panorama da nudez na arte é tarefa complexa, uma vez que ela é presente do oriente ao ocidente, de norte a sul, em diversas culturas e de diferentes maneiras. Os gregos, por exemplo, foram notórios ao optar pela nudez na arte, na qual os corpos nus de deuses e atletas eram construídos a partir de ideais matemáticos. A busca pelo divino estava associada a construção de proporções “pitagoricamente” equilibradas, como é possível perceber não só no torso de Apolo esculpido por Policleto, como também em dezenas de outras esculturas do período clássico e helenístico. Era o casamento entre a nudez, a matemática, a beleza e a arte como mostra Umberto Eco (2010, p.61):

Com Pitágoras nasce uma visão estético-matemática do universo: todas as coisas existem porque refletem uma ordem e são ordenadas porque nelas se realizam leis matemáticas que são ao mesmo tempo condição de existência da Beleza.



No entanto, os gregos também vestiam totalmente ou parcialmente os corpos nus das esculturas. Segundo Ribon (1991), Praxíteles remodelou os nus de acordo com os gêneros: os masculinos deviam refletir a “energia olímpica” e os femininos a “graça celeste”, num momento em que os corpos femininos totalmente despidos começaram a ser esculpidos na antiguidade clássica.

Tais relações sobre o corpo, a matemática e a nudez, foram resgatadas periodicamente na História da Arte, a exemplo do Renascimento e do Neoclassicismo. De qualquer forma, o embate estético a partir do corpo nu atravessou os séculos e chegou à modernidade com as provocações de Manet, Picasso, Dalí, dentre tantos outros artistas que ora resgataram, ora contestaram os ideais clássicos e tabus que moldavam, despiam ou vestiam os corpos humanos nus.

Ao adentrar o complexo terreno da arte na contemporaneidade, a nudez total ou parcial permanece em voga na pintura, na escultura e, até mesmo, em campanhas publicitárias. Contudo, quando se trata de nudez, aparentemente, existem tipos de corpos aceitos e outros rejeitados pelo público em geral. Um desses campos que tem provocado amplos debates sobre o assunto é a *performance-art*.

A *performance-art* é uma linguagem artística pautada em conceitos híbridos e mutáveis. Em sua história, resgata-se a questão da “arte corporal” que está ligada a um conjunto de ações iniciadas no século XX na Europa e nos Estados Unidos. Ações estas que eram profundamente provocativas em um contexto associado ao pós-guerra e na esteira das vanguardas artísticas. O rompimento com as convenções formais e estéticas da arte tradicional e até mesmo com alguns aspectos das próprias vanguardas, são a essência da *performance-art*. Traços que levam Renato Cohen a denominar esta linguagem como “arte de fronteira”³. Dessa forma, “a performance” ou *performance-art* passa a ser compreendida como um desdobramento dos limites entre a arte conceitual e a arte corporal, na qual o corpo era o meio para gerar novas significações, na efemeridade das apresentações e no fim da representação.

Nos anos 50, John Cage na música e Merce Cunningham na dança, são os precursores de pesquisas com essa nova linguagem, ampliando a questão “performática” para a linguagem musical. Na pintura, surge o conceito de *action painting* com o artista Jack Pollock, inserindo o ato de pintar e o processo de criação de uma obra de arte como “cena performática”. Allan Kaprow, por sua vez, passou a propor os *environments* que resultam nos *happenings*, como novos desdobramentos da arte da performance.

Em 1959, Kaprow e Cage criam um novo conceito de encenação quando durante uma hora e meia, cenas pautadas no acaso e na improvisação são apresentadas a um público que interagia constantemente com as ações, segundo Umberto Eco (2010, p. 85):

O corpo é passível de todo este processo formal de investigação uma vez que constitui um sistema simbólico e uma de nossas mais antigas e complexas instituições sociais. E talvez uma das menos visíveis enquanto tal. Graças a ele definimos nossa identidade de humanos, nos diferenciamos das coisas e de outros humanos e hierarquizamos nossas relações com eles. Temos, portanto, aqui a noção de corpo como construção simbólica, narrativa, uma vez que o corpo no-

3 O termo se refere a natureza da expressão artística, entre dois gêneros (artes plásticas e artes cênicas) se tornando híbrida; o termo também tem como intuito evidenciar a expressão artística (performática) que acontece nesse intervalo (COHEN apud GONÇALVES, 2004).



meado (vestido, dócil, másculo, feminino, cidadão, estrangeiro, estetizado, saudável, doente, monstruoso, virtual etc) nasce de mediações, de formas discursivas que geram alteridades como teias de significação.

O corpo é meio de experimentações e significações, por isso é histórico e cultural. Em outras palavras, ao mesmo tempo que experimenta o espaço, sua imagem é um “artifício cultural” ao qual são atribuídos significados, expondo a identidade do sujeito. É o corpo que nos identifica enquanto humanidade, enquanto seres diferentes de outros animais, outros humanos e outras coisas; e é através dele que a hierarquia das relações se manifesta. Com isso, o corpo pode ser entendido em uma dimensão simbólica: elemento narrativo, nomeado, qualificado, excluído ou incluído em inúmeras categorias. Em razão disso, Sidonie Smith (apud GONÇALVES, 2004, p. 86) argumenta:

a naturalização do corpo pode ser um terreno enganoso, talvez o espaço do estranho e não do familiar”, pois sendo uma construção cultural e, portanto, política, a evidência do corpo pode apenas oferecer um aparente continuum de identidade estabilizada.

É justamente o fato de que o corpo possibilita uma rede de conexões e significações que a naturalização pode ser uma questão complexa, visto que estas conexões e significações estão em vários âmbitos: cultural, social, político, dentre outros.

Sobre o assunto, o professor e curador argentino Jorge Glusberg (2005, p. 128), acredita que no *happening* e na *body art* havia a tendência “desfetichizar o corpo humano”. através da exclusão do culto à beleza ao qual o corpo foi elevado pela pintura, literatura e escultura por séculos, com o objetivo de retornar à sua verdadeira função. Assim, nos anos 70, novos experimentos são feitos no âmbito da *body art* e da performance, de modo mais sofisticado e conceitual, incorporando outras mídias, modificando também a estética das experiências.

Partindo de todas essas informações, é possível afirmar que dentro da linguagem da *performance-art*, o corpo nu é apenas um instrumento, como explica Marco Paulo Rolla (2012, p. 126):

Seu corpo nu vai desprover o olhar do outro das armadilhas dos códigos sociais dos vestuários e dos figurinos de pertencimento, criando assim outros lugares. Ampliar seu espaço de ação sensorial pode ser um dos motivos para a aparição do corpo limpo. Também existe um sentido de se colocar vulnerável, de exercer sua humildade, mostrando seus “defeitos” e qualidades.

A *performance-art* é uma expressão artística extremamente flexível e possibilita o diálogo entre muitas áreas do conhecimento. E este diálogo dentro da especificidade da linguagem somente é possível devido a presença de um ser humano vivo, em tempo real, em contato com outros corpos. Em outras palavras, o corpo enquanto instrumento (sujeito e objeto) assimila e modifica o espaço, de modo com que a síntese dessa comunicação possa ser absorvida pelo espectador.

Diante de todas essas reflexões, surge a questão: Há a necessidade da nudez na *performance-art*? Tendo em vista que o corpo é instrumento, discurso e elemento cultural, político e simbólico, qualquer outro objeto ou roupa associada ao corpo se transforma em um elemento comunicante e que tem associações culturais, políticas e simbólicas.



Dessa forma, a resposta é “Sim!”: a nudez é necessária quando uma performance necessita trabalhar com o corpo em sua totalidade, na simplicidade da ausência de vestimentas, uma vez que o uso da roupa pode modificar profundamente o discurso da performance. Os estudos sobre moda do artista Flávio de Carvalho corroboram esta ideia conforme apontado por Marco Paulo Rolla (2012, p. 125):

Desde o momento em que o homem começa a colocar adornos e trajes sobre o seu corpo nu, ele inicia a separação de classes, estabelecendo um compromisso coletivo entre os membros da sociedade para que os mesmos aceitem tacitamente a distinção pelo traje e pelo adorno.

Seguindo esse pensamento, conclui-se que a nudez do corpo impossibilita a categorização daquele ser em códigos sociais, pois no âmbito social e cultural, a vestimenta aponta para outras informações. Somente através do corpo despido seria possível em uma cena performática ampliar o “espaço de ação sensória” para determinados fins (ROLLA, idem).

Ainda segundo o pesquisador, outro argumento igualmente interessante é a questão da vulnerabilidade de um corpo nu que se apresenta com todos os seus defeitos e qualidades perante o público. Marco Paulo Rolla (2012) também argumenta que o ato de se despir na *performance-art* não está ligado ao ato de liberação sexual dos anos 60, pois o despir-se é entregar-se aos olhos daquele que julga, ou seja, aos olhos dos espectadores, elementos que serão analisados na sequência.

Para aqueles que ainda vão nascer ou Os peladões de Londrina?

No dia 03 de março de 2016, uma performance chamou a atenção da comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e de parte da população. Um grupo de alunos orientados pelo professor de interpretação teatral Aguinaldo Moreira, fez uma performance sobre o holocausto no campus da universidade utilizando diversos performers completamente nus. Neste caso, o que chamou a atenção de todos não foi o tema da ação, mas a questão da nudez, noticiada em diversos veículos de comunicação e, também, muito comentada através de postagens públicas nas redes sociais.

A performance, intitulada *Para aqueles que ainda vão nascer* fazia parte de um trabalho de conclusão de curso sobre o holocausto nazista, projeto de pesquisa realizado até recentemente pelo professor, que na ocasião estava concluindo sua segunda graduação, no curso de filosofia, iniciada no ano de 2009.

“Entre a política e a estética: meu corpo-página e a memória do holocausto nazista” era o título da pesquisa feita pelo docente do curso de Artes Cênicas da mesma universidade⁴. Na descrição da pesquisa, Aguinaldo Moreira explica que a partir de estudos advindos de ideias da filósofa política Hannah Arendt e do treinamento psicofísico dos atores no processo de criação, era possível desenvolver um espetáculo teatral do “acontecimento” mesclando a expressão artística à ação política.

Compreender que a performance foi dirigida por um professor pesquisador doutor e experiente na área das artes cênicas parece um dado extremamente relevante para a compreensão da complexidade da performance, bem como a utilização da nudez e de

4 De acordo com seu currículo lattes, Aguinaldo Moreira é Doutor em Letras, além de professor de Interpretação teatral na Universidade Estadual de Londrina, bailarino, ator e diretor.



imagens conceituais construídas através dos corpos dos atores, pois o dado aponta para um trabalho coletivo pautado na pesquisa interdisciplinar.

Por outro lado, quase todos os meios de comunicação que veicularam a notícia sobre a ação performática, deram destaque apenas para a nudez dos corpos. Foco perceptível através da leitura dos títulos das matérias, tais como: “*Peladões: vídeo em Londrina mostra alunos de Universidade pelados*”⁵; “*Os peladões de Londrina: Manifestações artísticas de nudez, chocantes ou enfadonhas?*”; “*Estudantes nus fazem performance sobre o holocausto e geram polêmica*”. Ou seja, observa-se que as três abordagens mais acessadas pelos internautas deram ênfase à nudez e apenas uma delas menciona que a performance teria temática relacionada ao holocausto. Ainda assim, o que gera polêmica e “assusta” a população não é a constatação de um fato histórico que provocou o genocídio de aproximadamente 6 milhões de judeus e sim, a nudez de 20 ou 30 acadêmicos durante uma performance artística, dentro de um campus universitário.

No corpo de algumas reportagens, verificam-se citações com as explicações dadas pelo professor através das redes sociais, contudo, nota-se um teor de descrédito na forma como elas são noticiadas como esta de Pedro Willmersdorf (2016):

É um trabalho de filosofia política que aborda o holocausto nazista. Os atores estão peladões porque acabaram de sair da câmara de gás, para onde foram enviados achando que era um banho coletivo. Uma página horrível da História para ser discutida, e as pessoas só veem genitália [...] Todos os presentes ficaram com um nó na garganta, por lembrar da chacina do Carandiru, evento recente no Brasil, sobre o qual nós quisemos falar. A nudez é a retirada da dignidade de homens em situação de humilhação. Ver “peladões” na cena, ou ainda tecer comentários sem tê-la visto, é falta de percepção. Mas é comum. Os comentários “sem noção” estão mostrando uma falta de percepção, só isso. Falamos de morte e de violência, não de sexo.

O que falta em todas as notícias é a explicação ou compreensão da nudez nesse contexto. Tendo em vista que nesta performance a nudez tinha como objetivo fazer com que os atores e o público sentissem pelo menos superficialmente o que os judeus passaram dentro dos campos de concentração, foi visível nos noticiários a falta de preparo dos jornalistas ao redigirem as “manchetes” sobre o fato. Na performance, o despir simbolizava a descaracterização dos indivíduos, um meio de “despersonificar” e “desumanizar” aquelas pessoas e não a questão da “sexualidade”, como bem explanou o professor orientador.

Sintomaticamente, não foram encontradas “impressões” com “manchetes” com outros enfoques sobre a performance. Aparentemente, nenhum jornalista se deu o trabalho de buscar o título da ação ou aprofundar-se no contexto no qual ela foi apresentada. Talvez, esse seja o motivo da performance ter ficado conhecida apenas como “*Os peladões de Londrina*”. Pelos mesmos motivos, o público também não encontraria facilmente quaisquer outras informações sobre como ocorreu a performance no campus da Universidade.

É importante ressaltar que essas informações ocultadas seriam de extrema importância para a compreensão da ação. Os comentários se reduzem em enfatizar que os corpos dos atores estavam nus. Se a análise da performance é feita somente através destes meios de comunicação, muito provavelmente, o público dificilmente teve a compreensão de como foi a performance e concluiu que a nudez foi “gratuita” e destituída de “sentido”.

5 Portal “Agora 1”; Portal “Obviousmag”; Portal “Extra-Globo”; dentre outros sites de notícias. Os links para acesso das reportagens na íntegra encontram-se nas referências bibliográficas deste artigo.



Dessa forma, pode-se afirmar que no caso da ação performática ocorrida em Londrina, o papel dos meios de comunicação reforçou a interpretação leiga ao invés de esclarecer o público sobre a evidente questão conceitual presente em uma ação “artística” que envolve a nudez.

Este fato vai ao encontro do campo da crítica de arte, antes realizada por especialistas e hoje diluída no meio jornalístico e nas redes sociais. A partir do momento em que o público passou a possuir maior protagonismo sobre suas impressões através das redes sociais, o discurso especializado ficou sintomaticamente em menor evidência perante o público e mais restrito aos circuitos fechados da arte. Fato que pode ter potencializado a capacidade viral de discursos tão equivocados sobre a performance.

La bête e as redes sociais

La bête (“A Besta”) foi uma performance apresentada no dia 26 de setembro de 2017 no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, na abertura da 35ª edição da mostra “Panorama da Arte Brasileira”. Resumidamente, a performance consistia em uma releitura da obra *Bicho* de Lygia Clark, na qual o coreógrafo Wagner Schwartz apresentava-se completamente nu e se movimentava a partir da interação com os espectadores.

Na ocasião, o que causou grande alvoroço do público nas redes sociais foi a interação de uma criança que estava presente no dia, acompanhada de sua mãe. O MAM (2017), em nota de esclarecimento, ressalta que a sala estava sinalizada, contendo a informação de que haveria “nudez artística” durante a performance. Procedimento adotado como “protocolar” pela instituição para informar aos espectadores sobre qualquer situação que trate de “temas sensíveis”.

A repercussão negativa que se alastrou nas redes sociais e nos meios de comunicação de massa, em geral, foi de tom bastante pejorativo alegando “abuso” e “pedofilia”, ainda que a responsabilidade de levar uma criança a uma apresentação artística contendo nudez seja dos responsáveis legais, no caso a mãe; e considerando também que houve análise do Ministério Público Federal a partir de denúncias sobre o caso, conforme noticiado pelo Ministério Público Federal (2018):

Em seu pedido de arquivamento, o MPF explica que as imagens não apresentam os elementos previstos no art. 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, que tipifica o crime de divulgação de pornografia infantojuvenil, por não se tratar de situação legalmente tipificada como pornografia infantil. “A mera nudez do adulto não configura pornografia eis que não detinha qualquer contexto erótico. A intenção do artista era reproduzir instalação artística com o uso de seu corpo, e o toque da criança não configurou qualquer tentativa de interação para fins libidinosos”, destacou a procuradora da República Ana Letícia Absy, responsável pelo procedimento investigatório.

Evidentemente, a não compreensão do contexto artístico atrelada ao conservadorismo com relação ao corpo e a nudez por parte do público, assuntos considerados “tabus” dentro da sociedade, levam a construção de discursos que fazem o público leigo “questionar” tanto o conceito quanto o “valor” da própria arte.

Com isso, torna-se evidente que o debate sobre a recepção e a preparação do público para o fato é essencial. Uma vez que, no caso *La Bête*, o papel dos meios de comunicação



foi um pouco mais íntegro, ao apresentar a nota do museu, dar voz ao protagonista da ação e, também, esclarecer parcialmente o público sobre a questão conceitual e estética envolvida na performance.

Entretanto, a partir da recorrência da reação negativa do público ao presenciar uma nudez artística, pode-se afirmar que existe muito despreparo por parte dos receptores. Tal despreparo, evidentemente não está apenas focado em questões morais, mas toca em assuntos educacionais e políticos, uma vez que o ensino de arte geralmente é tratado de forma desdenhosa por muitas instituições de ensino brasileiras.

Arte, nudez e política: uma recepção conservadora?

A repressão ao corpo nu no campo da arte, dentro do contexto nacional, tem sido comumente atrelada às questões políticas, tanto que as duas últimas investidas contra exposições artísticas foram articuladas pelo Movimento Brasil Livre (MBL). O MBL é um movimento político nacional, iniciado em 2014, que defende o liberalismo econômico e o republicanismo, se caracterizando como um movimento 'de direita' dentro do cenário político.

Sem fazer juízo de valor sobre posicionamento político, as propostas apresentadas pelo MBL caracterizam um conservadorismo proeminente. Na medida em que os simpatizantes e filiados ao movimento dentro do Congresso Nacional são as chamadas "Bancada Evangélica" e "Bancada Ruralista". Tal movimento político constantemente apresenta propostas que ferem, por exemplo, a laicidade do Estado e os direitos das minorias, tendo em vista a matéria de Talita Bedinelli (El País, 2017):

Eles conseguiram avançar em propostas mais conservadoras, como a retirada da palavra "gênero" no Plano Nacional de Educação, realizaram audiências e comissões para tentar barrar qualquer direito da comunidade LGBT e das mulheres.

Desta forma, não há como não associar o posicionamento político do Movimento Brasil Livre com o conservadorismo e, talvez, a repressão não somente ao corpo, mas também à sexualidade e ao gênero. As propostas feitas pelo movimento, aprovadas durante o "I Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre", realizado em novembro de 2015, couberam em apenas sete páginas, contendo diretrizes para a educação, saúde, sustentabilidade, política, economia, justiça, transporte e urbanismo. E é sintomática a falta de argumentação no que tange a educação. Como é possível perceber no item *Propostas Aprovadas* que faz parte do documento anteriormente citado que foi publicado pelo MBL (2015, p. 2):

Apresentação do Projeto de Lei "Escola sem Partido" em legislativos estaduais e municipais. [...] Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.

Ou seja, o Projeto de Lei "Escola sem Partido" (n.º 867/2015), por exemplo, apresenta, de modo bastante duvidoso uma educação extremamente conservadora, que pode tornar cada vez mais difícil o debate sobre a *performance-art*, a nudez artística, a arte conceitual, dentre outras abordagens extremamente necessárias para a compressão do objeto artís-



tico na contemporaneidade. Uma vez que, enquanto “tabu” social, essas manifestações podem ser facilmente conflitantes com argumentações de cunho “moral” e sem embasamento científico, como ocorre neste trecho (BRASIL, PL. n.º 867/2015, p. 2):

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

É evidente que a “doutrinação política e ideológica” dentro de sala de aula é antiética. No entanto, quando se trata de atividades contrárias aos posicionamentos religiosos ou morais dos pais ou responsáveis que a situação é mais delicada; pois dependendo da leitura que se faça da lei, o professor poderia ser impedido de ensinar inúmeros conteúdos em sala de aula, por conta da maneira como o texto foi escrito, podendo caracterizar como “doutrinação” diversos conteúdos e abordagens caras a qualquer professor que pretende ensinar com criticidade, como também ocorre neste outro trecho (BRASIL, idem, p. 5):

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

Neste ponto da justificativa da lei é possível perceber ainda mais o conservadorismo que afeta as questões relacionadas ao “corpo”, ao “gênero” e a “sexualidade”. A ideia de que educação sexual incentiva os jovens a iniciarem sua vida sexual mais cedo e de que a orientação sexual de um indivíduo é influenciável apenas pelo meio, demonstram o quão conservador é o público que aplaude e apoia o movimento.

Esse tipo de argumentação política que adentra no campo jurídico e influencia diretamente o âmbito educacional, é reflexo de um contexto cultural que também retrocede no debate sobre a arte e o corpo dentro e fora das escolas. Consequentemente, resulta em atitudes de repúdio e recriminação, como sofreram as performances *Para aqueles que ainda vão nascer* e *La bête*, justamente por falta de criticidade e conhecimento dos receptores em decorrência de uma educação pela arte com graves falhas no campo da crítica e que tende, caso o projeto seja aprovado, a tornar-se cada vez mais delicada.

Considerações finais

Como se pode afirmar através dos argumentos expostos: a nudez está amplamente fundamentada. Em primeira instância, o corpo nu está mais que justificado e contextualizado ao longo da História. A compreensão de que o corpo abarca infinitas possibilidades de significação nos mais diversos âmbitos (social, cultural e político) nos permite compreender, muitas vezes, a necessidade do corpo nu em cena. Neste caso, a ideia de que a vestimenta comunica, classifica e exclui significados simbólicos particulares por parte da recepção da ação performática já parece bastar para se compreender a necessidade da nudez de um corpo num contexto artístico.

Por fim, conclui-se que para um melhor entendimento do público acerca dos concei-



tos estéticos que circundam a nudez artística, é necessário um massivo investimento em educação e um olhar mais crítico sobre o impacto dos discursos políticos sobre as redes sociais. Apenas através de um viés instrutivo sobre a questão do corpo e da nudez por parte da crítica especializada e da arte educação, pautada na laicidade, pode-se vislumbrar uma recepção menos agressiva e mais crítica sobre essa temática tão recorrente, mas, ao mesmo tempo, tão problemática no campo da história da arte e da estética.



Referências

- BEDINELLI, Talita. **“Os parlamentares religiosos tendem a ser mais conservadores do que a população evangélica”**. (Entrevista com Maria das Dores Campos Machado) El País, São Paulo, 04 dez 2017. Caderno Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html>. Acesso em: 04 maio 2018.
- BRASIL. Programa Escola sem partido. Projeto de Lei n.º 867/2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.
- CANONGIA, Lígia. **O Legado dos Anos 60 e 70**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CANTON, Kátia. **Corpo, Identidade e Erotismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- ECO, Umberto. **História da Beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- IORE, Fábio. **Os Peladões de Londrina - Manifestações artísticas de nudez, chocantes ou enfadonhas?** Obvius, São Paulo, 03 mar. 2016. Disponível em: <http://obviousmag.org/o_adiador/2016/os-peladoes-de-londrina.html>. Acesso em 19 out. 2016.
- GLUSBERG, Jorge. **A Arte da Performance**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GONÇALVES, Fernando do Nascimento. **Performance: um fenômeno de arte um fenômeno de arte-corpo-comunicação**. Revista Logos: Corpo, arte e comunicação, Rio de Janeiro, n.20, 2004. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14676/11144>> Acesso em: 24 out. 2016.
- JAEGER, W.W. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JIMENEZ, Marc. **O que é estética?** São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- MPF descarta crime de pornografia infantil em interação de criança com artista nu no MAM. Ministério Público Federal – Notícias. São Paulo, 22 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-descarta-crime-de-pornografia-infantil-em-interacao-de-crianca-com-artista-nu-no-mam-de-sao-paulo>>. Acesso: 04 maio 2018.
- Propostas aprovadas. Movimento Brasil Livre (MBL). São Paulo, Nov. 2015. Disponível em: <<http://mbl.org.br/propostas/>> Acesso: 04 maio 2018.
- RIBON, Michel. **A arte e a natureza**. Campinas: Papius, 1991.
- ROLLA, Marco Paulo. **O Corpo da performance**. Revista UFMG. Belo Horizonte. 2012. Vol. 19.
- WILLMERSDORF, Pedro. **Estudantes nus fazem performance sobre o holocausto e geram polêmica**. Extra On Line / Globo, Rio de Janeiro, 26 fev. 2016. Caderno Notícias. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/estudantes-nus-fazem-performance-sobre-holocausto-geram-polemica-18761907.html#ixzz4Oo76DxDkD>>. Acesso em 19 out



2016.

_____. **Peladões** – Video em Londrina mostra alunos de Universidade pelados. Portal Agora 1, Ponta Grossa, 3 mar. 2016. Disponível em: <<http://agora1.info/estadual/peladoes-video-em-londrina-mostra-alunos-de-universidade-pelados/>> Acesso em 19 out 2016.

ZAMBONI, Silvio. **A pesquisa em arte: um paralelo ente arte e ciência**. Campinas: Autores Associados, 2001.



Dos consultórios às delegacias: o corpo travesti no cinema da Boca do lixo paulistana

**From medical offices to police stations: the transsexuals body
in the *cinematographic cycle of Boca do Lixo of São Paulo***

Dionys Melo dos Santos¹

Resumo

O objetivo geral desta investigação é analisar, através do método comparativo, o processo de representação das travestis e transexuais dentro do ciclo cinematográfico da *boca do lixo paulistana*. Para tanto, propõe-se trabalhar com as seguintes obras filmográficas organizadas segundo sua data de produção: *O sexo dos anormais* (Alfredo Sternheim, 1984); *O viciado em c...* (Roberto Fedegoso pseudônimo de David Cardoso, 1984) e sua continuação *Novas sacanagens do viciado em c...* (Idem, 1985). Serão esses filmes listados acima alguns dos primeiros a apresentar cenas de sexo explícito com atrizes travestis no Brasil.

Palavras-chave: Cinema; Pornografia; Boca do lixo; Travestis; Transexuais

Abstract

The general objective of this research is to analyze, through the comparative method, the process of representation of transvestites and transsexuals within the cinematographic cycle of *boca do lixo* of São Paulo. It is proposed to work with the following film works organized according to their date of production: *O sexo dos anormais* (Alfredo Sternheim, 1984); *O viciado em c...* (Roberto Fedegoso pseudonym of David Cardoso, 1984) and its continuation *Novas sacanagens do viciado em c...* (Idem, 1985). These movies listed above be some of the first to feature sexually explicit scenes with transsexuals actresses in Brazil.

Keywords: Movies; Pornography; Boca do lixo; Transvestites; Transsexuals

1 Bacharel em Ciências Sociais pela UFSCar com a monografia intitulada “Como as travestis eram vistas nos filmes da boca do lixo: o caso de *O sexo dos anormais*”, atualmente é aluno do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar (PPGS) com o projeto “Do cinema da boca do lixo à pornografia digital: o corpo da travesti brasileira”. Ambos os projetos contaram e contam com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



Introdução

O cinema da *boca do lixo* paulistana foi um ciclo cinematográfico que perdurou desde os últimos anos da década de 1960 até o início dos anos noventa. Durante esses pouco mais de vinte anos de produção audiovisual contínua destacam-se dois momentos cruciais para esse cinema: o primeiro seria marcado pelas obras que ficaram conhecidas enquanto *pornochanchada*, esse período cobre a fase inicial do ciclo cinematográfico da *boca do lixo*, por volta de 1969, até o paradigmático ano de 1982; um segundo momento dessas produções, pós 1982, tem como ponto de ruptura a introdução das cenas de sexo explícito nessas obras e ficou conhecido apenas como *cinema da boca*². A questão das cenas de sexo explícito é central, pois apesar do nome *pornochanchada* os filmes da primeira fase do ciclo não apresentavam cenas de sexo explícito, sendo marcados pelo jogo com os mecanismos projetivos dos espectadores sempre insinuando muito mais do que mostrando o corpo nu.

A presente investigação pretende tomar por objeto central os filmes de sexo explícito com personagens travestis produzidas no âmbito cinematográfico da *boca do lixo* paulistana durante a década de oitenta, em especial as seguintes obras filmográficas organizadas segundo sua data de produção: *O sexo dos anormais* (Alfredo Sternheim, 1984); *O viciado em c...* (Roberto Fedegoso pseudônimo de David Cardoso, 1984) e sua continuação *Novas sacanagens do viciado em c...* (Idem, 1985).

Assim esse trabalho coloca-se as seguintes questões: a) Como os corpos das travestis aparecem representados dentro da tradição audiovisual pornográfica brasileira em sua gênese no âmbito do cinema da *boca do lixo* paulistana; b) De que forma essas produções e seu público alvo articulam e/ou desarticulam noções de feminilidade e travestis brasileiras; c) As tecnologias e saberes mobilizados na construção da representação dessas personagens. Entendendo o desejo que rege o uso desse tipo de pornografia como algo que precisa “ser reconstituído em termos históricos, sociais e subjetivos, afinal ele expressa uma relação entre o que se quer com os valores e as condições tecnológicas atualmente existentes” (MISKOLCI, 2011:18).

Ao propor o desafio do trabalho com a imagem por parte do cientista social, essa investigação faz com que seja inevitável incorporar a esse trabalho debates metodológicos a respeito do trabalho com arquivos audiovisuais a partir da perspectiva sociológica. Sorlin (1985) e Vieira (1994) ao analisar o impacto que a imagem analógica provocou sob a retórica histórica, defendem que a imagem apesar de suas características impressionistas como a capacidade de produzir interesse, comover e apaixonar, mas nunca poderia informar por si só. Pois o que informa seria somente a palavra, no limite, isso implica naquilo que seria essencial para um arquivo audiovisual na perspectiva sociológica, a sua localização tempo espacial³.

Assim como reforça Sorlin (1985) e Vieira (1994), não se trata de desqualificar a imagem como fonte histórica, mas ao contrário fornecer precauções metodológicas para o

2 É possível falar em uma nova fase cinematográfica, pois podemos observar a formação de um novo *star system*, principalmente feminino, além de vários profissionais envolvidos na produção e atuação desses filmes adotarem pseudônimos com o intuito de preservar suas identidades.

3 Nesse sentido, o autor recupera o exemplo dos serviços cinematográficos de guerra austríaco e inglês, onde apesar da pouca aptidão bélica do exército austríaco, seu serviço cinematográfico era prodigioso, produzindo documentos excelentes quando comparados às fotos surpreendentes produzidas pelos ingleses, mas que devido ao fato de não possuírem nenhuma especificação de data ou local se tornaram inutilizáveis para o sociólogo.



trabalho com essa por parte do estudioso. Essa pesquisa pensa a história atual como condicionada pela imagem, tornando-a indispensável, fazendo com que não seja mais possível colocar em cena a história sem passar pelos arquivos audiovisuais.

Inspirada por essa perspectiva, essa investigação foi desenvolvida com o intuito de produzir uma análise em três dimensões das obras selecionadas: I) biográfica, no sentido de entender o lugar de fala de quem produz e reproduz determinada forma discursiva; II) contextual, respeitando as especificidades sociais, políticas e econômicas de determinado momento de produção; III) estética, encarada próxima a definição de Rancière (2005) não enquanto uma teoria da arte, mas antes como um regime específico de identificação e pensamento que define modos de plausibilidades, flertando assim com a ideia de que é no terreno estético que se constrói as comunidades de pertencimento e emancipação. Ressalta-se assim a dimensão política de um ato estético.

O dispositivo pornográfico e a Clivagem erotismo/pornografia

A pornografia na modernidade⁴ esteve desde seu início atrelada ao desenvolvimento de mídias anteriores que permitiram criar uma nova experiência de tempo e espaço. Nesse sentido, Darnton (1998) deixa bem claro o impacto da técnica de impressão, e consequentemente a formação de um mercado leitor, para o desenvolvimento da pornografia filosófica⁵. Nos séculos XIX e XX, o rádio, o cinema e a televisão permitiram um acelerar dos feitos da imprensa escrita.

Maingueneau (2010) aponta no final do século XX, mais especificamente durante a década de oitenta, o período fundamental para a passagem do regime impresso pornográfico ao caracterizado pelo domínio do audiovisual. Maingueneau (2010), remonta o impacto do surgimento do videocassete, da veiculação de filmes adultos na TV francesa e posteriormente do advento da internet que caminharam no sentido de tornar a oferta inesgotável, o acesso imediato e a discricção garantida, reforçando o caráter solitário do consumo pornográfico.

Para o autor o próprio papel da pornografia sofreria uma alteração na passagem do regime tradicional, onde a literatura pornográfica contribuía marginalmente para a construção da identidade sexual, para o regime audiovisual pornô onde o poder de influência das representações de tipo pornográfico é muito mais presente na formação do sujeito. Essa tendência explicaria, para o autor, a multiplicação dos debates sobre a influência nefasta que se atribui a pornografia durante a década de oitenta⁶.

Assim a revisão bibliográfica e documental desta proposta de trabalho é pensada em torno de dois eixos: o cruzamento das noções de dispositivo pornográfico⁷, que busca pensar a pornografia enquanto uma forma de “ordenação conceitual” (Leite Jr 2006; 2011;

4 Entendida aqui no seu sentido sociológico, como o período que se inicia no final do século XVIII– início do século XIX tendo como pontos paradigmáticos a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

5 Até o final do século XVIII o termo utilizado para definir as obras consideradas pornográficas eram “escritos filosóficos” como aponta Darnton (1998).

6 Rubin (1993) e Duarte (2013) fornecem algumas bases para entendermos melhor esse período onde as discussões sobre prostituição e obscenidade se intensificaram no debate público.

7 A noção de dispositivo remete ao que Foucault (2000:244) definiu como “Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis,



2012), sendo um conhecimento sobre o sexo que trabalha sob a lógica da espetacularização indissociável dos meios tecnológicos disponíveis; e a noção de dispositivo transexual, trabalhada por Bento (2014), que consistiria em um conjunto de saberes e práticas desenvolvidos pelo saber/poder médico psiquiátrico, direcionados para a patologização das experiências trans⁸, ressaltando aspectos morais presentes na categorização dessa experiência como anormalidade, desvio e transtorno.

Segundo Pelúcio (2010:206), “Na tradição moderna ocidental o erótico guarda marcas históricas persistentes que dão sentido aos encontros sexuais contemporâneos”. Assim podemos estabelecer uma conexão entre a sexualização das raças colonizadas e processos de racialização dos sexos, gêneros e práticas sexuais⁹. Será a pornografia um importante mecanismo na difusão de um imaginário colonial que alocava seus nativos como inferiores, exóticos e hipersexualizados, como o trabalho de Damasceno (2008) sobre o caso da Vênus Hotentote nos revela. A espetacularização do considerado estranho aponta uma curiosidade que é usada, muitas vezes, para demarcar fronteiras entre um “nós” que é sempre civilizado/erótico frente aos “outros” bárbaros/pornográficos.

Classificar o objeto desta investigação enquanto pornográfico faz com que seja inevitável o diálogo com o conceito de erótico e as hierarquias que esses conceitos estabelecem entre si, nesse ponto uma análise dos próprios termos nos revela a desigualdade entre ambos constituindo uma “zona de batalha cultural” (HUNT, 1999:13). Enquanto o termo erotismo remete ao deus grego do amor Eros, se esvaindo de qualquer carga negativa, o termo pornografia traz consigo em sua raiz etimológica uma forte carga moral, embutida da ideia de comércio já que o termo grego pórne remeteria à “prostituta”, sendo o pornographos algo semelhante à “aquele que escreve sobre prostitutas”. Assim em seu sentido literal pornografia pode ser entendida enquanto “escritos sobre prostitutas”¹⁰.

Entrando pela boca: alguns apontamentos sobre a lógica produtiva desse cinema

As três obras selecionadas aqui enquanto objeto analítico, *O sexo dos anormais* (Alfredo Sternheim, 1984); *O viciado em c...* (Roberto Fedegoso pseudônimo de David Cardoso, 1984) e sua continuação *Novas sacanagens do viciado em c...* (Idem, 1985)¹¹, fo-

medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é rede que se pode tecer entre estes elementos.”.

8 Termo guarda-chuva usado para se referir tanto a travestis como para com transexuais.

9 Para mais ver Pelúcio (2010), Piscitelli (2002) e Rago (2008).

10 Friso que há também um traço estético que perpassa a divisão erotismo/pornografia, reforçando a associação entre estética e política que Sorlin (1985) e Rancière (2005) articulam ao pensar o campo estético, não apenas como uma teoria das artes, mas como um regime específico de identificação que define modos de plausibilidade aos sujeitos, construindo comunidades de pertencimento.

11 O recente trabalho de Pires (2016), presente na coletânea de textos organizada por Bertolli Filho e Amaral, tenta produzir uma análise da representação das travestis no cinema da boca do lixo a partir do filme *Novas sacanagens do viciado em C...*, entretanto a autora deixa escapar justamente a influência dos interesses econômicos na proliferação desses filmes. Além disso, a estratégia por definir esses filmes sob o manto da categoria pornochanchada acaba por achatar o conceito para filmes distintos, produzidos em contextos diferentes.



ram produzido em um momento de sobrevida do círculo cinematográfico da *boca do lixo* paulistana, onde a representação obscena, ou seja, daquilo que não deveria estar em cena (borrando as fronteiras do público e privado) se encontrava em evidência, revelando uma nova tendência cinematográfica pornográfica que se esgotaria no início da década de noventa com a queda da *boca do lixo* enquanto um polo de produção e distribuição cinematográfica¹².

Hunter et al (1993), pensa o campo pornográfico enquanto o resultado da ação reguladora de uma série de aparatos disciplinares inter-relacionados como a lei e os padrões de excelência artística que se encontram em frequente mutação. Nesse sentido, retomo as provocações colocadas em Leite Jr (2006), se realmente for possível distinguir o erótico do pornográfico, para quem serviria essa distinção de certo modo tão subjetiva?

O cinema da *boca do lixo*, como já adiantado anteriormente, foi um ciclo cinematográfico brasileiro iniciado nos últimos anos da década de sessenta, em São Paulo, em seu início influenciado pela longa tradição das comédias de costumes no Brasil, do teatro de revista, das chanchadas¹³ e das comédias eróticas italianas. A *boca do lixo* paulistana é uma designação pejorativa forjada pela crônica policial da metade do século XX referente a uma metáfora geográfica localizada no que seria o “quadrilátero do pecado” (GODINHO E MOURA, 2012), um local que com ascensão do cinema se tornaria um ponto de encontro de profissionais da indústria cinematográfica, boêmios e profissionais do sexo das décadas de setenta e oitenta, composta pela Av. Duque de Caxias, R. dos Timbiras, Av. São João e R. dos Protestantes. Região localizada próxima ao conhecido bairro de Santa Ifigênia, no coração da cidade de São Paulo, abrigando também, enquanto um termo guarda-chuva, as imediações como a Av. Rio Branco e o cruzamento da R. do Triunfo com a R. Vitória.

A *boca*, devido a sua localização privilegiada, próxima à rodovia e às estações da Luz e Júlio Prestes, gozou de uma importância estratégica que permitia uma maior facilidade para o fluxo e distribuição dos filmes produzidos naquela região, tanto é que desde a primeira metade do século as primeiras distribuidoras de filmes ali se instalaram. Esse cinema foi beneficiado pela criação do Instituto Nacional de Cinema em 1966 e suas políticas protecionistas, que dentro da lógica do desenvolvimentismo militar marcada pela ideia de estimular a produção do “similar nacional” em várias esferas da economia brasileira, instituiu uma espécie de cota obrigatória de filmes nacionais que deveriam ser exibidos anualmente nas salas de cinema.

A relação do cinema produzido na boca com os órgãos estatais relacionados ao cinema é um ponto interessante para percebermos a complexidade desse movimento artístico, pois se por um lado as leis protecionistas estimularam a produção de filmes nacionais, por outro, é recorrente a acusação dos cineastas da *boca* de serem desprivilegiados pelos mecanismos de apoio financeiro da Embrafilme¹⁴ (criada em 1969) frente ao grupo dos diretores cariocas e do *cinema novo*. A estigmatização do cinema produzido na *boca do lixo* é um ponto que aparece em vários autores (FREITAS, 2004; ABREU, 2002; SELIGMAN,

12 A década de 90 foi marcada pela queda de público nos cinemas localizados na boca do lixo frente a ascensão de novas mídias como o VHS e o DVD.

13 Chanchada é uma palavra que tem sua origem no termo “chancho”, porco em espanhol, podendo ser traduzida pelo termo “porcaria”.

14 A Embrafilme foi uma empresa estatal brasileira, criada em 1969, com intuito de fomentar a produção e a distribuição dos filmes nacionais. Com o passar dos anos a Embrafilme acabou por esvaziar as funções do Instituto Nacional de Cinema que fecharia em 1975, não é coincidência que a queda do INC marca um ponto de inflexão na curva ascendente que a pornochanchada viverá até meados da década de 70.



2003 E 2004; GODINHO E MOURA, 2012; SILVEIRA E CARVALHO, 2015) tanto pelo julgamento estético/político como por um recorte de classe devido à origem popular da maioria das pessoas que participavam dessas produções, geralmente não passando pelas cátedras da Universidade de São Paulo.

A partir dessa origem, associada às classes populares, que podemos observar no cinema da *boca*, a presença constante de uma lógica de mercado, já que por muitas vezes os recursos investidos nesse cinema eram poucos e de origem dos próprios diretores e produtores, ou, recorria-se ao financiamento de pequenos empreendedores que viam uma oportunidade barata e eficaz de divulgação.

Essa questão econômica acaba por refletir na heterogeneidade das películas que ali foram produzidas, sempre antenadas às demandas populares, pois um dos principais objetivos desse cinema era atingir público, e conseqüentemente fazer renda como já dizia o folheto promocional de *O Pornógrafo* também conhecido como “manifesto do cinema cafa-jeste”, escrito pelo diretor João Callegaro, o cinema da *boca do lixo* trataria de abandonar as: “elucubrações intelectuais responsáveis por filmes ininteligíveis e atingir uma comunicação ativa com o grande público, aproveitando os 50 anos de mau cinema norte-americano devidamente absorvido pelo espectador” (CALLEGARO apud ABREU, 2002:41)¹⁵.

Dando um *close*: o corpo travesti na *boca*

A dimensão econômica desse cinema é fundamental para as finalidades dessa investigação, pois como o próprio diretor Alfredo Sternheim (2009) escreve, o filme *O sexo dos anormais* foi encomendado por Alfred Cohen, fundador da Paris Filmes e dono da distribuidora Brasil Filmes¹⁶, empolgado pela farta mídia em cima dos sujeitos trans¹⁷ no princípio dos anos oitenta. Especialmente Roberta Close, que no ano de 1984 estrelaria um histórico ensaio para a revista *Playboy*¹⁸.

Para se ter noção do impacto desse primeiro ensaio, na edição de julho de 1984 que trazia Claudia Lucia na capa, no canto inferior esquerdo havia uma chamada anunciando fotos extras de Roberta Close atendendo a pedidos do público, nesse mesmo ano, na

15 O depoimento de Ozualdo Candeias (cineasta brasileiro considerado um dos pioneiros do cinema marginal), à publicação “30 Anos de Cinema Paulista”, em 1980, ensaia uma outra interessante definição sobre o que seria o dito *cinema da boca*: “Cinema da Boca não existe. O que existe é um cinema paulista que se estruturou dentro de uma realidade e dentro de uma necessidade de mercado, que tem uma característica perfeitamente diferente da do Rio. [...] A chamada Boca, rua do Triunfo, nada tem a ver com o nível das produções. A rua, esse local, esse quarteirão, tem uma função que pode ser profissional ou social, e cada um faz a fita que quer. A fita do Massaini não tem muito a ver com a fita, por exemplo, de um Custódio Gomes ou de um Wilson Rodrigues. E, no entanto, se diz que tudo é Boca. O Galante fazendo uma fita, se ele faz com Khouri é uma coisa, se ele vai fazer com um tal de Agenor é outra [...] Aqui há uma produção ligada às necessidades de mercado e mais ou menos assim dentro de uma linha industrial, que não depende do dinheiro do governo.” (CANDEIAS apud ABREU, 2002:46).

16 A produção da película ficou a cargo de outro figurão do cinema da *boca*, Juan Bajon e sua Galápagos Produções Cinematográficas LTDA.

17 Utilizo-me do termo guarda-chuva “trans” quando busco me referir a travestis e transexuais.

18 Friso que é em maio de 1984 que sai o primeiro ensaio de Roberta Close na *Playboy* atingindo uma boa repercussão, vendendo milhares de revistas, esgotadas em seus primeiros dias. Esse primeiro ensaio não continha fotos da genitália de Roberta, que passaria pelo processo atualmente chamado por “redesignação” no final da década de oitenta.



edição de outubro que continha Betty Faria na capa, foi a vez de Telma Lipp¹⁹ debutar em um ensaio fotográfico²⁰.

Essa pesquisa encontra na midiaticização de figuras trans no período do início dos anos oitenta, em especial Roberta Close, um fato fundamental para a compreensão do que impulsionou o cinema da *boca do lixo* a produzir uma sequência de filmes com personagens trans em destaque em um curto período de tempo. Ainda na primeira metade da década de oitenta, uma verdadeira explosão de filmes com personagens travestis em seus enredos ganha espaço nos cinemas²¹.

Como Abreu (2002) aponta, o cinema da *boca* seguia uma lógica de produção que não perdia de vista o mercado, onde uma vez colocada em cena algo transgressor ou diferente que reverbera junto às audiências, esse fato novo passa a ser constantemente emulado nas produções subsequentes até o seu esgotamento junto às massas, reforçando o caráter industrial desse cinema. Compreender a lógica que pautava essas produções nos indica que o interesse sobre pessoas trans, especialmente travestis, encontrava-se em evidência no período, talvez pela primeira vez de forma tão incisiva nas revistas, cinema e televisão²².

A primeira vez é inesquecível:

Jéssica e a importância do consultório em o sexo dos anormais

“Numa casa de campo, o psiquiatra Daniel, sempre auxiliado pela mulher e um atendente, passa a tratar de duas novas pacientes. Uma é Mirian, jovem de

19 No começo dos anos oitenta, Telma Lipp surgiu como uma resposta paulista a outro fenômeno do gênero: a linda Roberta Close. Telma e Roberta disputaram, durante toda a década, capas de revistas de todo o Brasil. Uma fazia o tipo “mulherão fatal” (Roberta), enquanto a outra (Telma) fazia o gênero “garotinha”. Nesse mesmo período Claudia Wonder despontava na cena underground paulistana estrelando shows ao lado do seu grupo *Jardim das Delícias* na famosa boate Madame Satã.

20 Já em 1990, Roberta saíria na edição de março da mesma revista Playboy que tinha Luma de Oliveira no ensaio capa. Ensaio posterior ao processo de “redesignação sexual” ao qual Roberta Close se submeteu.

21 *Elas só transam no disco* (Ary Fernandes, 1983); *O sexo dos anormais* (Alfredo Sternheim, 1984); *Volúpia de mulher* (John Doo, 1984); *O viciado em c...* (Roberto Fedegoso pseudônimo de David Cardoso, 1984); *Aids: Furor do sexo explícito* (Victor Triunfo, 1985); *Sexo Livre* (Alfredo Sternheim, 1985); *Novas sacanagens do viciado em c...* (Roberto Fedegoso pseudônimo de David Cardoso, 1985)[#]; *48 horas de sexo alucinante* (José Mojica Marins, 1986) e *Alucinações sexuais de um macaco* (Custódio Gomes, 1986) foram produzidos na *boca do lixo paulistana* entre 1983–1986 e trazem travestis em papéis de destaque e/ou protagonizando cenas de sexo explícito (penetração anal, masturbação, felação). Destaco a data de produção desses filmes, e não a de lançamento, devido às questões mercadológicas que faziam com que muitos produtores aguardassem com os filmes já prontos o melhor momento para o lançamento desses.

22 O sucesso dos espetáculos transformistas de Aymond e Walter Bank ainda na primeira metade do século XX, o frisson causado por Ivaná no teatro de revista e nas chanchadas brasileiras da década de cinquenta, a ascensão de Rogéria e várias outras travestis — como Phedra de Córdoba, Jane di Castro, Divina Valéria, Camille K, Fujika de Halliday, Eloína dos Leopardos, Marquesa e Brigitte de Búzios — a partir dos espetáculos temáticos do Teatro Rival durante a década de sessenta, a participação curta, mas bombástica de Claudia Celeste na novela *Espelho Mágico* (Lauro César Muniz, TV Globo, 1977), e os ensaios sensuais de Rogéria e Roberta Close por volta do ano de 1981 para a revista *Close* (daí a explicação para o seu nome artístico), além dos ensaios posteriores da própria Roberta e Telma Lipp para a revista Playboy e de Claudia Wonder para a revista *Big Man Magazine*, sendo esta última a primeira a mostrar seu pênis em um ensaio, ajudam a compreender como esse é um filão do mercado do entretenimento que vinha repercutindo há tempos.



classe média, que lá chega levada pelo seu ex-namorado, por estar em descontrolo emocional e erótico, após o término do namoro. A outra é Jéssica, um travesti, em conflito existencial e angustiada pela intensa vida erótica que está levando.”

Esta é a sinopse oficial disponível nos acervos digitais da cinemateca nacional sobre o filme *O sexo dos anormais*, produzido em 1984 pelo diretor e roteirista paulista Alfredo Sternheim. A utilização da expressão “um travesti” já indica como a personagem Jéssica é encarada dentro do enredo do filme, sempre de forma ambígua entre os prefixos femininos (geralmente nas interações face a face da personagem com outras) e os prefixos masculinos (utilizados de maneira mais comum nas interações onde a personagem não se faz presente fisicamente). Cabe frisar que essa pesquisa se refere a personagem Jéssica sempre no feminino, respeitando a sua identidade de gênero, quando não for reproduzir as interações presentes no filme.

O sexo dos anormais é um filme composto basicamente pelas situações vivenciadas por três personagens femininas: Jéssica, personagem travesti interpretada por Cláudia Wonder; Mirian, personagem vivenciada por Silvia Dumont apresentada enquanto ninfomaníaca; e Tônia, personagem adepta ao voyeur interpretada pela atriz Sandra Midori²³. O espaço que conecta as três personagens é a clínica psiquiátrica do Dr. Daniel, vivido pelo ator Antônio Rody, e sua esposa Cleide, uma ex-manicure que passa a trabalhar de assistente na clínica de seu marido interpretada pela atriz Paula Sanches.

A crise existencial de Jéssica está diretamente associada à sua condição travesti, pois é uma constante nas suas interações durante a primeira meia hora de filme suas reclamações sobre a dificuldade em encontrar empregos formais o que estaria condicionando sua sobrevivência aos trabalhos noturnos enquanto acompanhante, profissão essa a qual ela não se encaixa e nem deseja. O stress da vida na rua mina a confiança da personagem, acabando por dificultar até mesmo a execução de outros trabalhos como os espetáculos artísticos que Jéssica costumava fazer para complementar sua renda.

A dificuldade em encontrar espaços saudáveis para exercer sua existência é um problema pertinente até os dias atuais quando falamos em travestis brasileiras, onde a prostituição acaba por ser uma atividade compulsória para a sobrevivência dessas pessoas. A própria Cláudia Wonder em entrevista concedida, vinte anos após a produção desse filme, à professora Larissa Pelúcio — disponível no endereço eletrônico do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sociedade (Quereres) — retoma a importância que a atividade artística teve em sua vida como um dos caminhos para organizar sua sanidade e sexualidade²⁴.

A construção da personagem travesti Jéssica será marcada por outro aspecto interessante, sua relação conflituosa com a atividade sexual. Diferentemente de outras personagens femininas que demonstraram sempre uma postura mais ativa em relação ao sexo. Um ponto importante do filme é que a crise das personagens Jéssica, Mirian e Tônia que

23 Com a entrada das cenas de sexo explícito nas obras cinematográficas da *boca do lixo* várias atrizes consagradas da época da pornochanchada abandonaram esse cinema. Sandra Midori e Silvia Dumont foram duas das atrizes que mais se aproveitaram da criação desse novo *star system* feminino, já que entre os atores houve uma certa continuidade desde os tempos da pornochanchada.

24 ‘No meu caso foi a arte. Foi o modo que eu encontrei de mostrar que eu sou alguém, que eu existo, que eu sou uma pessoa. Um modo de eu me afirmar e de eu ser querido. Desde criança eu quis ser artista. Desde criança... porque desde criança que eu ouço assim “toma vergonha”, “Toma jeito de homem”. Então eu acho que assim, o aplauso era onde eu me sentia querido(...) Era meu modo de me mostrar que eu sabia fazer alguma coisa, da minha capacidade. “Olha, vocês me marginalizam, vocês me maltratam, vocês me destroem, mas eu faço isso. Eu sei fazer isso”’.



as levaram em determinados momentos a procurar a ajuda do médico *Daniel* estará sempre relacionada com a ausência, o caso de *Jéssica*, ou excesso de vontade sexual (*Mirian* e *Tônia*).

Se logo nas primeiras cenas já vemos as personagens de *Mirian* e *Tônia* protagonizando cenas de sexo explícito, será somente por volta da primeira meia hora de filme que veremos *Jéssica* protagonizando atos sexuais. Essa demora em apresentar a travesti em cenas de sexo parece ser um recurso narrativo que visa aguçar a curiosidade dos espectadores. Além disso, ressalto que a construção das patologias de *Mirian* e *Tônia* parecem refletir aspectos morais das classes médias em relação às posições esperadas dos sujeitos em relação ao sexo²⁵.

Voltando ao nosso foco aqui, a construção do corpo travesti em cena, será durante uma das festas oferecidas por *Tônia* — orgias nas quais o espectador é apresentado às cenas de lesbianismo, sexo em grupo, voyeurismo entre outras “taras” específicas — que o público assistirá a primeira cena de sexo explícito protagonizada por *Jéssica* e *Pedro*, rapaz que interessado na travesti e percebendo sua hesitação a convence de que a melhor modo de se conhecer seria através da linguagem sexual.

Já na intimidade do quarto, o rapaz até então muito sedutor se revela agressivo ao descobrir a condição da parceira, proferindo frases do tipo: “É, você bem que me enganou, não é sua danadinha? Mas tudo bem cu é cu”. A travesti começa a reclamar da violência do parceiro na cama, que responde anunciando sua vontade de causar dor mesmo pelo fato dela ser travesti, o que na perspectiva do agressor excluiria a possibilidade de a travesti ser tratada com carinho “como uma lady”.

Essa primeira cena de “sexo” da personagem *Jéssica* coloca em cena algo fundamental, a relação de desejo e abjeção que as travestis brasileiras são alvos. O desejo de *Pedro* pela travesti se transforma na cama em violência já que ela não seria “uma mocinha do lar”. Mais uma vez a distinção moral entre sexo e amor, mocinhas para casar e para transar é evocada. Na perspectiva do personagem *Pedro* a categoria de moças para casar/ amor não se aplicaria a nenhuma travesti, se é que é possível dizer que o personagem a considera uma moça, já que sua primeira expressão para *Jéssica* — ao ver o ato sexual interrompido — é “sua filha da puta”.

Se até aqui podemos observar alguns aspectos da vida da personagem travesti, será a partir de sua chegada a clínica médica que conheceremos a verdade sobre a existência de *Jéssica*. Foucault (1988), mostra como desde o século XVIII discursos sobre o sexo se multiplicam dentro dos dispositivos de poder, incitando o sujeito a falar sobre o sexo, questionando assim a chave analítica que parte da hipótese repressiva²⁶.

25 Uma cena vivenciada por *Mirian* e *Tato*, personagem namorado de *Mirian* interpretado por Wagner Maciel, é sintomática dessa questão. O diálogo entre ambos após transarem, reflete muito bem como essas patologias são construídas dentro do enredo a partir de expectativas morais dos sujeitos em relação ao sexo, e a postura que se deve ter perante a ele. *Tato* diz a *Mirian* (ainda na cama) que a vontade de transar dela não era normal, na qual ofendida *Mirian* retruca: “O que você quer dizer? Que eu sou puta?”. *Tato* (candidato a estudar medicina) recua e pergunta se a sua companheira sabia o que era ninfomania. Há uma tensão nesse diálogo motivada pela vontade “excessiva” da garota querer sexo, o que a levará, em um futuro próximo, aos corredores da clínica de *Daniel* e *Cleide* por indicação de *Tônia*. Em determinado momento do diálogo entre os dois, *Tato* irá defender para sua acompanhante que desejava carinho ao encontrá-la. Ao que *Mirian* responde com certa indignação se o que estava fazendo (felação) não era carinho?

26 “Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva.” (FOUCAULT 1988:39)



É a partir do minuto trinta e cinco, quando a travesti chega a clínica médica, que acesaremos sua história de vida sempre a partir do território asséptico do consultório médico. A construção da trajetória de vida da travesti *Jéssica* chama atenção pela sintonia com o que estava prescrito sobre a transexualidade nos manuais médicos do período.

Uma das grandes preocupações de manuais como o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais) é apontar a manifestação do transtorno nas suas fases iniciais, tendo suas prescrições uma intensa sintonia com os trabalhos do psiquiatra e psicanalista Robert Stoller (1982), defensor da tese de que a resposta para os “desvios” de gênero deveriam ser pesquisados a partir da personalidade da mãe.

Segundo o autor, a mãe, devido à inveja dos homens, e seu desejo inconsciente em ser homem, fica tão extasiada com o nascimento do filho que transfere seu desejo para ele, provocando assim uma ligação extrema entre filho e progenitora. Essa relação simbiótica aliada ao ocultamento da figura do pai não permitiria que o conflito de Édipo se instaurasse. Essa ausência do conflito e conseqüentemente de sua resolução, não possibilitariam que a identidade de gênero se desenvolva de maneira “saudável/normal”.

Bento (2008; 2014) ao desenvolver sua análise crítica sobre o dispositivo transexual é precisa ao apontar o fato da transexualidade nesses manuais médicos como o DSM, CID (Código de Doenças Internacionais) e o SOC (State of Care) refletirem convenções sociais sobre o que seria um homem e/ou uma mulher de “verdade”. Defendendo a tese de que a concepção que atrela gênero à genitália geraria necessariamente esses trânsitos identitários. Como percebe a autora, “nesses documentos há o pressuposto de que a transexualidade, por se tratar de uma doença, tem basicamente os mesmos sintomas em todas as partes do mundo. A patologização caminha de mãos dadas com a universalização.” (BENTO 2008:98)

O conceito de performatividade, trabalhado por Butler (1997;2003)²⁷, toca justamente nesse ponto, na sua perspectiva, gênero seria uma norma materializada discursivamente constituída por atos de repetição estilizada, revelando os dispositivos de saber e poder que são acionados durante essa construção. A autora identifica todo um discurso que permite a manutenção da heterossexualidade enquanto ordem compulsória, manutenção possível através da questão da performatividade, a repetição de atos, signos e gestos, do âmbito cultural, que reforça a construção dos corpos masculino e feminino. Nessa perspectiva queer o foco de explicação sai do indivíduo e se atenta em especial às estruturas sociais e relações de poder, dando maior ênfase em uma micropolítica do que em uma gramática universal.

A questão da cirurgia como recurso terapêutico diferencia principalmente o SOC do DSM-IV — objeto central da análise de Bento (2008), atualmente já se encontra disponível o DSM-V onde o termo “transtorno de identidade de gênero” (DSM-IV) foi substituído pelo termo “disforia de gênero”²⁸. Se o DSM-IV nos traz a operacionalização do pensamento de Robert Stoller e a partir de 1983 inclui a transexualidade (disforia de gênero) no rol de seus transtornos catalogados, o SOC tem por fonte de inspiração Harry Benjamin, não fugindo em suas diversas atualizações do ponto inicial formulado por Benjamin de ver a transexualidade como tendo sua origem em alguma parte do corpo, onde as cirurgias de transgenitalização são as únicas terapias possíveis. O CID-10 consiste em um documento mais prático e objetivo, no limite, um protocolo que apresenta as características gerais e o

27 Recuperando as contribuições de autores da filosofia da linguagem como J.L. Austin e John Searle.

28 A investigação de Bento (2008) foi desenvolvida antes dessa mudança.



código de ação que deve estar presente em todos os diagnósticos²⁹.

A construção da personagem em consonância com os manuais apontados acima, retomando o que caracterizaria a transexualidade nos trabalhos de Robert Stoller: a) a ausência de uma figura masculina paterna forte e b) um relacionamento simbiótico com a mãe na infância³⁰, reforçam a posição privilegiada que *O sexo dos anormais* assume nesta investigação. Cabe frisar que apesar de Jéssica ser construída enquanto travesti nas interações dentro do filme, sua personagem apresentará uma variedade de características que podem ser associadas também a transexualidade³¹. Por fim será *O sexo dos anormais* um dos primeiros filmes a colocar em cena uma travesti transando sem se escusar dos closes genitais, sendo um sujeito desejante e desejado, capaz de sentir e fornecer prazer.

O corpo travesti criminalizado: Zé Carlos e as aventuras do viciado em c...

“José Carlos, nascido e criado na fazenda, mantém relação sexual com todos animais, entre eles, bodes, cabras, patos, galinhas etc. Quando atinge a maioridade vem para São Paulo tentar a sorte e morar na casa de seus padrinhos. Na casa dos padrinhos, o rapaz acaba transando com todos as empregadas, mas nenhuma o satisfaz por causa de suas preferências. Numa noite sai pela cidade e acaba conhecendo Pérola, um travesti, e acabam namorando e transando. Quando atinge o orgasmo, o rapaz ouve e visualiza sinos. Apaixona-se inteiramente. Forçado pelas circunstâncias, acaba tendo que transar com a madrinha e, embora no fim chegasse ao mesmo canal, não conseguia ouvir os sinos e, o desejo carnal, não era totalmente satisfeito. Zé Carlos volta para a fazenda junto com Pérola, que é apresentada como futura noiva. A mãe a recebe de braços abertos, mas algo na moça intriga o velho pai, que comenta sua desconfiança com a esposa. Certo momento, Pérola vai ao banheiro e o velho a espreita pelo buraco da fechadura. Quase cai de quatro ao vê-la urinar, tinha alguma coisa errada com o órgão sexual de sua futura nora. Zé Carlos, sob uma árvore, acaba de transar com Pérola.

29 No Brasil, o termo transexual começa a aparecer durante a década de setenta e oitenta a partir do caso do Dr. Roberto Farina — condenado e posteriormente absolvido pelo crime de lesão corporal em 1978, após realizar a primeira cirurgia de redesignação sexual em uma mulher trans no ano de 1971. Em 1997, CFM nº1482 permite a cirurgia para a construção de “neovagina”, procedimento sobre gônadas e hormonioterapia condicionados ao diagnóstico de transexualismo nos moldes formulados por H. Benjamin e em caráter experimental — conforme resolução do conselho nacional de saúde nº 196 de 10/10/1996, ou seja, restrito à hospitais universitários. Em 2002, CFM nº1652 autoriza a cirurgia de “neocolpovulvoplastia” ser realizada em qualquer instituição de saúde, mantendo o caráter experimental da cirurgia de “neofaloplastia. A portaria nº 1707, de 18 de agosto de 2008 incorpora o “processo transexualizador” ao SUS onde a resolução nº 1652 é citada como parâmetro para o tratamento (Lionço, 2009).

30 Durante as sessões com o médico *Daniel*, Jéssica passa a rememorar sua história onde os espectadores são apresentados a sua personagem na infância em uma comunidade pequena e rural onde vivia apenas com a mãe e um irmão.

31 Em um de seus diálogos com seu cônjuge Roberto, Jéssica colocará a questão de ela não ser “mulher” remetendo ao fato de ela não possuir um sistema reprodutor “feminino”. No qual a resposta de Roberto evoca a potência evolutiva da medicina como uma esperança para Jéssica se tornar mulher no futuro. O trabalho de Barbosa (2013) e Leite Jr. (2011b), mostram como que a distinção entre as categorias travesti e transexual são muito subjetivas marcadas por questões de raça e classe. Enquanto categorias médicas a transexualidade se diferenciaria da travestilidade pela relação de abjeção do sujeito com seu órgão genital.



Ouve os sinos e embevecido pede sua mão em casamento. Não poderia mais viver sem ela. Pérola, suavemente, diz que não pode se casar com ele. Quando o rapaz pergunta se ela já era casada, a resposta também é negativa. Ele, então, diz que perdoa qualquer coisa. A moça, então, pega a sua mão e a leva até o sexo. Imaginem o susto do rapaz. Mas, ele dá a volta por cima. Pergunta se a suposta moça ia querer inverter a função sexual. Quando ela diz que não, ele, então, afirma que o negócio é deixar o barco correr e lhe dá um longo e apaixonado beijo”.(Sinopse de *O viciado em c...* disponível no acervo online da cinemateca nacional).

Se em *O sexo dos anormais* (Sternheim, 1984) somos apresentados a uma tentativa de sofisticação do debate em torno das figuras travestis, onde é perceptível a vontade em passar uma mensagem de tolerância em relação a essa experiência que estará sempre sob o jugo do crivo médico, apresentando um corpo travesti medicalizado e em consonância com os debates públicos em torno das doenças psicológicas durante a década de oitenta. Em *O viciado em C...* (Roberto Fedegoso pseudônimo de David Cardoso, 1984) e sua continuação *Novas sacanagens do viciado em c...* (Idem, 1985) somos introduzidos a um enredo muito mais simples e cômico que não se preocupa em transmitir grandes mensagens. O foco dessas obras está no aspecto cômico e nas interações sexuais dos personagens, as personagens travestis apesar de fundamentais para o enredo, não são protagonistas como na obra de Sternheim.

Na obra *O viciado em c...* a personagem travesti *Pérola*, interpretada pela atriz travesti Charlotte, aparece em cena somente nos últimos 25 minutos de enredo sendo uma solução para o dilema do personagem principal *José Carlos*, interpretado pelo ator Silvio Jr.³², que apenas atinge o prazer (no filme reforçado pelo efeito sonoplástico de sinos ao final da ejaculação do personagem masculino) através do sexo anal³³.

A revelação da travestilidade da personagem *Pérola* só acontece nos últimos cinco minutos de filme, quando já se encontra na casa de seus sogros, pais de *José Carlos*, onde espiando pela fechadura quando a moça está no banheiro tanto espectadores como a personagem do pai *Seu José*, interpretado pelo ator referenciado na ficha cinematográfica enquanto Tarzan Brasileiro³⁴, se deparam com o primeiro close do órgão genital de *Pérola*.

Perspicazmente a revelação da condição travesti da personagem para *José Carlos* é guardada para o último minuto de filme quando esse a pede em casamento. Em um primeiro momento a travesti recusa e revela sua condição (onde mais uma vez o espectador é agraciado com um close fálico), entretanto *José Carlos* minimiza essa questão já que a personagem *Pérola* declara que não pretende “comer” ele e que seu genital não é capaz de ficar ereto. *José Carlos* então mantém o pedido de casamento encerrando assim o enredo de *O viciado em c...*

32 Destaco que os atores Silvio Jr. e Walter Gabarron serão presenças constantes nos filmes de sexo explícito com travestis nesse período, geralmente sendo eles os responsáveis por contracenarem sexualmente com essas atrizes.

33 Questão que estava dificultando o personagem encontrar uma namorada, já que a maioria das personagens femininas do filme se recusam a exercer tal prática (sexo anal) devido a questões morais sobre reprodução e o papel sexual esperado das mulheres na cama, apontando sempre o sexo anal como uma espécie de depravação, degradação da condição das personagens que o praticam.

34 Chamo a atenção para os vários pseudônimos utilizados por atores, diretores e profissionais envolvidos na produção dessas obras mais explícitas com intuito de preservar suas identidades. O próprio diretor do filme David Cardoso se utilizou desse recurso ao assinar essa obra como Roberto Fedegoso.



Será a partir da questão do casamento que se desenvolverá o enredo de sua continuação *Novas sacanagens do viciado em c...* (Roberto Fedegoso pseudônimo de David Cardoso, 1985). Nesse ponto cabe frisar que a produção tão rápida de uma sequência evidencia o relativo sucesso que essa obra atingiu ao chegar aos cinemas da *boca do lixo*, pois devido às características comerciais e mercadológicas desse ciclo cinematográfico, já abordadas anteriormente, os filmes só são produzidos a partir da garantia de algum retorno financeiro para os produtores, estando suas continuações sempre condicionadas a recepção dos primeiros filmes nos cinemas.

Assim sete meses após o lançamento de *O viciado em c...* e as polêmicas em torno dessa primeira obra que chegou a ser processada pelas cenas de sexo simulado entre crianças, em especial o personagem de *José Carlos* jovem interpretado por David Cardoso Jr., e animais. A *Dacar Produções Cinematográfica*³⁵ lançava em setembro de 1985 *As novas sacanagens do viciado em c...*, logo no início do enredo somos apresentados a *Esmeralda*, personagem interpretada pela atriz travesti Patricia Petri, nova noiva de *José Carlos*³⁶.

Todo o filme se desenvolve no cenário de uma comunidade pequena e interiorana onde *José Carlos* nasceu e retorna para oficializar sua união com *Esmeralda*. Entretanto, a questão da travestilidade da personagem parece ser um grande impeditivo, pois a lei não permitiria³⁷. Depois de uma série de desentendimentos com seus pais, *José Carlos* vai até o *Padre* marcar o casamento. O *Padre* ao perceber a condição de *Esmeralda* passa acusá-los de serem comunistas-cúmunistas, por quererem destruir “com a família, a tradição” o que seria um gravíssimo caso de subversão denunciando-os ao delegado da cidade.

Já na delegacia, sendo interrogados, *Esmeralda* adota uma postura confrontadora em relação ao delegado que se lamenta de não estarmos mais nos tempos áureos da ditadura, onde ele “enchia esse viado de porrada” sem se preocupar com as consequências, mas que agora com esse negócio de direitos humanos ele está “fudido”³⁸. O enredo do filme não é tão sofisticado como em *O sexo dos anormais* (Sternheim, 1984), as piadas no enredo apelam sempre a um escracho exagerado de determinadas situações, a paródia de situações cotidianas é uma constante como nos momentos de interação entre o casal protagonista e as personagens do *Padre* e *Delegado*. Além disso o ato final se desenvolve de maneira precipitada após uma transa grupal entre o casal protagonista, *Pedro* (melhor amigo de *José Carlos* na trama interpretado por Walter Gabarron) e *Tina* (personagem travesti amiga de *Esmeralda*) que é interrompida pela perseguição dos manifestantes que querem literalmente acabar com aquilo que para eles seria imoral.

Apesar de um enredo extremamente simples, a obra de *David Cardoso* ajuda-nos a entender alguns aspectos de como o corpo travesti era encarado no período. Um exemplo

35 Uma das maiores produtoras do período que tinha como um de seus figurões David Cardoso.

36 Que acusa a anterior, *Pérola* interpretada por Charlotte no primeiro filme, de lhe passar “gonorréia” além de desqualificá-la em detrimento de *Esmeralda* que apresentaria mais características atribuídas a feminilidade, como por exemplo delicadeza.

37 Somente em 15 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a resolução 175, que passou a garantir aos casais homoafetivos o direito de se casarem no civil. A resolução completa pode ser acessada em http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf

38 Paralelamente aos acontecimentos na delegacia, os moradores da cidade, instigados pelo *Padre*, organizam uma manifestação contra a “imoralidade”. Nessa cena é possível observar uma série de cartazes com os dizeres: “Comunistas na cadeia”; “Cú só pra cagar”; “Buceta sim, Bunda não”; “Chega de zona”; “Mulher sim, Viado não”.



se dá pela constância nos diálogos do filme a referência equivocada do sexo anal como propagador da AIDS. Nesse ponto impossível não lembrar da “Operação Tarântula” que sob o pretexto de combater a AIDS legalizou a prisão arbitrária de várias travestis na capital paulista ainda durante a década de oitenta. O medo do comunismo, a idéia do casamento não heteronormativo como uma afronta à “tradição” e a “família”, além do questionamento constante aos direitos humanos e a frouxidão da lei pelo personagem do *Delegado*. São assuntos que se fazem pertinentes ainda hoje no debate público, mesmo que ao menos trinta e dois anos tenham se passado desde a produção e lançamento de *As novas sacanagens do viciado em c...*

Considerações finais

A questão da medicalização e criminalização do corpo travesti é uma constante até hoje, como aponta Freitas (2004) o cinema da *boca do lixo*³⁹, mesmo que estigmatizado e desqualificado pelos seus problemas com o machismo, racismo e homofobia, consiste em um importante material para entendermos como determinados assuntos foram tratados pela esfera pública em determinado período. Não é atoa que ao analisar alguns filmes nesse texto, nos deparamos com assuntos que estavam em alta no momento histórico da década de oitenta polarizando o debate público em torno da experiência travesti: a) o debate em torno da patologização e despatologização dessa experiência; e b) as questões referentes a criminalização do desejo e do corpo travesti no Brasil, no qual a famigerada “Operação Tarântula” seja a materialização mais clara dessa intenção.

Recupero o trabalho de Scott (1998) no sentido de apontar enquanto “conclusão” a importância, assim como a autora, da apreensão da história das diferenças e de seu impulso crítico em molduras epistemológicas distintas da que parte ao apelo da experiência como prova incontestável, chamando a atenção às violências epistemológicas que esses grupos subalternizados enfrentam⁴⁰. A autora aponta a existência de *regimes de visibilidade*⁴¹ que fomentam a necessidade da busca de fontes alternativas quando pensamos grupos marginalizados, pois a história oficial⁴² tende a apagar certas partes, em um processo de automutilação marcado pela perspectiva de grupos hegemônicos no momento. Nesse sentido é importante revisitar como as travestis eram vistas nos filmes da *boca do lixo* para uma melhor compreensão da atuação e inserção destas na sociedade brasileira nesses mais de trinta anos que se passaram desde o lançamento das obras analisadas no presente artigo.

39 Destaco novamente a diversidade de obras e estilos que compõem esse ciclo cinematográfico onde o verdadeiro fator de coesão está na região onde esse cinema era produzido e exibido, a *boca do lixo paulistana*.

40 Já que a travestilidade não constitui uma experiência necessariamente evidente.

41 Em diálogo com o conceito foucaultiano de *regime de verdade*.

42 Por “história oficial” a autora entende as variantes mais institucionalizadas de viés macroestrutural.



Referências bibliográficas

ABREU, N. **Boca do Lixo**: cinemas e classes populares. Campinas: [s.n], 2002.

BARBOSA, B. “**Doidas e putas**”: uso das categorias travesti e transexual In: Sexualidad, Salud y Sociedad, n.14 - ago.2013 pp.352–379, 2013.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008

_____. **Queer o quê? Ativismo e estudos transviados**. In: Dossiê Queer, Revista Cult, n.193, agosto, 2014.

BUTLER, J. **Excitable speech**: A politics of performative. Nova York: Routledge, 1997

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DAMASCENO, J. O corpo do outro. **Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro**: O caso da Vênus Hotentote. In: Fazendo Gênero 8, ST 69 — Pensamento negro, corporeidade e gênero: textualidades acadêmicas, literárias e ativistas, 2008.

DARNTON, R. **Filosofia por baixo do pano e Pornografia filosófica**. In: Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUARTE, Larissa Costa. **O pornogate de Ronald Reagan**: pornografia, minorias e políticas sexuais, Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Sobre a História da sexualidade In Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREITAS, M. **Entre estereótipos, transgressões e lugares comuns**: notas sobre a pornochanchada no cinema brasileiro in Intexto (Porto Alegre), v.1, n 10 pp 1–26, Janeiro–Junho, 2004.

GODINHO, D; MOURA, H. **Coisas eróticas**: A história jamais contada da primeira vez do cinema nacional. São Paulo: Panda Books, 2012.

HUNT, L. **Obscenidade e as Origens da Modernidade (1500–1800)**. In: HUNT, Lynn(org.), A Invenção da Pornografia, São Paulo: Hedra, 1999.

HUNTER ET AL. **On pornography**: literature, sexuality, and obscenity law. Nova York: St. Martin's Press, 1993.



LEITE JÚNIOR, J. **Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento.** São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **A pornografia contemporânea e a estética do grotesco,** (In)visível, edição zero, 2011.

_____. **Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos:** pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. In: Cadernos Pagu (38), janeiro–junho de 2012.

_____. **Nossos corpos também mudam:** a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011b.

LIONÇO, T. **“Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo Transexualizador no SUS: avanços, impasses e desafios”.** Physis: Revista de saúde coletiva. Rio de Janeiro, Nº 19, 2009.

MAINGUENEAU, D. **O discurso pornográfico,** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MISKOLCI, R. **Novas conexões:** notas teórico- metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. In Cronos, Natal/UFRN, v 12, jul–dez 2011.

PELÚCIO, L. **Exótica, erótica e travesti-nacionalidade e corporalidade no jogo das identidades no mercado transnacional do sexo.** In: Castro, A. (org.) Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo, Cultura Acadêmica/UNESP, 2010.

PIRES, A. **A representação da travesti na pornochanchada:** “Novas sacanagens do viciado em C” in Bertoli Filho, C.; Amaral, E. (orgs). Pornochanchando: em nome da moral, do deboche e do prazer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

PISCITELLI, A. **Exotismo e autenticidade, relatos de viajantes à procura de sexo.** In Cadernos Pagu (19), Campinas/UNICAMP, 2002.

RAGO, M. **O corpo exótico, espetáculo da diferença.** In Labrys Estudos Feministas, janeiro/junho, 2008.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível:** estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Ed.34, 2005.

RUBIN, G. **“Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality”.** In: Abe-love, H.; Barale, M. A.; Halperin, D. M. (orgs) The Lesbian and Gay Studies Reader. New York: Routledge, 1993.

SANTOS, Dionys Melo. **Como as travestis eram vistas nos filmes da boca do lixo: o caso de “O sexo dos anormais”.** In: Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, N. 21, ano- 10, julho- dezembro 2017, pp. 299–321.



SCOTT, J. **A invisibilidade da experiência.** In: Projeto História. São Paulo: PUC, 1998.

SELIGMAN, F. **A tradição cultural da comédia popular brasileira na pornochanchada dos anos 70.** In: IV Encontro do núcleo de pesquisas da Intercom, 2004.

_____. **“Um certo ar de sensualidade: o caso da pornochanchada no cinema brasileiro”** in Sessões do Imaginário, n 9, PUCRS, maio, 2003.

SILVEIRA, R; CARVALHO, F. **Embrafilme x boca do lixo: as relações entre financiamento e liberdade no cinema brasileiro nos anos 70 e 80.** In: Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.8, n.24. Outubro de 2015.

SORLIN, P. **Sociología del cine: apertura para la historia de mañana.** México: Fondo de cultura económica, 1985.

STERNHEIM, A. **Alfredo Sternheim: um insólito destino.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

STOLLER, R. **A experiência transexual.** Rio de Janeiro: Imago, 1982.

VIEIRA, João Luiz. **Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história de Pierre Sorlin.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 81–96, jul.1994.



Masculinidades em Aplicativos de Encontros Gays: Análise da Negociação das Masculinidades e da Auto-Representação dos Corpos

Masculinities in Gay Dating Applications: Analysis of the Negotiation of Masculinities and the Self-Representation of Bodies

Rafael Ferraz Baptista

Resumo

Neste trabalho objetivou-se a investigação das representações que homens gays fazem de si próprios, a partir da observação de seus perfis divulgados em dois aplicativos de encontros. A pesquisa reuniu dados quantitativos que possibilitaram uma análise qualitativa da realidade exposta. Com base na observação dos perfis nos aplicativos foi possível categorizar os tipos de masculinidades e averiguar como os gays representam a si próprios com base na relação de seus corpos com o mundo. Constatou-se que a coexistência das múltiplas masculinidades homossexuais implica em práticas de intolerância dentro do próprio grupo LGBT e que a maioria destes indivíduos se orientam pelos padrões estabelecidos pela masculinidade hegemônica.

Palavras-Chave: Masculinidade hegemônica, masculinidade subalterna, masculinidade homossexual, relações de gênero, representação social.

Abstract

This paper aimed to investigate the representations that gay men make of themselves, from the observation of their profiles published in two dating applications. The research gathered quantitative data that enabled a qualitative analysis of the exposed reality. Based on the observation of profiles in the applications it was possible to categorize the types of masculinities and to find out how the gays represent themselves based on the relation of their bodies with the world. It was found that the coexistence of multiple homosexual masculinities implies practices of intolerance within the LGBT group and that most of these individuals are guided by the standards established by hegemonic masculinity.

Keywords: Hegemonic masculinity, subaltern masculinity, homosexual masculinity, gender relations, social representation.

As temáticas sobre as questões de gênero e de sexualidade têm sido amplamente discutidas no panorama social, evidenciando cada vez mais a definição de padrões que se fortalecem com a construção de um senso comum que interrelaciona gênero e sexualidade com corpos e corporalidades.



Isso posto, a presente pesquisa pretende tratar, em especial, das homossexualidades masculinas, buscando identificar a categorização de masculinidades gays, principalmente voltadas à corporalidade, com base na utilização de aplicativos de geolocalização que visam promover encontros entre homens. Nesse sentido, objetiva-se investigar como homens gays representam a si próprios na divulgação de seus perfis na rede social e qual o papel da corporeidade na construção das relações que se estabelecem entre as masculinidades gays. Portanto, intenciona-se descobrir como gays negociam suas homossexualidades em relação aos padrões inculcados por uma masculinidade hegemônica.

Masculinidade Hegemônica X Masculinidades Subalternas

Ao longo da história, muitos conceitos surgiram para explicar os fenômenos da masculinidade e a sua forte influência na construção dos padrões sociais, culturais e morais da sociedade.

No panorama social é possível observar que a noção de masculinidade centra-se na legitimação da dicotomia Homem x Mulher e na consequente relação de coerção entre esses sujeitos. Estudos históricos, conforme aportes de Connell (2003), teorizam que a masculinidade adulta se constrói por meio das reações contra a feminilidade e a relação entre essa formação e a subordinação das mulheres. Esse ponto de vista revela o papel do homem como provedor do sustento da família, evidenciando suas habilidades de trabalho para manutenção do lar, enquanto para as mulheres se designam as tarefas domésticas.

Dessa forma, observa-se que a autoridade se manifesta por meio do poder econômico e implica na criação de uma masculinidade autoritária que visa à manutenção do patriarcado. Portanto, é possível afirmar que a construção das masculinidades ocorre mediante as relações que se estabelecem dentro da sociedade. Connel (1995) define masculinidade como uma posição nas relações de gênero, evidenciando as práticas pelas quais homens e mulheres se comprometem com essa posição e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura.

Connell e Messerschmidt (2013) denominam esse pressuposto de papel sexual, uma vez que supõe que ser homem ou mulher significa estabelecer uma série de expectativas ou tarefas designadas socialmente à cada sexo. Portanto, entende-se masculinidades e feminilidades como papéis sexuais internalizados, frutos da socialização e que se concretizam na representação dos corpos de cada indivíduo.

Dessa forma, ao adentrarmos ao campo do papel sexual é necessário considerar a função da representação do corpo na construção desses padrões estabelecidos. De acordo com Jodelet (1984), o corpo é um objeto de caráter público e privado, pois está ligado à forma como os indivíduos lidam com seus próprios corpos e como lidam com os corpos dos demais. Sendo assim, essas representações estão subordinadas aos aspectos sociais, culturais e psicológicos.

Conforme postulados de Thompson, Pleck e Ferrera (1992), o conceito de identidade ligado aos papéis sexuais impede que os indivíduos que não seguem o padrão tradicional, próprio de seu sexo biológico, questionem o próprio papel. Dessa forma, os papéis sexuais estão intrinsecamente ligados com a identidade biológica, reduzindo-se à categorias homogêneas.

É coerente reconhecer, em vista do exposto, que a heterossexualidade não se caracteriza apenas como uma prática sexual, mas sim como uma forma de poder que coloca o masculino e o feminino dentro do campo político, conforme Wittig (2001). Desse modo, a



heterossexualidade não se manifesta somente na representação dos corpos, como também, e principalmente, na representação social que estabelece o lugar do homem e da mulher na sociedade, gerando dominação e opressão.

Connel (2003) enfatiza que a produção da masculinidade vai além dos contextos econômicos e ideológicos, ela se reforça também nas relações de classe, de raça, dentre outras que determinam a posição do homem na sociedade. Nesse sentido, com a influência de tantas variáveis, a autora ressalta a coexistência de diversos tipos de masculinidades, o que conduz à concepção de relações estabelecidas entre estas. Relações que podem se converter em alianças, domínio ou subordinação.

Portanto, surge a necessidade de adentrar aos conceitos de gênero para compreender as posições hierárquicas estabelecidas na sociedade. De acordo com Piscitelli (2009), a identidade de gênero ou a sexualidade não se condiciona ao sexo biológico ou à representação do corpo dentro do binômio homem x mulher. Desse modo, os órgãos sexuais dos sujeitos não estipulam suas identidades de gênero. A autora assevera que o gênero é um conceito de base política que evidencia as diferenças e salienta a pluralidade entre homens e mulheres.

Os pressupostos de Butler (2008) também inserem no debate o princípio de que o sexo é a condição biológica que difere as pessoas sexualmente, enquanto a identidade de gênero diferencia as pessoas dentro do campo cultural. Logo, a construção do gênero é um processo sem fim, uma vez que, ao longo de sua vida, o sujeito passa por novas experiências, novas culturas, novas descobertas, de maneira que não importe o que ele é, mas sim o que ele faz.

É possível, pois, considerar que a construção do status do gênero dependente das relações de sexo é inerente ao ser social e imprime nos sujeitos a característica de recipientes inertes às regras culturais incomplicadas, de modo que o sujeito se torna submisso ao seu destino biológico.

Connel (1995) sugere que o gênero se caracteriza como uma forma de organização social. É uma prática que se refere constantemente aos corpos e ao que estes fazem. Hollway (1984), citada por Connel (1995), afirma que as identificações de gênero se modificam devido aos múltiplos discursos que interferem na vida do indivíduo. Portanto, envolve subjetividade, ideologia e cultura e a interface entre esses aspectos produzem as múltiplas masculinidades. Logo, as políticas de gênero são determinantes do destino coletivo.

Esse panorama produz a instituição de uma masculinidade hegemônica, a qual define-se como uma configuração da prática de gênero que incorpora padrões adequados em um momento específico, que geralmente legitima o patriarcado e garante a posição dominante dos homens.

A fixação de um padrão hegemônico implica no reconhecimento da existência de grupos subordinados, dentre os quais é possível constatar a marginalização e segregação de grupos homossexuais, pois, ainda que sejam homens, se assemelham, do ponto de vista da masculinidade hegemônica, aos padrões de feminilidade.

Portanto, muitos grupos homossexuais, a fim de evitar a total exclusão e segregação, estabelecem uma relação de cumplicidade com a masculinidade hegemônica, pois procuram adaptar-se às normas estabelecidas, uma vez que isso lhes conferem certas vantagens. Nesse sentido, encontra-se a metáfora do armário proposta por Sedgwick (1990), a qual assevera que o armário se consolida como um mecanismo ambíguo, pois ao mesmo tempo em que se consolida como um espaço de proteção do homossexual, também se reafirma por seu caráter segregador.

Tais conjecturas se concretizam na tipificação homossexual, agrupando os indivíduos



conformes suas características e aos seus modos de vida, evidenciando as múltiplas formas de masculinidades gays. Para a elucidação desse aspecto, utilizar-se-ão os conceitos de representações sociais, os quais preconizam que estas se tratam de um processo dinâmico, que ocorre tanto no campo social quanto no psicológico e se caracterizam pela interpretação de uma versão da realidade com base nos pressupostos de determinados grupos de referência, portanto são explicações sobre dados fenômenos ou objetos que se formulam por meio das interações sociais, conforme preconizam Moscovici e Markova (1998).

No caso dos homossexuais sua representação está inerentemente ligada à masculinidade, ainda que de forma flagelada, uma vez que as representações sociais se pautam nas imagens e comportamentos oriundos da masculinidade hegemônica, portanto o indivíduo é concebido pela sua corporeidade, mas excluído pelo seu comportamento.

Os aplicativos de encontro entre homens

Para a presente pesquisa optou-se pela utilização de dois aplicativos, Grindr e Scruff, que auxiliam gays a encontrarem parceiros para relações afetivas, sexuais, amizades, dentre outros relacionamentos. Os aplicativos funcionam por meio da tecnologia de geolocalização, o que permite que os usuários encontrem homens próximos de sua posição espacial, que compartilhem dos mesmos desejos, anseios ou interesse sexual.

Geolocalização é uma tecnologia que permite ao usuário obter sua localização precisa através de conexão direta a satélites por meio de dispositivos móveis, como telefones celulares e outros dispositivos portáteis.

(AUGÉ, 1994 apud SOUZA REIS, 2013, p.148)

O estudo iniciou-se por meio da criação de um usuário para utilizar as ferramentas oferecidas pelos aplicativos. Além de dados pessoais, notou-se que há um campo específico onde o utilizador deve inserir a “tribo” a que pertence. Tal campo foi o cerne dos estudos, pois se configura como formas de viver a homossexualidade e de categorizar as masculinidades vivenciadas pelos indivíduos e as consequentes formas como estes representam a si próprios. Ressalta-se, ainda, que o campo “tribo”, em várias das categorias disponibilizadas pelos aplicativos, está intrinsecamente ligado à forma como os usuários relacionam seus corpos com o mundo.

O quadro abaixo apresenta as categorias disponibilizadas pelos aplicativos. É relevante considerar que os aplicativos, em alguns casos, usam termos distintos para retratar o mesmo grupo.

Quadro 1: Grupos sugeridos pelos aplicativos para auto definição do usuário

Grindr	Scruff
Barbie	Queer
Couro	Couro
Discreto	Discreto
Garotos	Novinho
Malhadinho	Sarado



Nerd	Universitário
Papai	Coroa
Soropositivo	HIV+
Trans	Trans
Urso	Urso/Gordinho
Cafuçu	-
-	Bi
-	Drag

Definição das categorias e das possíveis masculinidades

As presentes definições fazem parte das representações sociais ligadas ao universo LGBT e conseqüentemente fazem parte de um linguajar informal, de forma que foram criadas pela própria comunidade para agrupar indivíduos de acordo com as características corporais ou sexuais que apresentam em comum. Dessa forma, a reunião das definições aqui apresentadas se configuram como uma síntese dos conteúdos de sites voltados ao público gay e que buscam definir certas gírias utilizadas pela comunidade.

Barbie/Queer: Essa categoria representa os indivíduos que vão na contramão do que ditam os parâmetros da masculinidade hegemônica. Configura-se como indivíduos que não se encaixam nos padrões estabelecidos e que assumem essa transgressão, portanto relaciona-se diretamente com a concepção do gay efeminado. É importante salientar que o termo queer tem ganhado um amplo sentido na luta LGBT, porém a pesquisa pautou-se nas definições de corpo e masculinidade, que puderam ser comprovadas pelas descrições e fotos dos usuários que se auto denominaram queer, dessa forma não implica, nesse momento, em um aspecto ideológico.

Couro: Tal categoria é uma das que apresenta estudos específicos direcionados a ela. Algumas vertentes a denominam como a simbolização do fetiche sadomasoquista, portanto pode expressar-se tanto em relações homossexuais, como em relações heterossexuais. Porém, se configura como uma moda erótica que se traduz em valores elevados de masculinidade, que por vezes, ultrapassam até mesmo os limites da virilidade da masculinidade hegemônica, por conseguinte exprime a ideia de poder sexual e de independência.

Discreto: é o tipo de gay que mais preza pela aproximação de seus comportamentos com os da masculinidade heterossexual. Como o próprio nome sugere, esse gay preza pela discrição e tenta viver invisivelmente na sociedade, adotando padrões e rotinas heterossexistas, ainda que tenha relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.

Garotos/Novinho: Nessa categoria se encaixam gays mais jovens, geralmente magros ou com corpos atléticos. Não é incomum encontrar gays mais velhos nessa categoria, porém precisam manter características pueris, não apresentam marcas de expressões e não se preocupam em mostrar maturidade. Além disso, possuem corpos lisos, sem nenhum ou pouco pelo no corpo.



Malhadinho/ Sarado: O nome por si só já delimita a objetificação do corpo, pois refere-se a gays que frequentam academias e que mantêm um corpo delineado e extremamente atlético. A representação social desse tipo de gay revela que estes são egocêntricos e só se relacionam com gays semelhantes, menosprezando outras categorias que não se assemelhem a deles.

Nerd/Universitário: Esse grupo representa gays que não se vangloriam por seus corpos, mas sim pelo seu capital cultural, pela intelectualidade e pela constante busca pelo conhecimento. As representações sociais demonstram que o gay nerd não busca “corpo” em seus parceiros, mas sim homens que possuam conteúdo intelectual, capazes de conduzir uma boa conversa.

Daddy/Coroa: Neste caso há uma pequena distinção nos termos usados pelos aplicativos. Daddy ou Papai se reporta a gays experientes, não se referindo à idade, com uma carreira bem sucedida, muitas vezes carreiras consideradas socialmente masculinas, são decididos e já não aceitam as regras banais estipuladas pelo jogo da sedução, principalmente ligadas à juventude. A corporeidade desse grupo se manifesta pelo uso de roupas sociais que demonstram a forma como ele se relaciona com o mundo, enfatizando a sua colocação em uma classe econômica mais elevada, fruto de sua carreira de sucesso. As representações sociais indicam que esse gay não procura sexo casual, pois sua vasta experiência indica que este procura por relacionamentos afetivos. Já o Coroa, possui basicamente as mesmas características do gay Daddy, com exceção que nesta categoria só se inserem indivíduos com idade considerada um pouco mais elevada.

Soropositivo/HIV+: Obviamente são gays portadores do HIV e que fazem questão de assumir sua condição, buscando evidenciar a luta contra o preconceito, talvez não seja possível considerar uma masculinidade, já que se refere apenas à uma enfermidade adquirida, porém não deixa de ser uma forma diferenciada de viver a homossexualidade.

Trans: De acordo com os dados da Conferência Nacional LGBT (2015) são indivíduos que não possuem um sentimento de pertencimento ao seu gênero biológico e consequentemente não aceitam características que pertencem a esse gênero. Desse modo, anseiam pela mudança de sexo e pela aceitação social em relação ao gênero que se identificam.

Urso/Gordinho: É a categoria mais complexa, pois se subdivide em outras categorias, mas de modo geral, busca representar corpos grandes, obesos, robustos, peludos e de rosto barbado.

Bi: Diferentemente dos outros termos, o bi não se classifica como gay, e sua representação está diretamente ligada às relações sexuais e não às características específicas. Bissexual é, pois, o indivíduo que se relaciona sexualmente tanto com o gênero masculino quanto com o feminino. Devido às representações de masculinidade, o bissexual se encontra acima do homossexual na cadeia hierárquica, uma vez que este se relaciona com o sexo oposto.

Cafuçu: é o tipo de gay que foge dos padrões de beleza estabelecidos pela comunidade LGBT, desse modo, é um indivíduo feio de rosto, mas que possui um corpo atlético. Está ligado aos gays de baixa renda, rudes, geralmente que vivem em periferias e se ves-



tem de forma largada. Também são considerados como possíveis “heterossexuais” que fazem “favores” e ficam com gays em troca de dinheiro.

Drag: O conceito de drag está ligado à utilização de roupas extravagantes, como vestidos, dentre outras que remetem ao universo feminino. Portanto, são homens que realizam performances artísticas que expressam certas feminilidades, mas que não se assemelham à mulher, pois existe determinada extravagância.

As definições aqui apresentadas não se caracterizam pela homogeneização do grupo, o que implica que os indivíduos podem apresentar características presentes em grupos diferentes, evidenciando que as diferentes masculinidades coexistem dentro do grupo e dentro do próprio indivíduo.

Análise dos perfis

Após a identificação das categorias, denominadas pelos aplicativos como “tribes”, e a realização de suas respectivas definições, a pesquisa prosseguiu a partir da visualização, leitura e análise de cem perfis, sendo cinquenta do aplicativo Grindr e cinquenta do Scruff.

A escolha dos perfis se deu por meio de dois aspectos principais: o primeiro foi a condição do perfil apresentar foto (seja de rosto ou de partes de corpo), buscando minimizar a possibilidade de utilizar perfis *fakes* para a análise e a segunda foi o distanciamento dos usuários em relação à posição do pesquisador, uma vez que os aplicativos utilizam a tecnologia de geolocalização.

De acordo com os dados coletados, os perfis apresentaram a seguinte distribuição em relação ao modo como os gays representam a si próprios:

Quadro 2: Distribuição de como os usuários se representam como homossexuais

Grindr		Scruff	
Categorias	Cômputo dos Perfis	Categorias	Cômputo dos Perfis
Barbie	2	Queer	0
Couro	1	Couro	1
Discreto	28	Discreto	24
Garotos	6	Novinho	2
Malhadinho	1	Sarado	3
Nerd	2	Universitário	3
Papai	1	Coroa	3
Soropositivo	0	HIV+	1
Trans	0	Trans	1
Urso	9	Urso/Gordinho	12
Cafuçu	0	-	-
-	-	Bi	0
-	-	Drag	0
Total	50	Total	50



A presente pesquisa pautou-se na utilização de abordagens com traços exploratórios e descritivos, uma vez que o trabalho propõe observar e registrar o comportamento de homossexuais em relação ao modo como se representam na publicação de perfis em aplicativos de encontros, culminando em uma análise dos dados obtidos, a fim de ampliar o entendimento sobre masculinidades homossexuais. Conforme pressupostos de Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa descritiva tem a função de descobrir a frequência com que determinado fenômeno acontece, assim como as relações que ele estabelece entre as variáveis.

A análise dos resultados embasou-se pela abordagem qualitativa, considerando que a realidade apresentada só existe devido às significações atribuídas pelos sujeitos, conforme preconiza Gunther (2006). Portanto, ainda que, inicialmente, tenha se tratado de uma coleta de dados que gerou resultados quantitativos, as informações também serviram para a realização de uma interpretação e análise sobre o comportamento humano frente às relações estabelecidas entre os objetos de estudo.

Conclusões

A pesquisa desenvolvida permitiu a constatação de que há diversas formas de vivenciar a homossexualidade e cada uma das formas apresentam características específicas, demonstrando a existência de múltiplas masculinidades. Salienta-se que essas podem coexistir na identidade de um mesmo indivíduo, porém com algumas características sobressaindo-se sobre outras, caracterizando o modo como o indivíduo se representa nos aplicativos.

É importante ressaltar que tal categorização ou estigma atribuídos aos indivíduos com base em características comuns, ocasionando em agrupamentos, é uma prática comum na comunidade LGBT, portanto, esses comportamentos se configuram como práticas de intolerância exercidas pelos próprios indivíduos que compartilham da segregação instituída pela camada opressora, fruto da masculinidade hegemônica, frente à homossexualidade.

A forma como os gays se auto representam, considerando os perfis selecionados, demonstram, ainda, que um pouco mais da metade desses homens se definem como discretos, seguidos pelos gays que se encaixam na categoria urso e em seguida por gays que se enquadram no grupo dos garotos/novinhos. Tal fato permite considerar que a maioria dos gays se representa em categorias que estão mais próximas da masculinidade hegemônica, evidenciando aspectos físicos que remetem ao corpo masculino.

O número expressivo de gays que se afirmam discretos evidencia o caráter ífero da homossexualidade, de modo que os padrões comportamentais adotados por esses homens legitimam as políticas da heterossexualidade, funcionando como base para a sustentação da masculinidade hegemônica, assim como outras masculinidades heterossexuais marginalizadas também a sustentam.

Ademais, reconhecer a existência de múltiplas masculinidades homossexuais, implica em admitir que essas masculinidades estabelecem relações entre si. Dessa forma, as relações construídas constituem posições hierárquicas dentro do grupo homossexual, conferindo o status de superioridade para as masculinidades que se aproximam dos padrões do patriarcado e de inferioridade e aviltamento para as que se opõem de forma extremamente contraditória. As descrições sobre os tipos de gays que os usuários procuram para se relacionar também revelam uma certa ojeriza aos gays com comportamento que se aproximam da feminilidade:



“Não gosto de gay efeminado, buscando alguém compatível pra ver no que dá. Não assumido e discreto”

“Não tenho tesão e nem atração por gay afeminado, questão de gosto... apenas...nada contra”

“Curto macho, nada de afeminado. #sigilo #real #discreto”

“Curto passivos que tenham no máximo 30 anos, porte atlético, lisos e machos”

“ [...] sou macho discreto, sem trejeitos. Busco cara discretos e sem trejeitos”

“Procuro ativos e versáteis com jeito de homem”

“Sou Bi. Procuo caras machos. Sigilo total. Menores de idade, afeminados, assumidos e gordos não tenho interesse, não adianta nem chamar.”

“Discreto, não afeminado e não assumido, procurando o mesmo para parceria”

Notou-se, também, uma grande quantidade da utilização da hashtag *broderagem*. De acordo com dicionários informais e site sobre gírias LGBT, o termo se refere às práticas sexuais entre homens que não se consideram homossexuais.

Por fim, inclui-se nesta pesquisa dois conceitos da Sociologia para compreender as relações entre masculinidades heterossexuais e masculinidades homossexuais. O primeiro deles corresponde ao campo macrosocial, no qual a masculinidade hegemônica atua opressivamente na sociedade em escala ampla, colocando todas as demais masculinidades em posições subalternas. E o segundo conceito refere-se ao campo microssocial, ou seja, a um grupo menor, nesse caso os homossexuais, que também reproduzem as práticas adotadas na macro sociedade.

Esse sistema microssocial, ainda que repleto de repressão e opressão exercidas pela camada dominante, reestabelece as regras e jogos de poder que validam as atitudes e o comportamentos desse grupo, o que nos leva a conceber a possível formação de uma homossexualidade imperante, que estabelece os papéis hierárquicos dentro desse pequeno grupo, de modo que gays que “fazem coisas de homem” encontram-se no topo dessa hierarquia, enquanto gays efeminados e travestis são segregados e excluídos.



Referências

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. **Coleção Ciências da Educação**, v.12, Porto: Ed. Porto, 1994.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.
- CAPARICA, M. **Você não é urso: Guia prático para auto identificação dentro da cultura bear**. Disponível em: <http://ladobi.uol.com.br/2015/12/guia-urso-bear/> Acesso em 06 nov 2017.
- CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- CONNEL, R. W. **Masculinities**. Cambridge, UK: Polity Press, 2003.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, Abr 2013.
- FURQUIM, M. Comportamento: **O Gay Discreto Fora-do-Meio (ou as consequências da homofobia internalizada)**. Disponível em: <http://gaynerdbrasil.com/2015/12/comportamento-o-gay-discreto-fora-do-meio-ou-as-consequencias-da-homofobia-internalizada.htm> Acesso em: 05 nov 2017.
- GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 22, n. 2, p. 201 – 210, Mai – Ago 2006.
- IGAY SÃO PAULO. **Você é twinkie ou lontra? Entenda as denominações para os tipos físicos dos gays**. Disponível em: <http://igay.ig.com.br/2015-02-12/voce-etwinkie-ou-lontra-entenda-as-denominacoes-para-os-tipos-fisicos-dos-gays.html> Acesso em 05 nov 2017.
- JODELET, D. The body and his transformation. In: FARR, S.; MOSCOVICI, S. **Social Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- LONGO, F. **Entre barbies e purpurinados: o eterno racha na identidade gay!** Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2017/03/01/barbies-epurpurinados-racha/> Acesso em: 06 nov 2017.
- MEU PATROCÍNIO GAY. **O que é sugar daddy ou mommy gay**. Disponível em: <https://www.meupatrocinio.com/sugar-daddy-gay/o-que-e-sugar-daddy-ou-mommygay> Acesso em 06 nov 2017.
- MITCHELL, B. **What's the difference between gay and queer**. Disponível em: <http://www.pinknews.co.uk/2017/06/23/whats-the-difference-between-gay-and-queer/> Acesso em 06 nov 2017.



MOSCOVICI, S.; MARKOVA, I. Presenting social representations: a conversation. **Culture & Society**, v. 4, n. 3, p.371-410, 1998.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009 - (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

SOUZA REIS, B.. Pensando o espaço, o lugar e o não lugar em Certeau e Augé: perspectivas de análise a partir da interação simbólica no Foursquare. **Contemporânea (Título não-corrente)**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 11, Ago. 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/6969>>. Acesso em: 08 Nov. 2017.

THOMPSON, E. H.; PLECK, J. H.; FERRERA, D. L.. Men and masculinities: Scales for masculinity ideology and masculinity-related constructs. **Sex Roles**, [s.l.], v. 27, n.11-12, p.573-607, dez. 1992. Springer Nature.

WITTIG, M. **La Pensée straight**. Paris, Balland, 2001.



As complexidades de Josephine Baker: a arte e o corpo como recursos representacionais eficientes

The Complexities of Josephine Baker: art and body as efficient representational resources

Hasani E. dos Santos.¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo expressar, por meio da produção da atriz e artista Josephine Baker, a relevância sociológica do corpo dentro das formações discursivas, relações de poder e de tensão que estão circunscritas na narrativa da modernidade ocidental e colonialista, com recorte analítico na população afro-diaspórica e pós-colonial. Josephine Baker nos faz perceber de maneira sofisticada como seu corpo negro, racializado se formalizou e se inseriu na política cultural de maneira refinada, complexa e conflitante, nos fazendo indagar sobre os regimes de representação do domínio cultural do séc. XX. É por meio da complexidade de Josephine Baker que esses fenômenos sociológicos podem ser entendidos.

Palavras-chave: corpo, regimes de representação, colonialismo, cultura, identidades.

Abstract

This article's aim is to express, by the production of the actress and artist Josephine Baker, the sociological relevance of the body inside of the discursive formations, power and tension relationships circumscribed at the colonialist, western and modern narrative, with the analytical framing on the afro-diasporic and post-colonial population. Josephine Baker makes us regard in a sophisticated way how her black body, racialized, entered at the cultural politic classily, complexly and shockingly, making us inquire about the representation regimes of the cultural domain at the twentieth century. It is through Josephine Baker's complexity those sociological phenomena can be understood.

Keywords: body, regimes of representation, colonialism, culture, identities.

1 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar e Pesquisador atuante do NEAB/UFSCar, com experiência na área de Sociologia das Relações Raciais no Brasil contemporâneo e Estudos da Diáspora Africana. hasanisantos@gmail.com



I) Josephine Baker: dos Estados Unidos para o mundo

Josephine Baker nasceu no ano de 1906 em Saint Louis, no Missouri, Estados Unidos, filha de mãe negra e pai branco². Logo cedo, aos doze anos, abandonou os estudos e decidiu viver pela rua e os cortiços de Saint Louis, acostumada a dançar e se divertir nas ruas da cidade ela chamava a atenção de transeuntes que passavam e testemunhavam suas danças, foi dessa maneira que ela aos quinze anos foi convidada para compor como artista e dançarina um espetáculo de vaudeville³ do grupo St. Louis Chorus.

Após o contato com o universo do vaudeville em Saint Louis Josephine Baker migrou para Nova York, justamente no momento de ebulição do que ficou conhecido como “Harlem Renaissance”⁴, um movimento artístico e cultural que teve nas entranhas dos guetos negros do Harlem seu nascedouro apoteótico expandindo-se por toda cidade de Nova York.

Por meio das artes plásticas, da literatura, do teatro, da música e das artes visuais os participantes desse movimento cultural reconceituaram a categoria *negro(a)*, influenciaram a população afro-americana a se relacionar com a herança cultural do continente africano e foram o solo pela qual a literatura afro-americana criou suas fontes de influência e referência. O Harlem Renaissance contava com nomes preciosos como Alice Dunbar Nelson, Angela Weld Grimké, Langston Hughes, Zora Neale Huston, Charlotte Mason entre outros. E esse movimento cultural foi de extrema importância para a organização social e articulação política da população afro-americana no período anterior aos movimentos de direitos civis dos anos 1950 e 1960 nos Estados Unidos.

Interessante notar que ao longo de sua passagem por Nova York Josephine Baker se apresentou no Plantation Club e no Teatro de Revista da Broadway, com espetáculos como Shuffle Along de 1921 e The Chocolate Dandies de 1925, dançando na margem do coro de mulheres, uma posição tradicionalmente cômica no universo da dança e que não era da preferência das dançarinas nas apresentações, pois as bordas do coro eram destinadas às dançarinas que dificilmente memorizavam todos os passos.

Após algum tempo de dedicação e treinos exaustivos Baker acrescentou aos passos séries de movimentos complexos e elaborados trazendo elementos do Charleston, do Black Bottom, do Shimmy e do Cakewalk⁵, ganhando notoriedade e sendo reconhecida como a corista mais bem paga do Teatro de Revista da Broadway. É nesse período que Baker, de acordo com Domingues (2010, p. 98) “começava a se tornar famosa por sua capacidade de fazer movimentos mirabolantes com o corpo e, simultaneamente, manter os olhos vespós”.

Ao ganhar notoriedade e fama em Nova York ela foi convidada a estrear o espetáculo La Revue Nègre no dia 2 de outubro de 1925, no Théâtre des Champs Elysées, na cidade

2 Sua mãe se chamava Carrie McDonald, foi adotada em Little Rock no Arkansas em 1886 por Elvira e Richard McDonald, ex-escravizados de descendência Afro e Nativo-americana. Já seu pai foi identificado em seu inventário como Eddi Carson, um baterista branco. Ver mais em: BAKER, Jean-Claude; CHASE, Chris. *Josephine: The Hungry Heart* (First ed.). New York: Random House, 1993.

3 Vaudeville é um gênero de arte e entretenimento muito apreciado na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) no fim do séc. XIX até terceira década do séc. XX. O vaudeville compunha-se de apresentações com concertos, cantores populares, literatura burlesca, “circos de horror”, ministeis entre outras fontes artísticas que compunham o universo de múltiplas possibilidades do vaudeville.

4 Ver mais em: HUTCHINSON, 1997, 2007; LEWIS, 1995 et al.

5 Danças que remetem expressões corporais do período do sistema colonial *plantation* nos Estados Unidos. Conforme Dalton e Gates (1998, p. 906): “the Cakewalk,” a dance “derived from a harvest ‘chalk-line’ dance, once performed by slaves on Southern plantations”.



de Paris. Sua apresentação causou grande euforia e sucesso instantâneo. Essa atuação artística histórica de Josephine Baker é retratada da seguinte maneira segundo Dominiques (2010, p. 99):

A jovem sorridente e de olhos esbugalhados explodia no palco com uma energia vulcânica. Mexendo com as emoções e explorando suas habilidades pantomímicas, fazia caretas, contorcia-se, remexia-se e gingava freneticamente, de um lado para o outro. Balançava as nádegas, depois as recolhia e saía andando empertigada, ao som sincopado e pulsante do jazz [...] Elétrica e espalhafatosa, notabilizava-se pela espontaneidade, expressividade e alegria contagiante. Baker era, em uma só palavra, instintiva. Ao vê-la em cena, as plateias francesas ficavam em estado de excitação, convictas de que estavam diante de algo novo, inusitado, insólito, porém fascinante e hipnotizador. Muitos dos espectadores, já cansados da mesmice e em busca de formas experimentais e renovações artístico-culturais naqueles frementes anos 20, projetavam suas fantasias naquela afro-americana, tomavam-na como fonte inspiradora de prazer, de vitalidade, de desprendimento e liberalidade. Liberalidade da rígida disciplina, do tolhedor autocontrole e da monótona e repetitiva rotina.

Esse episódio transatlântico de Baker lhe possibilitou cativar plateias no continente europeu dos anos 20 e 30 e testemunhar o ambiente multicultural da cidade luz, em comparação com os Estados Unidos que vivia sob a égide da segregação racial institucionalizada pelas leis estaduais do Jim Crow. Nesse sentido Josephine Baker compartilhou da mesma sensação e impressão do sociólogo afro-americano W.E.B. Du Bois quando ele chegou à Alemanha⁶, segundo Appiah (2014, pp. 27-28, tradução minha):

A razão da sua devoção foi além do seu amor pela música, poesia e arte alemã. A Alemanha foi o primeiro lugar onde Du Bois vivenciou a vida sem as crueldades diárias e os insultos públicos racistas. “Nos dias de tempestade e pressão” ele escreveu, “essa era a terra onde eu pela primeira vez encontrei pessoas brancas que me trataram como ser humano”⁷.

No entanto o martiniquense Frantz Fanon nos relembra que mesmo as nações ocidentais se autointitulando como democráticas e cosmopolitas, no que diz respeito às relações sociais entre os indivíduos, o racismo tem de ser entendido e compreendido como a lógica fundamental de funcionamento e operacionalização dessas mesmas relações sociais, pois conforme Fanon (1980, p. 44):

6 Du Bois nos anos de 1892 e 1894 foi para Berlim realizar o seu doutoramento na Friedrich-Wilhelms-Universität (atualmente Humboldt- Universität). Lá ele entrou em contato com a tradição intelectual alemã do romantismo, nomes como Gustav Von Schmoller, August Meitzen, Adolf Wagner e Gottfried Herder influenciaram o pensamento e a obra de um dos mais proeminentes e profícuos *scholars* da questão racial dentro da sociologia.

7 “The reason for his devotion went beyond his love for German music, poetry, and art. German was the first place where DuBois experienced life without the daily cruelties and public insults of racism. “In the days of my Sturm und Drang” he wrote, “this was the land where I first met white folk who treated me as a human being””. APPIAH (2014, pp. 27-28).



A realidade é que um país colonial é um país racista. Se na Inglaterra, na Bélgica ou em França, apesar dos princípios democráticos afirmados respectivamente por estas nações, ainda há racistas, são esses racistas que, contra o conjunto do país, têm razão. Não é possível subjugar homens sem logicamente os inferiorizar de um lado a outro. E o racismo não é mais do que a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta inferiorização.

É dentro desse cenário que Josephine Baker se arriscou e se realizou, alcançando o estrelato e o protagonismo artístico e cultural que caracterizará a sua vida, sendo um dos nomes mais marcantes do séc. XX. Exemplo disso é o livro de Phyllis Rose intitulado “A Cleópatra do Jazz: Josephine Baker e seu tempo” de 1990, a peça teatral de Otávio Müller, “Josephine Baker – A Vênus Negra”, a apresentação de Beyoncé no evento Fashion Rocks de 2006 fazendo referência à saia de bananas e a dança da banana imortalizada por Josephine Baker e por fim o livro “Josephine Baker in Art and Life” de Bennetta Jules-Rosette de 2007. Apenas para citar alguns dos trabalhos que procuram expor a relevância histórica que teve Josephine Baker.

Desse modo pretendo por em perspectiva como que as interpretações de Josephine Baker podem ser compreendidas como artifícios políticos que a inserem em espaços de poder, reconfiguram e interagem com os discursos hegemônicos e com o significado do que era ser indivíduo *negro(a)* no séc. XX. De maneira com que Baker possa ser considerada como uma prenunciadora da política cultural negra e dos movimentos sociais que emergem por meio das tensões **à cerca da identidade**, da racialização e do campo cultural no séc. XX.

II) Pano de fundo da discussão: Colonialismo e o “apelo” ao corpo feminino negro.

O fim do séc. XIX e o início do séc. XX representa um momento de transição de séculos obviamente, mas também de concretização do projeto colonial da França no continente africano⁸. A Conferência de Berlim, que durou de 1894 até 1895, intensificou o empreendimento colonial francês em África dividindo os seus territórios coloniais em três partes, a África Ocidental Francesa (Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger e Senegal), África Equatorial Francesa (Congo, Gabão, Chade, Camarões e a República Centro Africana) e as Ilhas Francesas (Madagascar e Comores), porém a França já realizava seus esforços exploratórios e coloniais no continente africano desde 1664.

A experiência colonial é imprescindível para entender as estruturas sociais às quais estavam inscritas as performances de Josephine Baker, sua popularidade e sua relativa significância no cenário cultural francês do séc. XX. É dessa maneira que atento para a relevância sociológica de ver na colonização um período que historicamente produziu diferença a um nível global, sigo, portanto, uma proposta de sociologia que aparece em Hall (2003) e Connell (2007). E Josephine Baker, suas apresentações e interpretações **não estavam fora** desse perímetro atingido pelo colonialismo e a produção global da diferença.

8 Entretanto há de se considerar que os processos de luta por independência no continente africano iniciaram-se no fim da década de 1950. Nos anos da década de 1960 grande parte do continente já havia declarado sua independência, com raras exceções das ex-colônias portuguesas.



A invasão francesa no continente africano nesse momento contribuiu para com que a curiosidade sobre a cultura, o conhecimento e a arte africana se disseminasse para a Europa na forma de um interesse excêntrico, peculiar e **exótico**. Um fato histórico lamentável que remete ao fascínio do europeu pelo corpo feminino negro é exemplificado na vida de Sara Saartje Baartman, uma mulher Khoisan da África do Sul que foi vendida para um museu a **céu aberto para ser exposta como a Vênus Negra**⁹, a Selvagem Hottentot, nos idos do **séc. XIX na Inglaterra e na França** despertando sentimentos de desejo e desgosto perante a plateia majoritariamente branca. Segundo Ruiz (2010, p. 130, tradução minha):

A Vênus Negra carregava consigo o fascínio e a atração da sexualidade exótica, e a Selvagem Hottentot trazia o significado da bestialidade e do instinto sexual descontrolado. Em ambos os casos, isso era visto como uma ameaça para a cultura dominante e como uma perigosa atração para o desejo branco colonial¹⁰.

É nesse sentido que o corpo é central para compreender a recepção das performances artísticas de Josephine Baker pela plateia europeia, tendo como contexto o colonialismo europeu no continente africano. Enquanto um evento histórico marcado pela violência que atravessou as relações sociais, o colonialismo e seus desdobramentos nas dinâmicas sociais foram habilmente analisados e combatidos por Frantz Fanon em seus trabalhos científicos e suas ações políticas pragmáticas ao longo de sua vida.

A violência é a chave analítica de Fanon para suas considerações sobre o colonialismo em seu notório escrito de 1961, “Os condenados da Terra”, não há para Fanon um sistema colonial que não seja violento e que não seja intermediado pela violência, e dentro de uma perspectiva sociológica que dialoga com a tradição marxista é a relação contraditória e conflituosa entre o Colono e o Colonizado que é central para se entender as relações sociais coloniais dentro do colonialismo.

Em sua tese de doutoramento “Pele negra, máscaras brancas” Fanon reafirma seu requinte beligerante ao evidenciar o complexo de inferioridade vivenciado pelo indivíduo racializado pela categoria *negro(a)*, suportado à nível corporal, epidermal. Segundo Fanon (2008, p.28) “Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: — inicialmente econômico; — em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade”.

Dessa forma o colonialismo e os empreendimentos civilizatórios da modernidade dividem e cindem a sociedade em duas clivagens de pertencimento, entre “europeus”/“indígenas”, ou “humanos”/“não humanos”. Seguindo esse perverso raciocínio eurocêntrico os indivíduos e corpos que não pertencem ao polo humano e europeu são desprovidos de valor moral, ético e histórico, o indígena aos olhos do europeu é um animal.

Cabe dizer, portanto, que o corpo e arte de Josephine Baker foram apreendidos pelo olhar do europeu de uma maneira onde a atriz e dançarina foi “objetificada”, transfigurada em “o outro”. As obras literárias da autora e professora Toni Morrison nos auxilia no entendimento do processo de construção do “outro”, cujo Josephine Baker vivenciou ao

9 Sara Saartje Baartman representa a realidade, doída na carne e nos nervos, do processo de construção e de controle sobre o corpo feminino negro. Essa discussão é mais bem trabalhada em: DAMASCENO, Janaína. *Corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote*. In: FAZENDO GÊNERO, 8. 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2008.

10 The Black Venus carried with her the lure of exotic black sexuality, and the Savage Hottentot carried the meaning of bestiality and uncontrolled sexual instinct. In both cases, they were seen as a threat to the white dominant culture and as a dangerous attraction for the white colonial gaze. RUIZ (2010, p.130)



representar, de maneira artística, o(a) *negro(a)* no continente europeu. E nesse processo a cor desempenha um papel estratégico. Conforme Morrison (2017, tradução minha):

Se é o horror da única gota do místico sangue “negro”, ou os signos da superioridade branca inata, ou o perturbador e excessivo poder sexual, a estrutura e o significado da cor são frequentemente os fatores de decisão... O colorismo está bastante disponível—ele é o melhor atalho narrativo¹¹.

Nesse sentido as coreografias interpretadas por Josephine Baker foram produtoras de identidade que no imaginário europeu remetia à vida selvagem, ao exótico. Segundo Ruiz (2012, pp.131-132) as danças de Baker “misturavam o Imaginário, o Simbólico e o Real em termos Lacanianos, pois o seu espaço performativo e suas complexas camadas encenavam a “demanda eurocêntrica por exotismo escapista””¹².

Seguindo esse raciocínio a mesma autora argumenta que Josephine Baker se envolveu no que bell hooks denominou como “*the commodification of otherness*”, em português seria algo como, “a mercantilização da alteridade”. Nas palavras de Ruiz (2012, p. 135, tradução minha):

[...] Ela participou na mercantilização e fetishização do corpo feminino negro. Em uma perspectiva marxista, essas mercadorias podem se tornar objetos erotizados, e a sexualidade humana pode ser estruturada pelo capitalismo; para entender isso, nós precisamos ter um ponto inicial definido para o conceito de sexualidade a qual, nessa perspectiva, tem de ser analisada como ideia mediada e produzida culturalmente baseada nos processos históricos e sociais, logo o conceito está sempre se construindo, nunca está encerrado ou completo¹³.

É por meio das representações coloniais sobre o corpo feminino negro e a África “mítica”, única e idealizada, que os estereótipos foram articulados e desenvolvidos para estratégias de dominação eurocêntrica e para um apelo do consumo das artes e dos corpos que rememorassem o continente africano para os europeus, em virtude disso, em 1925, dois meses antes da estreia de Baker na França, houve o Art Deco em Paris com exposições e pinturas de artistas europeus representando África em suas pinturas.

Essas representações atribuem aos indivíduos não leucodérmicos e não europeus, qualidades limitantes como a infantilidade, a hipersexualização, o balançar frenético e a irracionalidade, e são elementos que constituem o universo de imagens e cartazes de divulgação do espetáculo *Revue Nègre* de Josephine Baker¹⁴. Fanon ao considerar a re-

11 Whether it is the horror of one drop of the mystical “black” blood, or signs of innate white superiority, or of deranged and excessive sexual power, the framing and the meaning of color are often the deciding factors... Colorism is so very available—it is the ultimate narrative shortcut. MORRISON (2017).

12 [...] mixed the Imaginary, the Symbolic and the Real in a Lacanian sense, because of the complex layerings of her performative space, staging the “Eurocentric demand for escapist exoticism”. RUIZ (2012, pp. 131-132).

13 [...] she participated in the commodification and fetishization of the black female body. In a Marxian light, commodities can become eroticised objects, and human sexuality can be structured by capitalism; to understand this, we need to have a clearly defined starting-point for the concept of sexuality which, in this light, has to be analysed as a mediated and culturally produced idea based on historical and social processes, so it is always in the making, never finished or complete. RUIZ (2012, p. 135).

14 O estudo e as conclusões acerca das representações dos cartazes de divulgação da *Revue Nègre* podem ser encontrados no estudo de: VILAÇA, A.S; SANTOS, E.J. Medo e Desejo: A Imagem de Josephine



lação entre o racismo e o campo cultural nos alerta para o interesse, por parte das sociedades colonizadoras, em fazer das relações raciais dentro das sociedades uma pauta de meditação e, por algumas vezes, publicitárias trazendo à tona o racismo que há no interior da sociedade. Para Fanon, (1980, p. 41):

[...] o racismo é tomado como tema de meditação, algumas vezes até como técnica publicitária. É assim que o *blues*, “lamento dos escravos negros”, é apresentado à admiração dos opressores. É um pouco de opressão estilizada que agrada ao explorador e ao racista. Sem opressão e sem racismo não haveria *blues*. O fim do racismo seria o toque de finados da grande música negra...

O corpo feminino e negro de Josephine Baker e suas performances artísticas no *show-business* foram produtos de um artifício discursivo e político de representação exotizante, racializante e dominador apreciado pelo Ocidente. Cabe por fim apresentar um trecho síntese da autora Phyllis Rose para encerrar o raciocínio sobre o cenário político, social e histórico onde se deu a recepção europeia do corpo de Josephine Baker e suas representações artísticas. De acordo com Rose (1990, p.62):

Deve-se compreender que o corpo de Josephine Baker foi um dentre muitos “objetos” africanos que de repente pareceram lindos a uma vanguarda parisiense, cujo entusiasmo pela arte africana vinha crescendo há duas décadas. A história de como esses objetos, há anos considerados no máximo como curiosidades, passaram repentinamente para a categoria de “arte” é fascinante...

III) A possibilidade de uma política identitária cultural negra

“Ó meu *corpo* faça sempre de mim um homem que *questiona*” FANON (2008, p. 191).

A história, porém, não se encerra dessa maneira, é da complexidade sofisticada que se é capaz de retirar argumentos para entender a agência de Josephine Baker na estrutura cultural e representacional, sendo central nas lutas pós-coloniais e na agência de um posicionamento dentro dos regimes de representação.

Para o teórico Stuart Hall práticas de representação sempre implicam em práticas de posicionamento, são posições que sugerem enunciação dentro do campo discursivo. Nessa esteira argumentativa Hall dialoga, até certo ponto, com Foucault ao ver a necessidade de “uma teoria da prática discursiva” que posiciona o sujeito dentro dos discursos, que conforme Foucault (1978) são “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época”. Mas há um salto qualitativamente metodológico do autor jamaicano ao propor uma “reconceptualização do “sujeito””, pensando em como o sujeito agencia um posicionamento no interior desse paradigma discursivo.

Baker e a Estética In-corporada do Jazz. pp. 133-149. In: *Gênero, Direitos Humanos e Ativismo*. Aveiro: Atas do V Congresso Internacional em Estudos Culturais, 2016.



É assim que Hall nos presenteia com o conceito de “identificação” pensando a questão da solidariedade e fidelidade a um grupo, assim como a professora Toni Morrison pensa o pertencimento/*belonging*, mas o que o ocorre requintadamente, é que esse processo de identificação se manifesta como “suturação, uma sobredeterminação e não uma subsunção” (2003, p.106). Hall ao historicizar o conceito de “identificação” argumenta que desde Freud e a psicanálise a identificação não é um processo coerente e fechado em si mesma, mas, retomando Freud (1921/1991, p. 131), “a identificação, na verdade, é ambivalente desde o início”.

Essas contribuições teóricas servem para salientar o modo com que a identidade, pensada à luz dos processos de identificação, é “um conceito estratégico e posicional” (2003, p.108). A identidade, portanto, é um conceito político e tático, nesse sentido segundo Hall (2003, p. 108-109):

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Elas têm tanto a ver com a *invenção* da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração, mas como “o mesmo que se transforma” (Gilroy, 1994): não o assim chamado “retorno às raízes”, mas uma negociação com nossas “rotas”.

É, portanto, necessário compreender que as identidades são construídas dentro e não fora das narrativas que constituem o que é a história e o discurso. As identidades também são segundo Appiah (2016, p.19) “nominais, normativas e subjetivas”, sendo um problema de ordem política, desse modo é possível ver que as identidades despontam “no interior do jogo de modalidades específicas de poder” e são marcadores de diferença e exclusão dentro das relações de poder que estão inseridas nas relações sociais. (2003, p.109). Assim Stuart Hall dialoga de maneira interessante novamente com Toni Morrison e seus questionamentos à cerca do “*fetiche pela cor*”¹⁵ onde a autora mostra como a cor é um mecanismo aplicável de produção de diferença dentro dos cânones da literatura estadunidense, como Ernest Hemingway por exemplo. Conforme Morrison (2017, tradução minha):

Igualmente, se não mais, fasciante é o emprego do colorismo por Ernest Hemingway. O seu uso desse dispositivo narrativo está completamente disponível através de diversos modos de colorismo—do desprezível preto, passando pelos pretos tristes e simpáticos, até para o extremo preto pleno de eroticismo¹⁶.

Essa citação nos permite realizar uma conexão de sentidos, em termos weberia-

15 O capítulo é originalmente intitulado “The Color Fetish”, parte componente do livro “The Origin of Other” de Toni Morrison, de 2017.

16 “Equally, if not more, fascinating is Ernest Hemingway’s employment of colorism. His use of this wholly available device moves through several modes of colorism—from despicable blacks, to sad but sympathetic ones, to extreme black-fuelled eroticism” MORRISON (2017).



nos, e retornarmos para o deslumbre e o fascínio que Josephine Baker causava na alta classe intelectualizada do mundo ocidental. No período em que Baker se tornou a artista estadunidense mais bem-sucedida a se apresentar na França, Ernest Hemingway qualificou Josephine Baker como “[...] a mulher mais sensacional que alguém jamais viu”, não só Hemingway considerava Josephine Baker como musa, mas também Christian Dior, Pablo Picasso e importantes nomes do modernismo brasileiro como Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Segundo Domingues (2010, p. 104):

A euforia dos modernistas brasileiros pelo exotismo negro implicou na reverência a Josephine Baker [...] Quando veio ao Brasil, a “Cleópatra do Jazz” ficou hospeda da na fazenda Santa Teresa do Alto, de Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade. Aqui, participou de várias festas e eventos organizados pelos modernistas com o fito de divulgar o que havia de mais cosmopolita na Europa (Boaventura, 1995).

É patente a influência que Baker causava nos(as) artistas modernistas por meio de uma estética que materializava no corpo a abstração de uma África exótica do imaginário artístico e cultural daquele período, mas não somente, Baker também considerada era uma influência cosmopolita, refinada, sofisticada e moderna que dialogava dialogicamente com essa estética exótica e racializada.

A cultura desempenha um papel fundamental nas produções e reproduções de discursos a nível cotidiano, a cultura está enraizada na história. É nesse sentido que os Estudos Culturais¹⁷, tendo Stuart Hall como um dos seus expoentes e enunciadores desse campo teórico, atenta para o modo com que a cultura satisfaz jogos de poder e disputas simbólicas nas relações sociais. Hall atenta para a relação entre a cultura, ideologia e as questões de luta por hegemonia no sentido gramsciano, pois para Gramsci (1989, p.36) “[...] a luta cultural para transformar a mentalidade popular e divulgar as inovações filosóficas se revelam historicamente verdadeiras, na medida em que se tornam concretamente, isto é, histórica e socialmente universais”.

Portanto ao falar sobre a relevância da cultura, Hall não está interessado na dicotomia entre o popular e o erudito, na verdade ele está atentando para a luta que se dá dentro da cultura popular a favor ou contra a cultura hegemônica. O campo da cultura dita ‘popular’ na realidade é uma arena do consentimento e da resistência dentro de uma lógica de luta por hegemonia e por disputas de representação. A importância dos indivíduos saberem jogar o jogo das identidades e das representações é uma das contribuições do campo dos Estudos Culturais, atentando para a importância da agência dos sujeitos dentro dos regimes discursivos e da luta por uma hegemonia, digamos, representacional.

Daí o aporte teórico que nos permite ver como que Josephine Baker e suas performances artísticas, onde o corpo foi o recurso fundamental da produção de identidade, possibilitam um entendimento sociológico do “papel da ‘experiência colonial’ e das negociações que ocorrem dentro dos discursos e das lutas por representação no plano cultural. Josephine Baker nos faz lembrar quando Stuart Hall se refere ao cinema caribenho como um movimento de política identitária que está colocando a identidade cultural em questio-

17 Estudos Culturais Britânicos, ou *Cultural Studies* que surgiu em Birmingham na Inglaterra no CCCS (*Centre for Contemporary Cultural Studies*) na década de 1960, especificamente em 1964, da qual Stuart Hall, Raymond Williams, Richard Hoggart e E.P Thompson são grandes expoentes. O objetivo dos Estudos Culturais era o de investigar as relações existentes entre a cultura e a sociedade dentro de sua abordagem interdisciplinar, deixando de lado o viés economicista e sendo críticos ao Labour Party inglês que via a classe como um conceito universal.



namento. Para Hall (1996, pp. 226-227, tradução minha):

Nós podemos pensar as identidades do Caribe negro como ‘estruturadas’ por dois vetores, simultaneamente operativos: o vetor da similaridade e continuidade; e o vetor da diferença e ruptura. As identidades caribenhas sempre devem ser pensadas em seus termos de relacionamento dialógico entre esses dois vetores. Um dos vetores nos dá suporte, alguma continuidade com o passado. O segundo nos relembra que o que nós compartilhamos é precisamente a experiência de uma profunda descontinuidade [...]¹⁸

Aspectos racializados e engendrados¹⁹ foram introduzidos nas performances artísticas de Baker, além disso, na maioria das vezes seus coreógrafos eram praticamente, todos, homens²⁰. No entanto, há de se considerar as leituras que atentam para “Baker como referencial de representatividade artística com a força de quem impôs sua presença à elite parisiense e a fez aplaudida em pé transformandose na milionária mais ‘badalada’ dentre as celebridades” de acordo com o pensamento de Vilaça e Santos (2016, pp. 133-134).

Desse modo é importante notar para o fato de Baker jogar o jogo da representação negociando uma representatividade que por fim será positivada, uma vez que a imagem de Josephine Baker também está relacionada com a fama, *finesse*, o luxo e o ativismo político que está atrelado aos seus últimos anos de carreira. Nesse sentido a representação estereotipada, de algumas das performances e atuações de Baker, não pode ser lida em isolamento da representatividade que a *persona* pública de Baker alcançou, negociando aspectos identitários com a indústria cultural orientada a fins políticos e estratégicos. De acordo com Vilaça e Santos (2016, p. 142):

[...] considerando as dificuldades de relacionamento social permeado pelo racismo e de tais práticas terem sido acentuadas no século passado, afirmaríamos com tranquilidade que, a performance, mesmo em negociação com a indústria cultural, é provida sim, de enquadramentos políticos a serem nomeados enquanto representatividade positivada, passíveis de apresentar diálogos sinceros no interior das relações entre os sujeitos subalternizados que vendem/ negociam com o mainstream, em vez de apenas ser vista como representação subalternizada aos caprichos exotistas e fetichistas das plateias brancas que passam a ser os escrivistas do entretenimento.

Josephine Baker se revela como um dos maiores ícones do mundo artístico, cultural e político do séc. XX e não é o uso da *banana skirt*, ou a *banana dance* acompanhada de movimentos estrábicos com os olhos, realizados ao som de Jazz que revela seu protagonismo no campo da política cultural, mas sim a sua inserção em espaços de poder,

18 We might think of black Caribbean identities as ‘framed’ by two axes or vectors, simultaneously operative: the vector of similarity and continuity; and the vector of difference and rupture. Caribbean identities always have to be thought of in terms of the dialogic relationship between these two axes. The one gives us some grounding in, some continuity with, the past. The second reminds us that what we share is precisely the experience of a profound discontinuity [...] HALL (1996, pp. 226-227).

19 Nesse sentido considero assim como a racialização o processo de engendramento como processo de construção dos(as) sujeitos(as). O sujeito é engendrado, em termos anglófonos seria *en-gendered*, mas a língua portuguesa não nos permite o jogo de palavras. Ver mais em Saffiotti (1995).

20 Como, por exemplo, o coreógrafo russo George Balanchine 1904-1983.



prestígio e de tomadas de decisões políticas como a NAACP²¹, a Resistência francesa²² e os espaços por onde circularam grandes nomes da *intelligentsia* mundial e do campo artístico e cultural.

A tensão que Josephine Baker realizou no campo da cultura foi de enorme proporção, tanto que a imprensa negra brasileira da época acompanhava suas realizações e consagravam com relativo louvor as ações de Baker, tendo nela uma importante aliada no campo representacional como assegura Domingues (2010, p. 107):

Ao lado da fama – uma conquista simbólica – Baker tinha sua imagem associada à conquista material. Não bastava adquirir fama; também se fazia necessário granjear uma “fortuna colossal”. O jornal conferiu grande visibilidade à presença de Baker na Argentina, assinalando que ela estava “fazendo as delícias do teatro ligeiro em Bueno Aires”. Em duas edições ulteriores, Progresso voltava a dar destaque para a visita da “célebre dançarina” na cidade portenha. Sua estreia foi uma verdadeira consagração, “tendo sido ovacionada, longo tempo, por um numeroso público”. A imprensa negra glorificava os triunfos de Baker [...]

As formações políticas negras da modernidade possuem uma relação complexa, multifacetada e estão simultaneamente inseridas e excluídas da cultura ocidental, desse modo, a vida e arte de Josephine Baker representam a necessidade de se “desenvolver uma crítica ao modo pelo qual a modernidade tem sido teorizada e periodizada por seus defensores e críticos mais entusiastas”, segundo Gilroy (2001, p.114).

Baker simboliza a complexidade da utilização de elementos essencializantes e exotizantes nas danças e figurinos, além de ter havido a disseminação desses elementos nas mais diversas mercadorias que a indústria pôde produzir na época. No fim dos anos de 1920 perfumes, roupas, bonecas, brilhantinas foram produzidos e lançados pela indústria com a marca “Josephine Baker”, até um produto chamado Bakerfix foi vendido para que as pessoas pudessem adquirir o mesmo penteado de Josephine Baker. Segundo Rose (1990, p. 34) mulheres brancas que “protegiam a brancura da pele da vulgaridade do bronzeamento, agora passavam óleo de noqueira no corpo para substituir semanas ao sol”.

A admiração por Baker, tanto de setores da indústria cultural e da escola modernista de arte, como a admiração por parte de setores de luta política da população afrodiaspórica como a imprensa negra no Brasil e os movimentos por direitos civis nos Estados Unidos, assim como a NAACP, evidenciam a complexidade e o refinamento que circunscrevem Josephine Baker.

De certo modo cabe dizer que a importância dela nas formações políticas negras se dá desde o Harlem Renaissance, mas a nomeação do dia 20 de Maio pela NAACP como o “dia de Josephine Baker”, em 1951, e sua participação ao lado de Martin Luther King Jr. na marcha de Washington, em 1963, mostram as inúmeras frentes de combate político que Josephine Baker esteve e permaneceu. Há o fato de ela ter adotado doze crianças ao redor do mundo e tê-las criado e educado, se referindo a seus filhos como o “rainbow-tribe”, a tribo do arco-íris, dentro de um ideal político e social de coexistência entre diferentes crianças dos quatro cantos do mundo. Cabe lembrar a afirmação de Domingues (2010, p.100) de que “Baker era um espírito iluminador, o símbolo do cosmopolitismo artístico-cul-

21 Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, fundada em 1909 por W.E.B DuBois, Ida B. Wells e Mary White Ovington, instituição influente nos movimentos por direitos civis nos Estados Unidos.

22 Na França chamada de La Résistance é um conjunto de movimentos e redes sociais durante a Segunda Guerra Mundial lutou contra o Eixo em território francês.



tural da vez; para outras, ela era a encarnação de Satã ou um demônio de imoralidade”.

Para além dessas contribuições Josephine Baker integrou as frentes de batalha durante a Segunda guerra mundial, lutando ao lado da Resistência francesa e dos Aliados contra as ameaças dos países do Eixo, a convite do oficial Jacques Abtey. No ano de 1936, ao longo de sua popularidade na França, Josephine Baker retornou aos Estados Unidos para a sua apresentação no Ziegfield Folies²³ e foi tratada com a hostilidade, ódio e o racismo inerente de um país segregacionista em termos raciais. Rapidamente Josephine Baker retornou a França, não tendo êxito na recepção nos Estados Unidos como tivera em parte da Europa, e se casou com o industrialista francês Jean Lion e adquiriu cidadania francesa.

Quando a Segunda guerra mundial eclodiu naquele mesmo ano de seu casamento, Baker trabalhava na Cruz Vermelha durante a ocupação alemã em território francês e se aliou à Resistência francesa agindo secretamente como mensageira, espiã e informante durante a guerra. Ao fim da guerra Baker ganhou a “Croix de Guerre” e uma menção honrosa com a roseta da Resistência francesa, duas das maiores honrarias militares da França.

IV) Considerações finais

O artigo se propôs a partir da grandiosidade e complexidade de Josephine Baker evidenciar a importância da inserção dentro do campo político e representacional, negociando identidades, adentrando em espaços de poder e de respeitabilidade social. Baker foi sublime em suas atuações em cima dos palcos da vida, representou, ganhou fama e adquiriu notoriedade mundial.

Ela assegurou seu lugar de protagonista no *show-business* e nas lutas políticas por cidadania nos movimentos de direitos civis, caracterizou-se por ser uma pessoa que vivia em trânsito constantemente, nasceu nos Estados Unidos da América, se naturalizou cidadã francesa e adotou crianças ao redor do globo, rompendo com a gramática Estado-Nação em ações cotidianas e regulares e em ações políticas e militares, como dentro de iniciativas da NAACP nos Estados Unidos e da Resistência francesa no período da Segunda guerra mundial, tendo como inimigo de combate o racismo que o nazismo alemão representava naquele período.

No mais a fama de Baker e de suas performances originais possibilitaram a ela segundo Dudziak (1994, p.547, tradução minha) “atuar nos *music halls* descendo longas escadarias em vestidos elegantíssimos, atuando em papéis anteriormente reservados e destinados para artistas e estrelas brancas”²⁴, residir em um castelo na Dordonha, ter uma coluna semanal nos jornais e em várias revistas de moda na França, ser a primeira atriz negra a estreiar em um filme internacional, “La Sirène des Tropiques” de 1927, e possuir um restaurante eternizado até os dias de hoje, o “Chez Josephine”, assim ela foi capaz de mobilizar um exibicionismo heroico de sua subalternidade se tornando uma artista que transcendeu a concepção de raça. Para seus contemporâneos suas conquistas eram inacreditáveis.

23 Cabe dizer que Josephine Baker foi a primeira e última atriz negra a estrelar no Ziegfeld Folies, peça teatral de David Freedman e Ira Gershwin.

24 Eventually, however. Baker was able to transcend racial stereotyping in France and to play the music halls descending long staircases in elegant gowns in the kind of role previously reserved for white stars. DUDZIAK (1994, p.547).



Referências Bibliográficas

APPIAH, K. A. Identidade como problema. pp. 17-32. In: SALLUM Jr., et al. (Orgs.). **Identities**. São Paulo: EDUSP, 2016.

_____. **Lines of descent: W.E.B. Du Bois and emergence of identity**. Cambridge, Massachusetts. London: Harvard University Press, 2014.

CONNELL, Raewyn. O Império e a Criação de Uma Ciência Social. pp. 309-336. In: **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar** v.2 n.2, São Carlos, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. The “Black Venus”: Josephine Baker and afro-atlantic modernity. pp.95-124. In: **Estud. Hist**, vol.23, n.45: *Rio de Janeiro*, 2010.

DU BOIS, W.E.B. The souls of black folk. In: **Three negro classics**. New York: Schocken, 1968.

DUDZIAK, Mary L. Josephine Baker, Racial Protest, and the Cold War. pp. 543–570. In: **The Journal of American History**, vol. 81.2, 1994.

FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.

_____. **Os Condenados da Terra**. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora Edufba, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1979.

FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego**, 1921.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos AfroAsiáticos, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. pp. 110-121. In: MONGIA, P. (ORG.). **Contemporary postcolonial theory: a reader**. London, New York: Arnold, 1996.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resende ... [et al.], 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. Introducción: quién necesita “identidad”. pp.13-39. In: Hall, S. y Gay, P. (org.). **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires - Madrid: Amorrortu editors, 2003.

MORRISON, Toni. **The origin of others**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2017.

ROSE, Phyllis. **A Cleópatra do Jazz: Josephine Baker e seu tempo**. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

RUIZ, M.I.R. Black States of Desire: Josephine Baker and the Sexual Black Body. pp. 125-139. In: **Revista de Estudios Norteamericanos**, nº 16, Sevilla, 2010.



VILAÇA, A.S; SANTOS, E.J. Medo e Desejo: A Imagem de Josephine Baker e a Estética In-corporada do Jazz. pp. 133-149. In: **Gênero, Direitos Humanos e Ativismo**. Aveiro: Atas do V Congresso Internacional em Estudos Culturais, 2016.



Racionais Cronistas Urbanos: intersecções entre trajetórias e música

Racionais urban chroniclers: intersections between trajectories and music

Matheus Caracho Nunes¹

Resumo

Neste ensaio trabalho as conexões que as músicas dos Racionais Mc's tiveram com minha infância e de meus amigos em um bairro de classe média de uma cidade do interior de São Paulo. Para compreender as transformações de nossas vidas e das letras do grupo, observo principalmente a trajetória de uma família negra e pobre. O final dos anos 1990 até os dias de hoje são o pano de fundo dessa história que é observada à luz de músicas e textos trabalhados na disciplina Sociologia Urbana, ministrada pelo Professor Gabriel Feltran no segundo semestre de 2017. O objetivo principal é compreender como as letras e músicas dos Racionais Mc's dialogam com a vida de pessoas de diferentes lugares e gerações. O trabalho é amparado por observação participante e pelo resgate de memórias e situações vividas pelo autor.

Palavras chave: Racionais Mc's, trajetórias, margens urbanas.

Abstract

In this essay I work the connections that Racionais Mc's songs had with my childhood and my friends in a middle-class neighborhood in a city in the interior of São Paulo. In order to understand the transformations of our lives and the letters of the group, I mainly observe the trajectory of a poor and black family. The late 1990s to the present day are the background of this story that is observed in the light of songs and texts worked in the discipline Urban Sociology, taught by Professor Gabriel Feltran in the second semester of 2017. The main objective is to understand how the lyrics and songs from Racionais Mc's dialogue with the lives of people from different places and generations. The work is supported by participant observation and by the rescue of memories and situations lived by the author. Key words: Racionais Mc's; trajectories; urban margins.

Keywords: Racionais Mc's, trajectories, urban margins.

Introdução

1 Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Membro do NaMargem-Núcleo de Pesquisas Urbanas.



Perdi a conta de quantas vezes ouvi carros passando pelas quebradas com o som bem alto, gritando para que todos pudessem ouvir, “Vida Loka” e “Negro Drama”. Outras inúmeras vezes ouvi “Diário de um Detento” e “Capítulo quatro, versículo três”. Os vidros do golzinho rebaixado tremem, entram pelas janelas e portas das casas do Vale Verde, Selmi Dei e quebradas adjacentes, passando pelo Santa Angelina, Jardim Universal, Jardim Maria Luiza, até chegar ao Yolanda Ópice, quebradas de Araraquara que circulei com maior frequência nos últimos anos da minha vida. Os que estão na rua trocando ideia com os camaradas, observando o movimento do bairro ou os que estão no “movimento”² observam o carro passar. O motorista, geralmente homem, olha ao redor, aqueles que viveram na época do lançamento dessas músicas e os mais novos reconhecem. As batidas secas, os *samples* suaves, ao mesmo tempo pesados de KJ Jay, as vozes graves e marcantes de Brown e Edi Rock, contrastam com o agudo bem malandro de Blue. Há um sentimento de identificação dos moradores de diferentes lugares e de distintas gerações com as músicas dos Racionais Mc’s.

O ano é 1998, nessa época, com aproximadamente 10 anos, eu costumava brincar na rua. Futebol, rolimã e pipa estavam entre as principais diversões. As preocupações limitavam-se as escassas tarefas escolares. Durante a noite, eu e os outros meninos da rua de casa, costumávamos, nos reunir com os meninos das ruas de baixo e de cima para fazermos nossas pipas. Os mais velhos e experientes conseguiam fazer recortes e colagens em diversos formatos e desenhos: “Pipa de H”, “Pipa de T”, “Pipa de Cruz”, os mais abusados conseguiam até fazer pipas com a folha da maconha. Esses ganhavam bastante status entre os garotos do bairro, a comprida rabiola de suas pipas demonstrava que tinham realmente legitimidade e respeito no bairro. O “cortante” fininho cortava linhas e linhas de novatos como eu, que almejavam ter o respeito que eles tinham.

O trabalho que segue versa sobre o impacto e influência que a música dos Racionais Mc’s teve em minha formação e na de milhões de pessoas ao redor do Brasil. Tendo vivido e observado neste contexto, argumento que as letras e melodias dialogam com a realidade da vida de pessoas de diferentes lugares e gerações. Posteriormente ilustro o que foi vivido com breve reconstituição da trajetória de vida de alguns jovens que cresceram comigo em um contexto diferente do qual o Racionais Mc’s produziu.

Observando as trajetórias desses jovens podemos destacar que sobressaem alguns fatores determinantes para a constituição de suas subjetividades: institucionalizações, crime, trabalho, moral, pobreza, dinheiro, família. Fatores que aparecem de diferentes maneiras nas trajetórias de milhões de jovens ao redor do Brasil e são tratadas de maneira específica pelos Racionais Mc’s, fazem com que suas músicas tenham grande pervasividade social.

Cresci em um bairro de classe média em uma cidade do interior de São Paulo. Na década de 1990 as consequências negativas de sucessivas medidas neoliberais, podiam ser sentidas em meu bairro. De acordo com as letras dos Racionais Mc’s também eram sentidas no Capão Redondo. *Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou. Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou (Um homem na estrada. Sobrevivendo No Inferno, 1997)*. Apenas uma linha de ônibus para o bairro todo, ausência de equipamentos de saúde, baixos investimentos em educação, nenhuma opção de lazer. E a falta de trabalho, que causava danos imediatos nas vidas das pessoas.

O que ficou conhecido como “reestruturação produtiva”, com sucessivos processos de transformação nas empresas e nas indústrias, causou a demissão de milhões de trabalha-

2 Termo utilizado nas ruas para se referir à circulação realizada pela venda de drogas ilícitas nas quebradas. Constante movimento de carros, bicicletas e pessoas. Ver: “O crime vai e vem” (RACIONAIS, 2002).



dores. Aliado a isso, no Brasil, houve uma reforma do Estado, toda ideia de planificação e nacionalização da economia caíram e o Estado passou apenas a regular as relações entre empresa e sociedade. Com a abertura do mercado para empresas transnacionais, o Brasil foi invadido por produtos estrangeiros. O sonho de todo moleque noventista de grandes capitais ou de cidades do interior era ter um tênis da Nike. Porém, do mesmo modo que os milhões de pares de tênis, também entraram toneladas de cocaína e milhares de armas.

Entrada massiva de bens de consumo, drogas e armas para uma população desempregada. Em um país proibicionista, marcado pelo enorme abismo social como o Brasil, a junção desses fatores abriu nova via para que parte dos desempregados tivesse acesso a esses bens de consumo, isso se deu através do mercado do tráfico de drogas. Através desse novo mercado que se abria, pela primeira vez na história do Brasil, uma parcela da população historicamente marginalizada, negra e periférica passou a ter acesso a bens de consumo. Esse processo carrega consigo inúmeras tensões e violências que não serão exploradas neste artigo³.

Todas essas transformações também puderam ser sentidas no meu bairro. Nem todas as crianças que cresceram no contexto descrito tinham como única preocupação os deveres escolares. Na família dos irmãos Rodrigo, Matheus e Pedro, que moravam na rua da minha casa, inúmeras consequências negativas do neoliberalismo já podiam ser sentidas. A mãe, Dona Sônia, havia sido abandonada pelo último marido com os três filhos, agora ela conseguia mantê-los com dois trabalhos, um como cozinheira, outro como doméstica, ainda assim, os dias em que havia mistura no almoço eram raros. Com problemas de saúde, o acesso aos médicos da UBS era dificultado pela burocracia. Se faltasse do trabalho perderia o emprego, pois haviam muitas querendo sua vaga. Na escola os filhos reclamavam da constante falta de merenda e Rodrigo, o mais velho, já se envolvia com os moleques do *movimento* que começava a chegar com força nas escolas do interior de São Paulo. Thiago e Wilson, haviam migrado de Santos para Araraquara, o pai deles havia matado um homem lá, a mãe, Tatá, tinha parentes aqui e trouxe os filhos para se refugiarem com a ajuda dos parentes. Em tempos de recessão quem tivesse família extensa que pudesse ajudar, recorria sem pestanejar. Renan não tinha pais, foi criado por uma tia. David havia migrado com sua família de São Paulo para Araraquara, mas seu pai perdeu o emprego e se tornou usuário de álcool. Rodriguinho (Brinquinho) morava na rua de trás de casa, tinha dois irmãos mais velhos, e quatro primos mais velhos, alguns deles já começavam a se envolver na vida do crime. Ele e seus irmãos moravam de aluguel com a mãe em uma casa relativamente boa. As histórias das vidas dessas crianças serão permeadas por fatores determinantes na constituição das subjetividades dos futuros adultos. Privação material, o crime como alternativa, proximidade com as drogas, mundo do trabalho, estudo, moralidade, respeito. Diferentemente do que se possa supor, o ingresso no mundo do crime não se dava necessariamente por uma ambição exagerada, muitas vezes ele era a alternativa mais racional para se obter respeito, não necessariamente apenas o lucro, o cálculo econômico.

Ao longo da trajetória de algumas dessas famílias se almejou uma ascensão social via trabalho operário, como no caso da família de David. Porém, no caminho algo não deu certo para essas famílias e a pobreza voltou a ser realidade, isso aconteceu com milhões de famílias ao redor de todo o Brasil durante os anos 1980 e 1990. Para outras famílias, a pobreza nunca deixou de ser realidade, como no caso da família negra comandada, naquela época, por Dona Sônia. A condição da espoliação urbana pelas quais passavam os trabalhadores urbanos foi trabalhada por Kovarick (1979).

3 Para uma Revisão Bibliográfica sobre o “crime” ver: Aquino e Hirata, 2017.



Durante a produção das pipas, que geralmente acontecia na calçada de casa, me chamava a atenção as músicas que os caras mais velhos cantavam, pareciam falar e rimar ao mesmo tempo, com um ritmo próprio e cheio de malandragem. Apesar das músicas serem incrivelmente grandes eles sabiam cantar inteiras. Aquilo me impressionava. O ritmo, novo para mim, era o rap e a música que todos sabiam era “Diário de um detento”, dos Racionais Mc’s. O que era dito no álbum de 1997, “Sobrevivendo no Inferno” enfatizava e tornava ainda mais agudo aquilo que já havia sido dito em 1993, no álbum “Raio X do Brasil”, em 1992 no álbum “Escolha seu Caminho”, e em 1990, no álbum “Holocausto urbano”, dialogava diretamente com a realidade dessas crianças e adolescentes. Não eram exatamente periféricos, viviam em um bairro de classe média, fronteiro com áreas mais degradadas, mas o contexto social da época os empurrava cada vez mais para as margens da cidade. Mesmo com os momentos de diversão, do futebol no portão, da pipa com os amigos, a infância deles não havia sido *um mar de rosas*⁴. As dificuldades impostas pelo período e a impossibilidade ao acesso a bens de consumo nos anos 1990 e início dos anos 2000 gerava efeitos nas vidas daquelas crianças. *Sim, ganhar dinheiro, ficar rico, enfim*⁵, era o sonho de todos eles, mas nenhum conseguiu. No caminho, muitos revezes. Alguns elementos típicos do período vivido, final dos anos 1990 aos anos 2010, atravessaram a vida dessas crianças e desempenharam papel determinante no que elas são hoje em dia.

Sobrevivendo no Inferno: Vinte anos depois

Durante o segundo semestre de 2017, vinte anos depois do lançamento do álbum “Sobrevivendo no Inferno”, os acontecimentos vividos na minha infância ainda reverberam na minha cabeça. Ter crescido em um bairro de fronteira⁶ e estar nessa condição, me possibilitou ter contato com diferentes realidades. De um lado amigos da escola particular ostentavam os primeiros *Nike shox*⁷ lançados no Brasil, de outro, amigos da rua comemoravam quando conseguiram comer o primeiro *Big Mac*, corriqueiro para alguns, raridade para outros. Em uma terça feira pela manhã, antes de ir para aula de Sociologia Urbana, um lado dessa fronteira bate a minha porta. É Pedro, o irmão mais novo da família de Dona Sônia. Fazia pelo menos uns cinco anos que eu não o via e não conversava a ainda mais tempo. A última notícia de Pedro obtive em uma Comunidade Terapêutica da cidade durante a realização de um trabalho de campo. Na ocasião, um interno me contou que usava drogas com Pedro e que ele costumava dar trabalho no bairro em que moravam. Depois não tive mais notícias. Sua chegada em minha casa me faz pensar na quantidade de cenas vividas por nós naquela rua: O dia em que a Polícia Militar foi até minha casa pedir dinheiro para não matar meu primo que estava espancado dentro do camburão, o dia em que mataram o “Dentinho” na rua da minha casa⁸, as cenas de nós correndo da

4 O Homem na estrada, Racionais Mc’s, 1993.

5 O Homem na estrada, Racionais Mc’s, 1993.

6 Aqui me remeto ao conceito de Fronteira utilizado por Feltran (2011).

7 Modelo de tênis.

8 Esse episódio, ocorrido no início dos anos 2000, se insere em um contexto mais amplo de vários assassinatos ocorridos no bairro, nessa época o PCC iniciava sua hegemonia nos bairros da cidade. Sobre a expansão do domínio do PCC nos presídios e periferias paulistas ver: Biondi (2011); Marques (2011);



polícia após sermos pegos pixando muros da vizinhança, o início do *movimento* dos caras do bairro, as brigas entre gangues, os caibros e madeiras, as barras de ferro, o revólver, o futebol de caixão, os carrinhos de rolimã, o bétis e as pipas. Violência e alegria conviviam lado a lado, uma parecia desconhecer a outra, eram frutos distintos produtos do mesmo espaço/tempo.

Na ocasião, Pedro me procurou, pois, estava precisando de emprego e gostaria de saber se eu poderia ajudá-lo. Com vinte e quatro anos de idade, desempregado, ensino médio incompleto, separado, três filhas, a ex-esposa desempregada morando com as meninas em uma casa de três cômodos no Residencial Vale Verde, bairro que foi construído sem a necessária rede de infraestrutura urbana (escola, creche, UBS,). Chegava diariamente em sua casa bêbado sendo violento com a esposa e filhas, após suportar essa situação durante muito tempo a esposa o colocou para fora de casa, não havia como voltar, a situação já estava insustentável. Nos últimos meses, Pedro gastava boa parte do salário que recebia como auxiliar de pedreiro com bebidas e drogas, agora, sem emprego, suas filhas estavam precisando de leite e ele não tinha como comprar.

Esse cenário lembra em muito o que Pedro viveu durante sua infância. Os anos 2010 nos remetem diretamente aos anos 1990. Desemprego elevado, acesso restrito a equipamentos de saúde, educação e lazer. A principal diferença do contexto atual para aquele vivido nos anos 1990 é a elevada parcela da população periférica que possui acesso a bens materiais, resultado de um período de expansão do consumo entre camadas mais pauperizadas proporcionado pelo “lulismo”⁹.

Do mesmo modo que houve franca expansão do consumo entre camadas historicamente pauperizadas da população brasileira, também houve um processo de expansão e consolidação do mundo do crime nas periferias das cidades. Isso também aconteceu em Araraquara. Hirata (2010) mostra que é a busca pelo respeito que faz as pessoas que circulam pela biqueira de Paulo ingressarem no universo do mercado ilegal que agrega não só o comércio de drogas ilícitas, mas uma trama de relações engendradas pelo *mundo do crime* (FELTRAN, 2011). Muitos de nossos amigos entraram para o “crime”, alguns ganharam status, outros morreram, outros foram institucionalizados e outros são estigmatizados pela alcunha de “nóia”. Era o que estava acontecendo com Pedro.

Nesse reencontro, ele deixou alguns currículos comigo e retornou para casa de sua mãe. Aquele havia sido o primeiro contato para a retomada de uma amizade com toda a família. Rodrigo estava casado, Matheus morando com Dona Sônia e Pedro, recém separado, retornara recentemente a casa da mãe.

A visita de Pedro me fez refletir: o cotidiano periférico cantado pelos Racionais Mc’s, e analisado posteriormente por trabalhos etnográficos das Ciências Sociais não estava longe de mim, por vezes ele batia a minha porta.

Entre o reencontro com Pedro e a escrita deste texto passaram-se cinco meses. Nesse curto intervalo de tempo a configuração familiar de Dona Sônia havia se transformado: Matheus estava preso, Rodrigo havia se separado da esposa e voltado à casa da mãe e Dona Sônia buscava por uma internação involuntária para o filho Pedro.

Assim que Matheus saiu da penitenciária, Dona Sônia me ligou para que eu fosse visitá-los. De moto, uma CG 150 preta, fui até o Jardim Maria Luiza, no caminho pensava no tempo em que éramos crianças e nas fronteiras simbólicas que hoje separam nossos bairros.

Feltran (2011).

9 2002-2010. Importante bibliografia sobre o lulismo é (SINGER, 2012).



A casa de Dona Sônia, como ela mesmo havia me informado fica quase em frente ao mercado Pegue Pague, perto da lojinha da Vanusa, não havia como errar. Quando cheguei estavam Sônia, Rodrigo e Pedro, Matheus estava na casa do tio que fica a alguns quarteirões dali. Sônia assistia ao programa Raul Gil em um sofá coberto com lençol branco, Rodrigo e Pedro fumavam no quintal. Vieram para me receber e nos cumprimentamos, fazia anos que não via Rodrigo, estávamos com saudades. Correndo pegou sua moto e foi buscar o irmão Matheus. Quando ele chegou era notável sua alegria, ainda estava assustado com a liberdade que a rua dava, custava a acreditar que não estava mais preso.

Em 2008, ano que ingressei na Universidade, Matheus entrou na *faculdade do crime*¹⁰: penitenciária Doutor Sebastião Martins Silveira em Araraquara, da primeira vez foram dois anos preso. Matheus, negro, pobre e deficiente físico. O desemprego entre brancos começava a subir, os primeiros sinais da crise internacional começavam a ser sentidos no Brasil. Entre negros e deficientes físicos a taxa de desemprego na série histórica 1990-2010 sempre foi superior¹¹ à dos brancos. Negro, pobre e deficiente físico, com isso as possibilidades de inclusão de Matheus no mercado de trabalho formal eram limitadas. *A ambição é como um véu que cega os irmãos*¹², mas nem só ambição movia Matheus em direção ao mercado ilegal. Criado em um ambiente que valorizava o respeito e a moralidade masculina, como podemos ver nas letras de Mano Brown: “Mas a dona Ana fez de mim um homem e não uma puta” (Jesus Chorou, Nada Como um Dia Após o Outro Dia, 2002); “Aí dona Ana, sem palavras, a senhora é uma rainha, rainha” (Negro Drama, 2002). Assim como Brown, Matheus também queria orgulhar Dona Sônia, enchê-la de orgulho e ouro. O respeito ele poderia conquistar mantendo o proceder¹³ com os caras da quebrada, participando do comércio de drogas *sem pilantrar com ninguém* provavelmente conseguiria obter melhores resultados do que se fosse procurar emprego no mercado formal. A taxa de lucro para a venda de drogas é muito maior do que se paga a um vendedor no mercado formal e, como já foi mostrado, as oportunidades de trabalho formal para Matheus eram escassas. Portanto, participar do mercado ilegal era uma escolha racional. Poderia oferecer respeito e lucro. A passagem pela penitenciária fornecia a Matheus mais conhecimento da vida no crime, lá ele conheceu muitos *irmãos*, ouviu diversas histórias, aprendeu muita coisa. Tudo isso fez com que ele ressignificasse sua trajetória, ele não era um trabalhador, como seu irmão Rodrigo, e nem um nóia, como Pedro. Sua passagem pela penitenciária lhe garantiria um diploma de bandido, agora estava habilitado a fitas maiores.

Eu, branco e de classe média, após ingressar em uma universidade pública vi meu campo de possibilidades de ação se expandir. Conheci pessoas de diferentes lugares, li autores que nem imaginava conhecer um dia e que forneciam um novo olhar para o mundo em que vivia, tive aula com professores renomados que já haviam lecionado em diferentes lugares do mundo. Tudo aquilo me encantava, ampliava minha rede e, de certa forma, me distanciava do mundo que o outro Matheus ingressava na penitenciária e na quebrada. O diploma, nesse caso, era um documento que poderia facilitar o acesso a pessoas, informações e oportunidades dentro do mercado formal de trabalho.

O mundo do crime e seu universo de possibilidades se abria para o Matheus negro, deficiente físico e pobre e o mundo do trabalho e seu outro universo de possibilidades se

10 Termo utilizado para se referir as penitenciárias.

11 Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

12 Negro drama, Racionais Mc's 2002.

13 Hirata 2010 e Marques 2009 trabalham o conceito de proceder no universo criminal.



abria para o Matheus branco e de classe média. Tais universos distintos se abriram para nós ao longo de nossas trajetórias não como vias alternativas, mas praticamente como a única alternativa a se seguir, de acordo com o que nossas trajetórias nos forneciam. Mundos distintos convivendo no mesmo espaço/tempo e que em muitos momentos se imbricam.

Após essa primeira institucionalização na penitenciária de Araraquara, Matheus passou por outras três. Em seu último período preso foram cinco meses, dessa vez, como nas outras, foi detido por estar com uma quantidade mínima acima da permitida para se configurar como usuário. O encarceramento em massa de negros e pobres está sendo trabalhado pela bibliografia¹⁴ e revela outro obstáculo colocado às vidas dessas pessoas.

Dona Sônia fez um café e depois de conversarmos um pouco na sala fomos para os fundos da casa continuar a conversa. Rodrigo foi até a biqueira da rua de baixo e trouxe maconha. Éramos cinco pessoas em um círculo, quando o baseado terminou estávamos todos mais alegres e risonhos, exceto Pedro que aparentava certa letargia, seus irmãos começaram a caçoar sobre o comportamento dele. Por ser usuário problemático de substâncias psicoativas, mesmo com uma pequena dose de maconha, seus irmãos ficaram atentos a seu comportamento.

Continuamos conversando por algum tempo, essa visita durou cerca de três horas. Combinei com Rodrigo de retornar na manhã seguinte para jogar uma partida de futebol no bairro.

Na manhã seguinte, um domingo de sol por volta das 9:30h voltei ao Jardim Maria Luiza para reencontrar amigos de infância e jogar um futebol de quebrada. Rodrigo, o irmão mais velho da família, ajudava a organizar o futebol. Ele era respeitado e conhecido por todos os traficantes do bairro, mas não era do crime, em certos momentos de sua trajetória participou de algumas fitas, mas abandonou quando conseguiu entrar em um concurso para trabalhar no departamento de água e esgoto da prefeitura de Araraquara. O trabalho de funcionário público fez com que ele se afastasse do comércio de drogas, ainda assim ele mantinha boa parte das relações previamente estabelecidas com os comerciantes do bairro. A praça do bairro e o campo ficavam lotados, três times se revezavam, do lado de fora uma plateia de amigos assistia aos jogos, no intervalo entre um jogo e outro os jogadores aproveitavam para beber água e fumar maconha, o sol era intenso e desgastante 12:30h paramos de jogar, alguns seguem para suas casas, outros para suas biqueiras e o movimento continua. Vou com alguns dos jogadores e espectadores me refrescar em um bar próximo ao campo.

A família de Dona Sônia é uma que consegui reativar contato, representativa de tantas outras famílias ao redor do Brasil. Feltran (2011) mostra como as fronteiras entre trabalhadores e bandidos coexistem na mesma família na Zona Leste de São Paulo. Os Racionais Mc's conseguiram publicizar a realidade das periferias em outros meios, Takahashi (2014) explora, entre outras coisas, a presença dos Racionais Mc's no VMB, maior prêmio da extinta rede de televisão MTV, nesse e em outros palcos eles falavam como representantes da favela.

Das outras crianças e adolescentes que cresceram comigo Thiago está preso há cinco anos; Wilson, após perder a mãe e o emprego, tenta reconstruir uma carreira como vende-

14 A guerra às drogas aumentou o encarceramento e letalidade especialmente de jovens negros e de periferia, estudo realizado por pesquisadoras do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC/UFSCar) apontou que 61% dos mortos pelas ações policiais são negros e que, enquanto para cada 100 mil habitantes brancos apenas 14 são presos, para cada 100 mil habitantes negros 35 são presos. (SINHORETTO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014, p. 9-24).



dor no sul do país, trabalhando em uma empresa de telefonia; Renan, tem um bar/biqueira em um bairro da periferia da cidade, têm dois filhos e vive com a esposa; David trabalha em uma pizzaria e frequenta uma igreja evangélica neopentecostal próxima à sua casa; Rodriguinho (brinquinho), após passar por algumas internações em Comunidade Terapêuticas, está trabalhando como polidor em uma funilaria, está casado e têm três filhas.

*Cada lugar um lugar, cada lugar uma lei*¹⁵, em diferentes lugares do Brasil, tal como eu e meus amigos, muitos tentaram ascender socialmente, a maioria sem sucesso. Nossas trajetórias, aqui brevemente narradas, são representativas de um momento histórico brasileiro. *Nada de roupa, nada de carro, sem emprego, não tem lbope, não tem "rolê" sem dinheiro*¹⁶. Ao mesmo tempo, com as transformações na sociedade brasileira iniciadas na década de 1990, era tudo isso que se almejava com ainda mais força, por isso muitos, como Thiago e Matheus, optaram pela ascensão social via crime, o que parecia muito mais promissor, pois o que se conseguia ganhar vendendo droga, fazendo uma fita grande ou pequena era muito mais do que se ganharia sendo empacotador de supermercado, uma das poucas opções de trabalho para a molecada do bairro que cresci.

À despeito das diferentes trajetórias brevemente narradas neste ensaio, as músicas dos Racionais Mc's tiveram grande importância e atuaram ativamente na formação de nossas subjetividades. Com ritmo contundente e temáticas pertinentes, os Racionais Mc's consolidaram-se como o maior grupo de Rap do Brasil. Do moleque branco de classe média do interior de São Paulo, passando por seus amigos negros e pobres, as vozes que saíam das Periferias de São Paulo nos anos 1990, ecoavam em milhões de ouvidos ao redor do território brasileiro.

No ano da publicação deste ensaio, os Racionais Mc's completam 30 anos de carreira, o que faz suas canções permanecerem atuais nos dias de hoje é a flexibilidade com a qual os artistas trabalham as transformações sociais ocorridas desde 1988 até 2018. Transitando entre temáticas que passam pela: violência urbana, o crime, a pobreza e sofrimento à: ostentação, viagens e negócios internacionais; os Racionais Mc's conseguem dialogar com os dois lados da *ponte*¹⁷ e falam por uma geração que almejava a ascensão social. A grande maioria não conseguiu o que os membros do grupo conseguiram. Ainda que como meta a ostentação faz sentido, tanto para o Rap como para outros estilos musicais, como o Funk nacional, por exemplo. Isso não deslegitima os artistas entre as camadas mais pauperizadas, pois *você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você*¹⁸.

15 Fórmula Mágica da Paz, Racionais Mc's, 1997.

16 Fórmula Mágica da Paz, Racionais Mc's, 1997.

17 Da Ponte pra cá, Racionais Mc's, 2002.

18 Negro Drama, Racionais Mc's, 2002.



Referências Bibliográficas

AQUINO, Jania P D; HIRATA, Daniel. **BIB**, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), pp. 107-147.

BIONDI, K. **Junto e Misturado**: Uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP: CEM: CEBRAP, 2011.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. Tese de Doutorado em Sociologia (FFLCH/USP), 2010.

KOWARICK, L. (1979). **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro**. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINHORETTO; SILVESTRE; SCHLITTLER. **Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo**, abril, 2014.

TAKAHASHI. Henrique Yagui. **Evangelho segundo os Racionais Mc's**: ressignificações religiosas, políticas e estético-musicais no rap. São Carlos, UFScar, 2015.



Moda, corpo a modificações corporais: uma entrevista com Beatriz Ferreira Pires

Beatriz Patriota¹

Apresentação

Aqui somos levados a conhecer um pouco mais sobre a professora e pesquisadora e seu campo de estudo. Beatriz Ferreira Pires é arquiteta, artista visual, professora e pesquisadora do Curso de Têxtil e Moda da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. É autora dos livros: “O corpo como suporte da arte: piercing, implante, esscarificação, tatuagem” (SENAC, 2005) e “Corpo inciso, vazado, transmutado: inscrições e temporalidades” (Annablume/FAPESP, 2009). Estuda as relações entre moda, arte, corpo, *body art*, tecidos epidérmicos e têxteis e modificações corporais.

A professora tem uma formação que abrange as áreas de letras, educação, artes e arquitetura e seus estudos focaram nas discussões sobre moda, arte e modificações corporais. Gostaríamos de saber o que a levou a estudar as modificações corporais.

Comecei a pesquisar o tema nos anos 1990, quando cursava (no início como aluna especial) disciplinas do programa de pós-graduação em artes visuais da UNICAMP. A motivação foi a intensidade com que as imagens de faces e corpos possuidores de modificações que não se utilizam de elementos similares aos inatos afetam seus observadores. Sempre pensei em como o surgimento de alguns movimentos artísticos, como o dadaísmo, por exemplo, atuaram de forma visceral para o surgimento de novas percepções e, conseqüentemente, de novos conhecimentos. Reconheci nestes corpos modificados esta potencialidade. Além disso, a feitura das inscrições corporais sempre esteve ligada a rituais realizados por nossos ancestrais mais longínquos - tema que sempre me interessou.

Qual sua relação com a tatuagem e as modificações corporais?

Minha relação é sempre estética/ritualística. Como diz Fakir Musafar, nenhuma interferência corporal atua somente na matéria.

Como surgiu seu interesse por estudar moda?

Meu interesse está sempre voltado para o corpo. O suporte da moda vestível é o

1 Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista FAPESP.



corpo.

Como vê a relação entre as modificações corporais, que apresentam um caráter “permanente”, e a moda?

As modificações corporais não são as primeiras nem serão as últimas práticas com caráter “permanente” que a moda coopta. É da natureza da moda se alimentar de elementos que difiram do que é comum, corriqueiro. Quando o status de diferente deixar de existir, tais práticas ou elementos deixarão de atrair o interesse desse campo e continuarão a ocupar o lugar que lhes foi dado por nossos ancestrais.

De que forma a senhora compreende a relação atual entre moda e corpo?

Cada vez mais, as áreas da moda vestível e da medicina estética se mesclam. Muitos indivíduos se submetem a procedimentos médico-cirúrgicos com o objetivo de aproximar seus corpos o máximo possível do padrão de beleza momentaneamente estabelecido. Tais procedimentos, feitos por alguns com o intuito de adequar seus corpos às proporções das roupas utilizadas em determinado período, inverte a relação na qual a roupa se amolda ao corpo.

No atual momento de expansão das fronteiras da arte, desde a arte contemporânea, a moda se posiciona como uma arte ou como uma prática que se apropria da arte?

Por algum motivo a arte tem sido convocada a compor várias áreas de conhecimento. Os percursos que levam à feitura das obras de arte e os percursos que levam à confecção das peças de moda passam por reflexões diferentes. Arte é arte, moda é moda.

Voltando para sua formação em arquitetura, é possível dizer que há uma influência da arquitetura na moda e vice-versa?

Ambas atuam como invólucros do corpo. O que muda é a escala.

Como a professora vê as diferenças entre a prática da tatuagem hoje e a forma como ela era realizada tradicionalmente?

Tradicionalmente, a prática de inscrições corporais estava vinculada às esferas do sagrado e da magia. E como tal, estas tinham entre outros papéis, tais como evidenciar o status social, o estado civil, etc., a função de proteger imaterialmente o indivíduo que as possuísse, seja de malefícios materiais, tais como ferimentos, seja de malefícios imateriais como, por exemplo, maus pensamentos. Atualmente em nossa sociedade, exceto para alguns, as inscrições corporais não possuem tais funções e nem se vinculam mais às referidas esferas. Em alguns casos, conforme relatado por Beatriz Patriota em sua pesquisa de doutorado, o único elo existente entre tatuador e tatuado é a tatuagem. Ambos não se conhecem e nem se veem. A tatuagem é feita sem que haja nenhum conhecimento prévio das intenções e gostos estéticos de ambos. O indivíduo a ser tatuado se submete a uma sessão de tatuagem da qual desconhece o tatuador, a escola que ele segue e o



desenho que será aplicado ao seu corpo. Certamente a relação destes indivíduos com as suas tatuagens pertence à outra ordem.

Considerando a popularização da tatuagem nas últimas décadas, a senhora acredita que a tatuagem tem se distanciado de outras modificações corporais consideradas mais extremas, como a suspensão e a bifurcação de língua?

Penso que fisicamente, estas três práticas não podem ser comparadas. A tatuagem inscreve no corpo desenhos, palavras e símbolos, feitos com pigmentos de cores variadas que, em nada, se assemelham aos inatos. A suspensão é uma prática na qual, materialmente, as intervenções feitas no corpo, ritualística ou performaticamente, duram um período determinado de tempo. A bifurcação de língua é uma modificação estética-funcional. Quem a adquire reaprende algumas ações, como falar, comer, etc., e desempenha outras que antes da modificação não eram possíveis, como segurar um cigarro com a língua, sem utilizar as mãos.

A pesquisadora tem observado alguma lacuna nesse campo de estudos no Brasil?

A investigação acadêmica das modificações corporais contemporâneas é um campo novo. Há muito que desenvolver.



Sociabilidades em negociação: sobre raça, gênero e masculinidades na periferia urbana de São Carlos / SP

Sociabilities in negotiation: about race, gender and masculinities in the urban periphery of São Carlos / SP

Me. Thalles Vichiato Breda¹

Contexto da pesquisa

O presente relato é fruto da pesquisa de mestrado (2016-2018), intitulada *Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social: agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP*² (BREDA, 2018). Investigou-se o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em São Carlos³, especialmente os bairros fomentados pelo Faixa 1 – Habitação de Interesse Social –, desde sua concepção institucional e suas negociações com as diferentes esferas e agentes: estaduais e municipais, públicos e privados. Por outro lado, houve uma preocupação em compreender como esta engenharia organizacional dialogava com os beneficiários e seu cotidiano.

Dentre o três bairros construídos pelo Faixa 1, em São Carlos, optou-se por investigar o Jd. Zaváglia⁴, uma vez que havia uma ONG que possibilitou a entrada em campo. Com o desenvolvimento da investigação, a instituição tomou centralidade, revelando vínculos com o PMCMV, o capital imobiliário e as formas de gestão e ordenamento social contemporâneo da periferia⁵. Assim, os relatos apresentados partem da minha experiência na ONG, no que se refere às formas de ordenamento social⁶, a partir de marcadores sociais, tais como raça e gênero. Tomarei como ponto de partida algumas reflexões sobre o corpo

1 Graduado em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia e Ciência Política pela UFSCar. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar. E-mail: thallesvbreda@gmail.com

2 Pesquisa orientada pela Profa. Dra. Isabel P. H. Georges.

3 Localizada na porção centro-leste do estado de SP, com 222 mil moradores (IBGE, 2010).

4 Inaugurado em 2011, localiza-se no extremo sudoeste da cidade de São Carlos, marcado pela segregação socioespacial e precariedade de equipamentos públicos e privados, conta com mil unidades habitacionais. O eixo sul/sudoeste é historicamente marcado pela vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente este cenário continua se desenvolvendo, impulsionado principalmente pelo PMCMV Faixa 1. Campo realizado entre 10/2016 a 08/2017.

5 Sobre o contexto geral da pesquisa e seus desdobramentos, consultar Breda (2018).

6 Por ordenamento social compreende-se um complexo orgânico de práticas, não apenas um conjunto de comportamento isolado (SILVA, 2004). Embora se entenda a importância das formas de ordenamento moldadas no âmbito do tráfico, das experiências na rua ou igrejas, etc., refiro-me neste momento às sociabilidades moldadas no âmbito da ONG.



do pesquisador em campo e as negociações entre as diversas formas de (re) produção de sociabilidade e subjetividade.

A exposição está dividida em duas cenas, uma voltada às questões de raça e, a outra, de gênero. Deste modo, busco explorar como os marcadores sociais podem proporcionar diferentes aproximações ou rejeições entre o pesquisador e os interlocutores (WACQUANT, 2002) e como estão em negociação na produção de identidades e do ordenamento social intermediada pela ONG e os possíveis diálogos com o bairro em questão.

CENA I. “Tio, você é repórter?” – o branco no imaginário social

Neste primeiro momento utilizo-me da raça como um marcador social. Compartilhando dos apontamentos de Guimarães (2002) sobre a “condição negra” nacional a qual está submetida à massa do proletário negro, as condições de classe e raça (como constructo social) se misturam e se confundem por alguns motivos. O primeiro seria a “metamorfose do escravo”, ou seja, a persistência da “sociedade de classes”, de relações servis, do preconceito e dos ritos próprios à ordem escravocrata abolida no final do século XIX. O autor defende que a ideia de classe não se refere à do pensamento sociológico que a associa a uma ordem competitiva e sim a uma ordem de classes que tem por princípio a desigualdade de direitos individuais.

Desta forma, Guimarães (2002) pontua que no Brasil a discriminação racial se confunde com a discriminação de classes na medida em que os indivíduos são compreendidos como pertencente à ordem desigual de direitos, da distribuição da honra e dos prestígios sociais. Assim, na nossa sociedade capitalista e moderna, permanece “razoavelmente intacto” uma ordem hierárquica que privilegia o branco. Os marcadores de classe sociais (e econômicas) não foram/são capazes de apagar os efeitos da racialização.

No processo de formação racial brasileiro configurou-se uma segregação racial, produzindo espaços para brancos e espaços para negros (soma das categorias pardas e pretas). Segregação impulsionada também pelas imigrações, mecanismos de mercados (preços do aluguel, transporte, oferta de serviços públicos) e políticas públicas (GUIMARÃES, 2002).

Antes de entrarmos propriamente nas minhas percepções de campo, gostaria de pontuar duas características sobre raça e classe (agora no sentido econômico), em São Carlos, que colaboram para a nossa análise.

Raça/Cor	Brasil	São Carlos	Região Sudoeste
Branco	91.051.500 47,7%	161.948 73%	11.615 46,5%
Negro	96.795.300 50,7%	57.927 26%	13.010 52,5%
Outros	2.885.894 1,6%	2.075 1%	250 1%
Total	190.732.694 100%	221.950 100%	± 25.000 ² 100%



Fonte: Elaboração própria. Dados: IBGE, 2010.

* Cálculo baseado nos setores censitários do IBGE. Os dados do IBGE são de auto declaração. Soma-se aos bairros da Região Sudoeste (Jardim Presidente Collor de Mello; Planalto Verde; Cidade Aracy; Antenor Garcia; Jd. Zavágliã; Eduardo Abdelnur) o bairro do CEAT. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel>. Acessado em: 24/04/2018

Ao somar a população residente dos setores censitários apontou-se para um total de 23.804 pessoas. Ao somar as categorias de raças nos mesmos setores houve um total populacional de 24. 625 pessoas. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel>. Acessado em: 24/04/2018.

Observamos na **Tabela 1** a composição racial da população brasileira, de São Carlos e da Região Sudoeste. É preciso pontuar que os dados são de 2010, logo, ainda não existiam os bairros Jd. Zavágliã, Eduardo Abdelnur e Planalto Verde. Notamos que em São Carlos há uma taxa elevada de brancos em relação à taxa nacional, 73% e 47% de brancos, respectivamente. Outro dado interessante é que a região estudada comporta mais de 25% da população negra do município e mais que 50% da população daquela região. Nota-se a espacialização do negro, localizando em bairros específicos, precários e segregados. Na **Tabela 2**, a seguir, apontamos como a raça se relaciona com o rendimento nominal mensal.

Tabela 2: População residente de 10 anos ou mais - Classes de rendimento nominal mensal - Cor ou raça, São Carlos, 2010.

Cor/raça	Rendimento nominal mensal , 2010 – em salário mínimo (R\$ 510,00 para 2010)						Total
	¼ - 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	20 >	
Branco	18.588 18%	52.398 52,5%	14.237 14,5%	10.048 10,5%	3.411 3,5%	977 1%	99.659 100%
Negro	9.419 41%	10.037 43%	2.401 11%	933 4%	206 0,8%	48 0,2%	23.044 100%
Outros	221 16%	629 45%	218 16%	210 15%	83 6%	26 2%	1.387 100%
Total	28.228 23%	63.064 50,7%	16.856 13,5%	11.191 9%	3.700 3%	1.051 0,8%	124.090 100%

Fonte: Elaboração própria. Dados: IBGE, 2010.

Se compararmos as distintas categorias de raça com o rendimento nominal mensal em São Carlos, observamos que a categoria branca tem 60% da sua população com rendimento ao passo que a categoria negra tem apenas 40%. Logo, a população negra tem menor acesso ao rendimento. Notamos também que apenas 5% da população negra tem rendimento nominal mensal acima de 5 salários mínimos. Em números absolutos isso se traduz em 1.118 negros e, para a população branca, 14.450 pessoas (15%). Ainda é possível notar que 41% da população negra tem seu rendimento nominal mensal entre ¼ a 1 salário mínimo, contra 18% da população branca. **O argumento central concentra-se na questão de que negros tem um rendimento mensal concentrado entre ¼ a 3 salários mínimos: 84%; e a população branca tem acesso a melhores rendas, fenômeno raro para a população negra.**



Por fim, podemos considerar que a questão racial discutida aqui apresenta um “tripé” de condicionalidades que se misturam e se completam: a questão simbólica de classe, a “condição negra” e a “metamorfose do escravo”, como apontado por Guimarães (2002); a questão da sua espacialização em lugares específicos e precários; a condição econômica precária. Assim, questão racial tem forte potencial de ordenamento social simbólico.

A minha condição de branco em um ambiente negro, portanto, revelou elementos distintos. Como apontou Guimarães (2002), a relação de raça é dialética: ao definir o negro define-se o branco (embora as hegemonias simbólicas busquem sempre se apresentar enquanto categorias universais, como argumenta o autor). O interessante é compreender como os diversos marcadores sociais atravessam o campo, a vida pessoal, a relação com o interlocutor e a investigação. Exponho a seguir as reflexões sobre raça, no campo.

A distribuição racial é predominantemente pardos e pretos, diria que pelo menos 90% dos alunos [da ONG]. Os alunos brancos dão para contar nos dedos, assim como os funcionários, que devem somar 15 no total, apenas 2 brancos (CC⁷, 22/11/2016).

Em 2016, o ambiente da ONG era majoritariamente negro, desde os alunos aos professores. A entrada em campo foi marcada, portanto, por este contraste, o que me levou a uma questão: é preciso levar em conta que o pesquisador carrega em si signos de sua corporalidade, produzindo uma imagem. Ainda, é preciso levar em consideração também o lugar social e subjetivo de onde fala o investigador (WACQUANT, 2002). Eu, Thalles, branco, de uma classe média baixa, 24 anos, pós-graduando tinha algum efeito naquele lugar e, aquele lugar teria algum efeito em mim, com certeza, difícil de ser mensurado. Não poderia negar que a presença corporal e todos os signos, minha linguagem, causando certo estranhamento e curiosidade, revelando também sobre o espaço e as sociabilidades locais.

Durante todo o meu campo, prestei atenção em meu vestuário, buscando não me destacar, usava sempre as mesmas roupas: jeans escuro e camisetas lisas. Mesmo assim, era identificado como alguém de classe econômica superior. Com o tempo, lembro-me de ser chamado de *boy* por algumas crianças e por uma professora. Quando indaguei o motivo, ambos responderam que seria pelo meu jeito, que me diferenciava dos outros. Perguntas a respeito de onde eu morava, se eu tinha carro ou se minha casa tinha piscina ou mesmo me pedindo moedinhas para comprar balas, eram cotidianas. Algumas perguntas eram mais diretas, “você é rico, né, professor?!” se faziam constantes, uma vez que a minha imagem parecia estar associada a alguém com maior poder aquisitivo, o *boy*.

Houve um episódio que ocorreu quando comecei a frequentar a ONG. Levei em meu bolso da calça um bloco de anotações que continha o logo da EPTV (Emissoras Pioneiras de Televisão). Sem prestar atenção, o logo ficou exposto, foi então que as crianças começaram a sugerir que eu era repórter da EPTV e que iria fazer uma reportagem lá. Durante todo o dia me perguntaram se eu era da EPTV. Mesmo eu negando por diversas vezes, não acreditaram. Posteriormente, descobrir que alguns funcionários achavam que eu era repórter, sugerindo que eu tinha “pinta de repórter, mesmo!”.

Podemos compreender estas passagens a partir da hipótese que há uma junção da raça à classe, associando alguns símbolos que contribuam para a criação de imagem de uma pessoa branca e bem sucedida ou de maior prestígio, uma vez que a racialização



do branco passa pelo processo da imaginação e construção de atributos e significados positivos tais como inteligência, beleza, educação, progresso, moralidade, etc. Há no imaginário social a ideia de uma essência herdada e de um potencial que confere ao indivíduo branco poderes, privilégios e aptidões intrínsecas (FANON, 2008; SCHUCMAN, 2012; FRANKENBERG, 2004).

Neste contexto, a valorização de certos aspectos econômicos e financeiros se revelou de maneira contundente em um episódio que ocorreu entre alguns alunos e eu. Logo que comecei a trabalhar na ONG, era comum que os alunos me perguntassem de que eu era professor. Sempre titubeei para responder, não sabia se falava que era da parte da sociologia ou se era da parte de esportes, uma vez que eu estava mais envolvido com esportes e não havia aulas de sociologia na ONG. Estava em negociação comigo e com eles, cada resposta implicaria numa imagem diferente que fariam de mim. Por fim, sempre alternei minhas respostas, mas todas as vezes que eu respondia sociologia, causava um estranhamento. Neste entremeio, expliquei a alguns alunos que eu era voluntário. Depois de esclarecer que voluntário não recebe nenhum salário para estar lá, ouvi a seguinte resposta: “Você não recebe salário? Você é muito trouxa, professor!”; “Você está aqui de graça?”, e isso se repetiu várias vezes. O fato de não receber para trabalhar resultou na minha desmoralização perante aos alunos.

De modo geral, busquei apontar nestas passagens que há uma associação da figura do branco a signos que o constroem como alguém bem-sucedido, inteligente, rico, etc., entretanto, esta imagem estava em constante negociação com as questões da classe social e de gênero. Senti que as questões referentes à raça e classe foram sendo apagadas ou pormenorizadas pelas questões de gênero⁸. O fato de eu ser branco e de ser imaginado como pertencente a uma classe econômica superior não parecia ser um incômodo ou um problema. O estranhamento começou a se desenhar quando parei de acompanhar as atividades físicas e concentrei-me nas atividades junto às pedagogas. Parecia que eu, enquanto homem, não poderia ocupar tais espaços.

CENA II. “Fazer unha é coisa de menina”: sobre gênero e masculinidades

Exponho por meio desta cena como a construção do gênero está associada ao papel social estabelecido para homens e mulheres e como a construção da masculinidade tem relação com a violência simbólica e física.

Usualmente buscava transitar entre todos os funcionários da ONG. Depois de passar algumas semanas acompanhando as atividades com os professores de educação física, comecei a entrar em contato com as professoras da área da pedagogia. Neste momento em que me desloquei entre os grupos, percebi que a leitura que faziam de mim, naquele espaço, começou a mudar, principalmente em relação aos alunos. A figura “Thalles” que

8 Com isso não busco defender as ideias que sustentam a Teoria da Democracia Racial, apenas entendo que, neste recorte específico, o fato de eu ocupar um espaço “destinado” às mulheres, as questões de gênero começaram a sobressair-se se em relação às questões de raça e classe. Apenas como possibilidade de tornar mais inteligível tal experiência, separo aqui em categorias, mas com consciência que estas estão entrelaçadas a todo o momento. O debate sobre as categorias de racialização, autodenominação, racismo, miscigenação, o mito da democracia racial, os processos de construção da identidade nacional podem ser encontrados em Guimarães (2016; 2002), Ortiz (2013), Fanon (2008).



acompanhava os professores na área de esportes já não era a mesma que acompanhava as professoras dentro da sala de aula com atividades escolares.

Foi neste momento em que tomei maior consciência do papel de gênero desempenhado. Enquanto acompanhava os professores da área esportiva, parecia que eu estava desempenhando o papel social designado para o homem. Quando desloquei para dentro da sala de aula, comecei a ajudar as crianças com as lições de casa, nos cuidados e higiene junto às meninas, como limpar e pintar as unhas, pentear e fazer tranças nos cabelos, etc., parecia não ocupar o lugar adequado para o meu gênero, como relato a seguir.

Já era de tarde, estava cansado de jogar basquete e brincar com as crianças lá fora, resolvi entrar. Procurei pela professora V., para podermos jogar conversa fora. (...). Fui até ela, lá estavam várias crianças brincando, com idade entre três e quatro anos, e duas professoras na mesa limpando e pintando as unhas das meninas. Sentei-me junto a elas. Todas as crianças que estavam na fila para limpar, cortar e pintar a unhas eram meninas, não havia nenhum menino. Quando me sentei à mesa, já percebi alguns olhares diferentes e risadinhas das meninas, demonstrando certo estranhamento da minha presença ali. Para me enturmar, perguntei a elas, “quem vai ser a próxima? O tio sabe fazer unha também”. Elas riram e disfarçaram de maneira a recusar sem dizer não, diretamente. Pelo jeito preferiam que as professoras fizessem as unhas para elas. Continuei ali, sentado à mesa, atrapalhando um pouco a dinâmica da fila que se formava. Fui questionada por uma delas por que estava ali já que não faria a minha unha. “Eu não posso fazer minha unha?”; “não, você é menino.”; “E menino não pode fazer unha?”; “não, por que é coisa de menina!” Embora respondi que não tinha associação uma coisa com a outra, não convenci as meninas ali presentes. Continuei no meu espaço, sentado, conversando com as duas professoras, percebendo que estava causando um leve estranhamento pelo fato de eu estar na mesa da manicure (C.C. 28/04/2017).

Neste momento, parecia, aos olhos dos alunos, que eu já não ocupava meu lugar ideal, ou o lugar designado para o homem. Ali, aparentemente, só poderia ser meu lugar caso eu fosse mulher ou, no limite, gay, afeminado. A confusão deles para mim estava clara: a dificuldade em descolar atividades realizadas pelo indivíduo do seu gênero. Era inconcebível para os alunos eu, homem e heterossexual, desempenhar atividades que no imaginário social são realizadas somente por mulheres. O aspecto da construção da masculinidade começava a se tornar mais presente no meu campo. A minha experiência na ONG revelou as diversas masculinidades que se apresentam e se colocam em conflito para os alunos. O meu movimento de deslocar do meu lugar junto aos professores de educação física, lugar naturalizado de ocupação masculina, para as atividades exercidas pelas pedagogas, fui simultaneamente deslocado pelos alunos. A minha imagem inicial foi modificada em razão das atividades por mim exercidas. Não era bem visto que um homem se juntasse às funções de pedagogas, como relato a seguir.

Quando decidi começar acompanhar as funções pedagógicas, pedi à professora V. para acompanhar algumas aulas dela (...). Hoje, antes de começar as atividades, após o almoço, estava junto na sala com a V., mas sentado em uma mesa auxiliando uma menina na sua lição de casa. Neste meio tempo, surge um menino de aproximadamente quatro anos de idade que começou a olhar pra



mim e falou, “Você é menininha!”. Eu sem entender, não neguei, “Por que eu sou menininha?”; “Por que você está estudando!”; respondeu naturalmente. Eu, meio perplexo com aquelas palavras secas e resposta pronta, indaguei, “Só menina que estuda?”; “É, você é menininha”. Enquanto eu tentava explicar para ele que uma coisa não tinha a ver com a outra, a professora V. me olhava sem acreditar no que estava acontecendo. Por fim, sem querer me escutar o aluno retrucou, “Vai caçar um pau, você é menininha!” E saiu da sala sorrindo enquanto V. tentava lhe passar um sermão (CC. 09/03/2017).

Neste momento ficou mais clara a associação estreita de certas atividades a algum tipo de gênero. Este tipo de comportamento (associar uma atividade a um gênero) faz sentido quando pensamos em uma “Ordem de Gênero”, em sociedades contemporâneas. A ordem de gênero, em suas variações culturais e locais, significa que há uma construção social e histórica de “padrões” de comportamentos que são associados a determinados gêneros. Como por exemplo, o caso acima: estudar estaria ligado exclusivamente a uma atividade do gênero feminino. Uma vez associado ao gênero feminino, associa-se à fêmea⁹. Esta associação do gênero feminino à fêmea parte de uma crença que os gêneros são “naturais” e, conseqüentemente, produtos do sexo dos indivíduos. Assim, qualquer desvio do padrão estabelecido faz algumas pessoas estranharem. As ideias sobre os comportamentos adequados a cada gênero não estão restritas somente às crianças, elas circulam constantemente entre legisladores, instituições religiosas, familiares, educativas, esportivas, de lazer, pela grande mídia, etc. (CONNELL; PEARSE, 2015). Notamos uma associação entre sexo, gênero e comportamento feita pelo menino que me acusou de ser “menininha”, uma vez que estava exercendo uma atividade considerada socialmente de mulher.

Connell e Pearse (2015) defendem que “ser homem” ou “ser mulher” não é um estado pré-determinado, principalmente em função do sexo (genitálias). É uma condição ativa em construção: o torna-se homem ou mulher, masculino ou feminino. Este processo de “tornar-se” é chamado pelas autoras de generificação: processo social que ocorre durante toda a vida, que envolve ambiguidades e tensões. Assim,

não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza. Mas também não podemos pensá-las apenas como uma imposição externa realizada por meio das normas sociais ou da pressão de autoridades. As pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicando um lugar na ordem de gênero – ou respondendo ao lugar que nos é dado -, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana. (Ibid., p. 39).

Nesta construção, entre o indivíduo e a sociedade, criam-se diferentes maneiras de ser masculino e feminino¹⁰, que variam conforme as culturas, lugares e temporalidades. Dentre estas construções, há os gêneros que ocupam a parte superior das hierarquias

9 Seguindo o raciocínio das autoras, me refiro à fêmea e ao macho relacionando-os somente à genitália, uma vez que a nomeação de mulher e homem, em si, passa por uma construção de gênero de masculino e feminino.

10 Parto do reconhecimento que não existem apenas dois gêneros, o feminino e o masculino, e que não são dicotômicos (BUTLER, 2014). Entretanto, tratarei neste artigo apenas destes dois.



masculina e feminina. São eles a masculinidade hegemônica e a feminilidade enfatizada¹¹, respectivamente. É importante ter em mente que dentro da hierarquia de gênero, a masculinidade hegemônica majoritariamente se sobrepõe à feminilidade, devido às posições assimétricas de poder (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

A masculinidade hegemônica se distingue dos outros gêneros, especialmente das masculinidades subordinadas. Ela se apresenta como normativa. Incorpora as formas mais “honradas de ser homem”, que variam de local para local, exigindo, assim, que todos os homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação das mulheres/feminino em relação aos homens. Portanto, a masculinidade hegemônica está relacionada com as formas particulares de representação e do uso dos corpos dos homens, forjando uma identidade e comportamento, habilidades corporais relacionados às práticas esportivas e atividades distintas que remete à competição e conflito físico agressivo (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

É importante ressaltar que a masculinidade hegemônica se mostra na prática mais complexa do que uma rígida hierarquia de gêneros. Ela está o tempo todo em negociação com as masculinidades e feminilidades múltiplas. Revela-se, portanto, um complexo espaço de tensão e negociação entre elas, em um processo constante de renovação, variando entre as classes, raças e geração e nos diferentes níveis, locais, regionais e globais.

Portanto, o processo de corporificação do gênero é atravessado por variáveis estruturantes, mas não podemos nos enganar, o corpo não é somente um objeto, ele é sujeito, estando envolvido intimamente e intrinsecamente neste processo social. As masculinidades não são simplesmente incorporadas, mas estão entrelaçadas com o contexto social e subjetivo (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; CONNELL; PEARSE, 2015). Este processo é chamado por Connell e Pearse (2015) de “prática corporal reflexiva”, quando o corpo é agente e objeto, simultaneamente. Este processo resulta, em parte, em distintas masculinidades, sempre em negociação. Podemos observar como se manifesta essa expressão corporal de masculinidade em um ambiente de negociação, como relato a seguir.

Estava brincando com algumas crianças na mesa quando um dos meninos mais velhos, de 13 ou 14 anos foi posto de castigo (...). Puxei uma cadeira e me sentei ao lado dele. Quando comecei a puxar assunto ele me perguntou sem nenhum pudor, “Professor, você é bicha?”; “Não! Por que a pergunta?”; “Por que você cruza as pernas e quem cruza as pernas é bicha.”; “Não, de maneira alguma, eu acho bem mais confortável sentar assim, só por isso.”; “Não, professor, eu sento assim”, demonstrando o jeito de sentar “típico” de homem, sem cruzar as pernas (C.C. 19/05/2017).

Observa-se o estranhamento em relação à minha masculinidade e meu comportamento corporal, que se demonstrou não hegemônica naquele ambiente. O primeiro passo para deslegitimar uma masculinidade é associá-la à feminilidade, seja à mulher (como no primeiro caso), seja ao universo *gay*, constantemente imaginado como feminino. Foi, portanto, por meio destas “sutilezas” com tom de piada e brincadeira que comecei a perceber que estava em movimento uma sobreposição do gênero em relação às questões raciais e de classe que me permeavam. Comecei, portanto, a observar com mais atenção às sociabilidades dos meninos, as diversas masculinidades que atravessavam a ONG. Um

11 O conceito original de feminilidade hegemônica foi reformulado para feminilidade enfatiza com a intenção de reconhecer a posição assimétrica das masculinidades e das feminilidades em uma ordem patriarcal e de gênero (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013).



dos principais elementos que constitui a construção da masculinidade é a violência, como destacam Connell e Pearse (2015, p.35):

Os homens estão desproporcionalmente envolvidos em situações de violência, parcialmente por que são preparados para isso. Mesmo que os padrões de criação das crianças variem entre cultural, o quadro encontrado na Austrália não é incomum. Os meninos australianos são estimulados – por seus pais, escola e pela mídia de massas – a praticar esportes competitivos, como futebol, em que a dominação física é celebrada desde a mais tenra idade. Meninos sofrem também pressão dos colegas para se mostrarem corajosos e implacáveis e temem ser taxados de “maricas” ou *poofers* (um termo local usado no sentido de feminino ou homossexual). Mostrar-se capaz de cometer atos violentos se torna, então, um recurso social.

Embora seja um contexto diferente do descrito pelas autoras, situações de violência eram extremamente comuns, principalmente entre os meninos pré-adolescentes e adolescentes. Com frequência, a solução encontrada para as divergências que surgiam era a propostas de briga. Ouvia-se muito “vou bater em você”; “vou socar você”; “cai pra dentro”; “Tá achando que não sou homem? Vamos resolver lá fora”. Remetendo a ideia de violência ao homem e como solução para os conflitos. Foi comum observar no espaço da ONG os mais velhos – adolescentes homens –, impondo-se e educando coercitivamente os meninos mais novos a seguirem os padrões corporais da masculinidade por meio de “brincadeiras” ou de frases de incentivo, tais como “vai deixar isso barato?”; “pega ele!”; “você não é homem?”; “Tem que resolver isso!”; sempre colando o gênero masculino à performatividade violenta, visando a manutenção do padrão de gênero em questão.

Neste sentido, senti muita dificuldade em me aproximar dos meninos da faixa de 12 – 15 anos, uma vez que a nossa relação se mantinha em provocações baseadas em um comportamento que evocava a violência, “brincadeiras” de tapa na nuca, “soquinhos” no braço, xingamentos “inofensivos”. A todo o momento que eu evitava este tipo de contato, buscando um diálogo, distanciávamos. Aparentemente, teria que entrar neste jogo, tentar acertá-los, fingir que iria bater neles e, assim, começavam a me respeitar. Claro, tudo de forma muito lúdica, mas com um forte simbolismo. Na medida em que evitava esse tipo de “brincadeira de mão”, meu “respeito” diminuía.

O professor S., de esportes, tinha maior contato com eles e sempre demonstrou ser representante desta masculinidade hegemônica, cumprindo o conjunto de características (criadas no imaginário social) de homem: agressivo, inflexível, taciturno, racional, analítico e promíscuo (CONNELL; PEARSE, 2015). Sempre utilizando a violência simbólica, verbal e física com os alunos. O professor S. aparece como um modelo para a construção das subjetividades e sociabilidades atravessadas pela violência como dispositivo de educação e gestão de conflitos. Ele não somente portava esta masculinidade como também era respeitado, admirado e invejado por alguns alunos. Eu, por outro lado, tinha facilidade em me relacionar com alunos que não apresentavam essa masculinidade hegemônica e, por sua vez, não sociabilizavam com os outros meninos. Era comum eles se aproximarem de mim, pedindo para pegar no colo ou brincar com jogos de tabuleiro – atividades que não envolviam contato físico/agressivo e que usualmente eram predominadas por mulheres.

Além do uso da violência como solução dos conflitos, ela também pode ser entendida na chave da negação da feminilidade. Para Connell e Pearse (2015), usualmente a partir dos 12 ou 13 anos os meninos parecem aprender a desconfiar de expressões de afe-



to, encarando isso como algo negativo, de “viado”, “gay”, “mulherzinha”, e se utilizam de demonstrações de violência para se afirmar enquanto homens. Por meio do reino simbólico, relacionar os meninos que consideram inferior ao gênero feminino – “menininhas” – empurrando-os para espaços ocupados por meninas, é um ato de reivindicação de poder por meio do entendimento das meninas como fonte de poluição ou contaminação. Nesta mesma idade, insultos homofóbicos começam a se tornar comuns entre os meninos, mesmo desconhecendo a sua conotação sexual. Nesta fase, as crianças começam a mostrar algo de diferenciação de padrões de gênero, de hierarquias sexuais e de gênero, que já são familiares no mundo dos adultos (CONNELL; PEARSE, 2015).

Por outro lado, observei na ONG maior afetividade entre as crianças entre 3 a 5 anos, independente do gênero, e entre as garotas em quase todas as idades. Esta diferenciação aponta para as diferentes faces do processo da construção do gênero, enquanto categoria social, aonde em diferentes idades (e gêneros) vai se construindo processos sociais diferentes e naturalizando comportamentos produzidos na esfera social. Os meninos que desafiam esta masculinidade hegemônica são alvos de violência simbólica e/ou física.

É importante enfatizar que eles não são passivamente socializados nos papéis de gênero, segundo Connell e Pearse (2015). Embora esteja aprendendo a partir do mundo que se apresentam a eles – as identidades e condutas disponíveis, performances, etc. As crianças têm papel ativo e negociam o gênero por meio de seus próprios termos. Há sempre um espaço de negociação.

Por fim, o que busco chamar a atenção aqui são as identidades e modelos disponíveis e os processos de construção de gênero no mundo social que refletem nas hierarquias e ordenamento social. Observa-se um processo de construção de gênero e sua relação com as distintas masculinidades na construção das subjetividades e sociabilidades atravessadas pela violência como dispositivo de educação e gestão de conflitos.

Deslocamentos, masculinidades e hierarquias sociais: algumas notas

De modo geral, o meu convívio dentro da ONG se deu muito com as crianças mais novas, que têm mais facilidade de demonstrarem afeto e proximidade. Com os meninos na faixa de 12-15 anos, o contato era muito instável e a qualquer momento que perguntava algo mais específico, como “Onde você mora?/Onde você estuda?”, já se criava um clima de desconfiança: “Ta querendo saber demais! / Porque está me perguntando isso?”, e acabava em risos, numa tentativa de disfarçar e não responder. Ao longo do tempo, consegui conversar com várias crianças na faixa dos 6-10 anos, perguntando coisas do dia-a-dia, se morava com papai, com mamãe, onde estudava, onde gostava de brincar, etc. Estas crianças respondiam sem nenhum problema.

Diria que a dificuldade em me relacionar com certos alunos foi pelo estranhamento de masculinidades, por um comportamento que não se faz presente em minhas características. Por mais que às vezes simulava que iria entrar neste jogo de performatividade, parecia não funcionar. À parte isso, embora houvesse um estranhamento em relação às questões raciais, não passei por nenhum momento que poderia entender nitidamente como fator racial. Colocaria, portanto, as questões relativas a gênero como ponto de inflexão na minha socialização na ONG, seguidas da minha idade (23 anos na época), revelando uma hierarquização mais geral dos valores sociais.

Por fim, pontuei as negociações entre as masculinidades e sua relação com as es-



truturas hierárquicas relacionadas às questões de autoridade, performatividade corporal, respeito e violência. Estas hierarquias baseadas na relação de gênero (não somente) se mostraram como formas de ordenamento social no sentido em que se apresentaram enquanto um complexo orgânico de práticas e não apenas um conjunto isolado de comportamentos. Em outras palavras, a construção social do gênero apresenta-se como produtora de condutas que levam às hierarquias e códigos organizados e complexos, produzindo modelos de referência, conforme a literatura debatida. Os meninos, enquanto gênero masculino e praticantes de futebol (esporte viril), se colocavam no topo da hierarquização, representando a masculinidade hegemônica. O mesmo ocorria com o professor S., ex-atleta, negro, professor de educação física, que se coloca no topo da hierarquia dos professores e dos alunos, representando uma autoridade dentro do dispositivo educacional, baseando-se na violência. Eu, enquanto branco, não-praticante de esportes viris, mais jovem, não possuía tanta autoridade frente aos alunos representantes da masculinidade hegemônica. Notamos uma associação entre a masculinidade hegemônicas conectada à imagem de autoridade e violência, mostrando uma hierarquização social.

As marcas das sociabilidades violentas como forma de ordenamento social não se restringem ao espaço da ONG e também não se restringem a um único professor como detentor e disseminador destas práticas. Neste contexto, há um diálogo entre o “dentro e o fora” da ONG, continuidades e discontinuidades, seja pelo professor que de alguma maneira estimula este comportamento ou pelas outras atividades e professores que buscam demonstrar “outro caminho” possível aos seus alunos. O que nos é interessante é que estas sociabilidades permeadas pela raça e gênero e, principalmente às masculinidades, tem capacidade estruturante do cotidiano.



Bibliografia

- BREDA, T. V. **Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social: Agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, 2018.
- BUTLER, J. Regulações de Gênero. In: **Cadernos PAGU** (42), 2014.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. In: **Revista Estudo Feminista**, Florianópolis, 2013.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global.** Editora NVersos, 2015.
- FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRANKENBERG, R. A miragem de uma Branquitude não marcada. In: WARE, v. (Orgs). **Branquitude, identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo, Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 28, n. 2, 2016, p. 161-182
- ORTIZ, R. Imagens do Brasil. In: **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 28 N.3, Setembro/Dezembro, 2013, p. 609-633.
- SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.
- SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.
- WACQUANT, L. **Corpo e Alma: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.



A produção de indicadores sociais no contexto neoliberal: O caso do Programa Minha Casa Minha Vida

The production of social indicators in the neoliberal context: The case of the “Programa Minha Casa Minha Vida”

Me. Thalles Vichiato Breda¹

Resumo

Este artigo discute a produção dos indicadores habitacionais no contexto do “Lulismo” (PT, 2003-2016) e das mudanças políticas e econômicas no Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988 e do alinhamento neoliberal. O foco central é o Programa Minha Casa Minha Vida (2009) e a produção dos indicadores habitacionais que justificam sua própria existência. Assim, exploramos as instituições que produzem os indicadores e como eles são apropriados durante a cadeia produtiva, especialmente pelo capital imobiliário, com a finalidade de gerar lucros a partir de uma política social. Assim, a regulação dos conflitos sociais entre o mercado e a população se realinha também, uma vez que o Estado, agora, parece contribuir para desenvolvimento do mercado, por meio de parcerias público/privado.

Palavras-chaves: Programa Minha Casa Minha Vida; PT (Partido dos Trabalhadores); Indicadores sociais; Gestão do social contemporânea; Neoliberalismo.

Abstract

This article aims to discuss the housing indicators adopted over the “Luslismo” (PT government, 2003-2016) taking as historical background the economic and political changes that have happened since the 1988 Constitution and the neoliberal agenda. The focus is the Program Minha Casa Minha Vida – 2009, and on how the related housing indicators were formulated to evaluate the demands and to support the existence of the mentioned program. We explore the institutions that propose the indicators and, further, how these indicators are considered along the productive chain, especially by the real estate capital, with the purpose of generating profits from a social policy. Thus, the regulation of social conflicts between the market and the population also takes place, since the State now seems to contribute to the development of the market, through public-private partnerships.

Keywords: Programa Minha Casa Minha Vida; PT (Workers Party); Social indicators; Contemporary social management; Neoliberalism.

1 Graduado em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia e Ciência Política pela UFSCar. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar. E-mail: thallesvbreda@gmail.com.



1. Introdução

A discussão presente diz respeito às formas contemporâneas de gestão do social do período Lulista² (2003-2016), com destaque para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O PMCMV foi lançado (2009) visando o atendimento à população de baixa renda aliado à recuperação da crise econômica internacional (2008), assim, intentou-se impulsionar a cadeia de mercado da construção civil e com um aparente intuito de reduzir o déficit habitacional (AMORE, 2015). O Programa surge no contexto das políticas públicas empreendidas pelo Governo Federal do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003, de características redistributivas, de aumento salarial e redução da pobreza, visando melhorar o bem estar social, sem romper com a lógica neoliberal (privatizações e terceirizações de serviços) e integração pelo consumo. Esta nova geração de políticas sociais é permeada por diversos atores, dentre eles: instituições públicas, organizações internacionais e locais, ONGs e atores privados (GEORGES et al., 2014).

O PMCMV se insere neste ciclo de políticas, sendo resultado de parcerias público/privado, revelando suas ambiguidades e contradições. Concebido em diálogo com o setor da construção civil e entidades empresariais, revela-se fortes vínculos com o capital financeiro e o mercado imobiliário, transformando uma política pública em um negócio altamente rentável (GEORGES et al., 2014; RIZEK et al., 2014). Esta confluência entre o público e o privado, no caso habitacional, realiza-se por meio da **habitação social de mercado** (SHIMBO, 2010). O conceito foi idealizado em uma gradação que ficaria entre a Habitação de Interesse Social (HIS) – promovida exclusivamente pelo Estado – e a Habitação de Mercado – promovida exclusivamente pela iniciativa privada. A habitação social de mercado se dá em uma específica articulação entre Estado e mercado, por meio da privatização da cadeia produtiva das políticas públicas habitacionais. Essa lógica encara a moradia enquanto mercadoria, mas, ao mesmo tempo, dependendo das linhas de financiamento público, tanto para a produção quanto para a compra do imóvel. Dentro desta especificidade, cabe compreender onde está o centro de controle das decisões da cadeia produtiva: no Estado ou no capital privado?

É importante salientar que cabe às esferas do Estado, principalmente a municipal, conceder ou não o controle da cadeia produtiva para os agentes do capital privado, os quais têm monopolizado quase todos os processos, configurando, portanto, uma ausência de controle público sobre os impactos da produção privada, que varia em grau nas diversas gestões públicas e níveis de governo.

A convergência entre políticas sociais e a lógica liberal não é exclusiva do PMCMV, tendo se materializado no Brasil desde a ditadura militar (1964) através de uma lógica privatizante nos serviços sociais. Tal convergência se fortaleceu na década de 1990, com o neoliberalismo global e nacional, enfraquecendo as recentes conquistas da cidadania brasileira com a Constituição de 1988. Neste período houve uma descentralização e uma reorientação da cidadania para o plano econômico, criando sujeitos de consumo ao integrar os pobres por meio do mercado, mesmo em um momento de redução salarial. Houve uma reformulação do Estado de Bem-estar social em favor do mercado. A cidadania passa a atrelar-se mais ao consumo, ao mercado privado, ao indivíduo e a noção de meritocracia do que à provisão de direitos básicos coletivos pelo Estado (IVO, 2008).

Se, inicialmente, a gestão do social aparece como uma tentativa do Estado equilibrar os déficits econômicos e sociais ao regular o conflito social e político provocados pelo

2 Sobre o Lulismo ver Singer e Loureiro (2016).



mercado dentro do sistema capitalista liberal, ou seja, a regulação entre o mercado e a democracia visando uma justiça social (DONZELOT, 2007 [1984]); no contexto brasileiro pós-constituição de 1988 e dos adventos do neoliberalismo, o alinhamento entre o Estado e mercado parecem confluírem. De que modo se acomodariam estas forças antagônicas ao longo das últimas duas décadas? Por um lado, há a Constituição que garante amplos direitos universais, na outra ponta, uma política econômica e de forte base ideológica que visa “reduzir” o Estado ou cooptá-lo para fins de incentivo ao “livre” mercado.

A chegada do século XXI foi marcada pela retomada de um “novo social”, uma vez que a sociedade reconheceu a necessidade de se reformular os ajustes institucionais para minimizar os impactos do mercado. Assim, figuram-se políticas de transferência de renda mínima aos segmentos extremamente pobres, apontando para políticas sociais focalizadas, em áreas que não deveriam comprometer a liberdade dos mercados. É dessa ambiguidade que se trata pelo menos as duas últimas décadas no Estado brasileiro, uma transição entre as formas de gestão do social e a reformulação do Estado social em favor do mercado (IVO, 2008).

Antes de entrarmos na nossa hipótese, acredito ser fundamental apresentar de modo rápido a concepção de neoliberalismo compreendida neste artigo. Segundo Perry Anderson (1995), o neoliberalismo nasce, enquanto fenômeno, após a Segunda Guerra Mundial, principalmente na região da Europa e da América do Norte. Esse movimento foi uma reação política e teórica ao Estado de Bem-estar social, atacando deliberadamente qualquer mecanismo que limitasse a ação de mercado por intermédio do Estado, visando promover a “liberdade” de mercado e sua “autorregulação”, combatendo o keynesianismo e as formas de solidariedade operantes e preparar as bases para um capitalismo mais desenvolvido e “livre”.

Assim, as raízes do neoliberalismo se concentravam em atacar a regulação do conflito entre mercado e a população, que visava promover justiça social (os alcances destas políticas não serão pontuados aqui). Neste mesmo sentido, o argumento apresentado por Hibou (2015) também aponta para a redefinição do Estado por meio do neoliberalismo, defendendo que longe de tentar tornar o Estado impotente ou “menor”, ele passou de um intervencionismo direto para um “governo remoto”, isto é, agindo por delegação, por intermédio de parcerias com entidades privadas e atos por meio de uma burocratização renovada. As características desta nova administração pública compõem um leque de padrões de disciplinas, regras, metodologias de avaliação coletiva e individual e por fim, a promoção do autocontrole. Em outras palavras, os estados estão remodelando o seu poder por intermédio de novos modelos de regulação e relações entre o público e o privado.

Hibou entende que o neoliberalismo constitui uma ordem política e econômica e tem por princípio a promoção de desregulamentação e flexibilidade econômica, a concorrência, a lucratividade e a competitividade a qualquer custo. No outro lado, o próprio neoliberalismo tenta combinar a sua utopia de mercado autorregulatório com intervenções burocráticas discricionárias que visam impulsionar o próprio mercado. O estado neoliberal, então, por intermédio de políticas público-privado, está redefinindo novos campos e novos modos de intervenção ou de gestão do social, que beneficia o capital privado. Desta forma, não se trata de um “enxugamento” estatal, trata-se de uma disputa política sobre as práticas estatais, trata-se de desenvolver intervenções sociais que impulsionem os mercados e não regulem sua relação, buscando a promoção de uma justiça social. As intervenções estatais, portanto, são moldadas dentro do padrão de economia neoliberal (HIBOU, 2015).

A hipótese que buscamos explorar neste artigo é que a produção de indicadores sociais na formulação de políticas públicas no contexto neoliberal tem sido manipulada pela



iniciativa privada com finalidade de justificar parte das políticas sociais e manter os lucros gerados pela captação de recursos públicos por meio da privatização dos financiamentos. Assim, objetiva-se compreender a engenharia organizacional do PMCMV e os indicadores sociais que justificariam a sua própria existência: o déficit habitacional. Questionamos a composição deste índice e de que modo ele é cooptado pela cadeia produtiva. Para tanto, apresentamos os dados a respeito da questão habitacional, a nível nacional, da Fundação João Pinheiro, instituição que fornece oficialmente os dados ao governo federal; da Caixa Econômica Federal, principal órgão gestor e financiador do PMCMV, com alto grau de decisão na sua engenharia organizacional; e, as unidades contratadas pelo Programa, estratificada por faixa de renda– Faixa 1; Faixa 2; Faixa 3.

2. POLÍTICA SOCIAL PARA QUEM? Produção do público-alvo

A finalidade de uma política social parte da necessidade de atender uma demanda posta pela sociedade, visando equilibrar as deformidades econômicas e sociais promovidas pelo mercado dentro do sistema capitalista liberal (IVO, 2008). No contexto contemporâneo brasileiro de políticas sociais de tendência focalizadora (opondo-se às políticas de caráter universais propostas em 1988), a produção de uma política pública social passa por mecanismos e condicionalidades específicas, visando atender uma dada demanda, em contextos e locais específicos (LAUTIER, 2014). No caso do PMCMV, a demanda que justifica a sua própria existência são os indicadores habitacionais. A distribuição dos recursos da União para a categoria Faixa 1, voltada para a Habitação de Interesse Social, do PMCMV, deveria ser submetido aos indicadores de déficit habitacional, para cada região. Em outras palavras, o déficit habitacional é o indicador que justifica a própria existência do PMCMV. Neste contexto, é importante compreender como são produzidos estes indicadores e como são apropriados pela cadeia produtiva.

A proposta é observar a composição do déficit habitacional brasileiro por meio da Fundação João Pinheiro que historicamente realiza estudos sobre a questão habitacional e fornece oficialmente os dados para políticas públicas e também para o PMCMV; em um segundo momento, observar os dados produzidos pela Caixa Econômica Federal – principal órgão responsável pela gestão e fiscalização do PMCMV (FUNDAÇÃO, 2012; 2016; CAIXA, 2012). E, finalmente, apresentaremos os índices de produção habitacional realizadas pelo PMCMV, desde 2009, separadas pelas suas Faixas de atendimento, Faixa 1 (de 0-3 salários mínimos), Faixa 2 (de 3-6 salários mínimos), Faixa 3 (de 6-10 salários mínimos). Entende-se pela produção tanto a contratação quanto as unidades efetivamente construídas, a nível nacional.

Assim, nosso percurso pretende discutir os índices habitacionais desde sua proposta ao seu atendimento e se há o cumprimento ou deformidade ao longo da cadeia produtiva. O corpo do artigo ganha delineamento por meio da discussão das diferentes metodologias apresentadas ao longo dos documentos analisados. A Fundação João Pinheiro apresenta o índice por meio do conceito de **déficit habitacional**, levando em conta recortes socioeconômicos especificados. Na outra direção, a Caixa Econômica Federal trabalha com um conceito de **demanda habitacional**, calculada por meio daqueles que “desejam ter” casas, independente dos recortes socioeconômicos.

Nestas negociações entre os conceitos e indicadores revelam-se os atores envolvidos e as formas de apropriação destes indicadores para a produção habitacional. As constituições do público-alvo e dos beneficiários refletem a construção de grupos e categorias,



que é ferramenta fundamental das tecnologias de gestão social como nos demonstrou Ivo (2008, p.93), “sempre foi um objetivo e uma necessidade do Estado e de organizações, como condição de conhecimento sobre indivíduos e sociedades, para intervir de forma mais eficaz sobre eles.”, ainda, “Essas medidas e indicadores não são neutros, não se explicam por si mesmos, mas referem-se a definições e conceitos que integram sistemas de interpretação da realidade social, influenciando as formas de intervenção daí decorrentes.” A construção dos indicadores passa pela composição moral das categorias de atendimento e as políticas sociais são ferramentas fundamentais para o próprio processo da construção do que Lautier (2014) chamou de *o governo moral dos pobres*, a separação entre o *bom* e o *mau* pobre e o atendimento focalizado das políticas sociais contemporâneas.

2.1 O Programa Minha Casa Minha Vida

Quando o Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado (2009) em meio à crise econômica internacional, frisou-se que sua produção habitacional seria voltada para a população de baixa renda em consonância com o aquecimento do mercado da construção civil, visando à recuperação econômica nacional. Assim, o PMCMV se inseriu em um novo modelo de crédito pensado para enfrentar a crise internacional e combater parte do déficit habitacional brasileiro (AMORE, 2015). Deste modo, o Programa foi concebido pelo Ministério da Fazenda e o Ministério da Casa Civil em diálogo com entidade empresariais do setor da construção civil e do setor imobiliário, deixando-se revelar os fortes vínculos com o mercado imobiliário e o capital financeiro. Neste contexto, aponta-se para uma transformação de uma política pública em um negócio altamente lucrativo (RIZEK et al., 2014; SHIMBO, 2010). Quais seriam as consequências desta engenharia organizacional para o PMCMV? Vamos observar a proposta inicial e sua relação com a cadeia produtiva.

O PMCMV “tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações rurais (...)”³ e compreende dois subprogramas, o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O principal subprograma é o PNHU, sobretudo no que diz respeito à construção de novas unidades habitacionais.

Dentro do PNHU, há mais duas subdivisões, a Habitação de Interesse Social – a Faixa 1, onde o subsídio do Estado pode chegar a 90% do valor do imóvel, sem juros, e; Habitação de Mercado/Incorporação Imobiliária, representadas pela Faixa 1,5 (incluída em 2016), Faixa 2, Faixa 3, alterando os limites de subsídio e a taxa de juros no financiamento⁴. As faixas que contemplam a habitação de mercado/incorporação imobiliária o comprador negocia diretamente com a construtora ou imobiliária, pedindo o financiamento aos bancos.

Além das condicionalidades financeiras - os limites de renda estabelecidos pra cada Faixa - o beneficiário não pode: estar cadastrado no Cadastro Nacional de Mutuários e/ ou no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias; ter débitos com o governo; ser dono ou ter financiamento de imóvel residencial; ter recebido benefício de

3 DECRETO Nº 7.499, de 16 de junho de 2011. **Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõem sobre o PMCMV e dá outras disposições.**

4 Dados disponíveis em: <http://www.minhacasaminhavidagov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acessado em 12/2017. Sobre o PMCMV-Entidades, ver Rizek et al., (2014).



outro programa habitacional do governo. Para o Faixa 1, as condicionalidade são mais criteriosas, além das anteriores: o beneficiário deve se cadastrar no órgão responsável pela HIS (Habitação de Interesse Social) em sua cidade, atender aos critérios municipais de seleção e sorteio das unidades habitacionais. Ao ser sorteado, o candidato deve comprovar estas condicionalidades para a Caixa Econômica Federal e realizar obrigatoriamente o seu cadastro no Cadastro Único⁵. É interessante notar que estas condicionalidades se referem ao beneficiário final, no caso do Faixa 1, ao beneficiário já sorteado. Desta forma, ele deve comprovar as informações dadas anteriormente somente no momento de aquisição do imóvel. Na outra ponta, no início da cadeia organizacional do PMCMV, é outra metodologia que aparentemente move suas ações: os indicadores de déficit habitacional.

A primeira pista para compreender a composição do déficit é observar a metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, uma vez que os subsídios e recursos destinados a Faixa 1 tem origem da União pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e devem ser direcionados para a produção dos empreendimentos “(...) de acordo com a estimativa do déficit habitacional para famílias com renda até três salários mínimos, considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao ano de 2007 e suas atualizações⁶.”

Como dito anteriormente, é a Fundação João Pinheiro (Fundação) em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades que promovem estudos sobre o déficit habitacional e a inadequação dos domicílios no Brasil, sendo considerada “referência entre os estudiosos da questão habitacional, e adotada oficialmente pelo governo federal, tem sido aprimorada, sempre que possível, com a preocupação em retratar cada vez mais fielmente a situação habitacional do Brasil” (FUNDAÇÃO, 2012, p.02). Por outro lado, observando a condição da Caixa Econômica Federal na qualidade de gestora e executora do FAR, na condição de instituição financeira que analisa e autoriza os empreendimentos, também produz um relatório sobre a questão habitacional tornando-se imprescindível compreender também a sua metodologia.

2.2 Fundação João Pinheiro e a metodologia do Déficit Habitacional

A Fundação João Pinheiro fornece oficialmente os dados para os programas habitacionais públicos e se utiliza de um conceito amplo de **necessidades habitacionais**. Este conceito é composto por dois segmentos distintos: a inadequação de moradias e o déficit habitacional. A inadequação de moradias se refere aos problemas na qualidade de vida dos moradores, não sendo relacionada à produção de unidades habitacionais, mas sim as condições da unidade habitacional e as possibilidades de reforma ou adequação fundiária. Este segmento implica em políticas complementares voltadas para a melhoria e adequação domiciliar. Por sua vez, o déficit habitacional se refere à noção imediata da necessidade de construção de novas unidades (FUNDAÇÃO, 2012, p. 17-18).

O que nos interessa neste artigo refere-se à produção de unidades habitacionais. A

5 Ver nota de rodapé anterior.

6 Portaria nº 93 de 24 de fevereiro de 2010, Dispõem sobre o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e do PMCMV. Embora esta portaria tenha sido revogada, o sentido permanece o mesmo nas respectivas Portarias do Ministério das Cidades que a sucederam.



metodologia da Fundação para a estimativa do déficit habitacional é baseado em quatro componentes básicos: (a) domicílios precários – entendidos como rústicos ou improvisados; (b) situação de coabitação, compreendendo famílias conviventes secundárias com intenção declarada de se mudar (coabitação familiar forçada) e/ou residentes de casa-cômodo; (c) domicílios cujo valor do aluguel é superior a 30% da renda domiciliar total e (d) adensamento excessivo, caracterizado por domicílios em situação de aluguel com mais de três habitantes usando o mesmo cômodo de dormitório (FUNDAÇÃO, 2012, p.11).

De modo geral, a metodologia e os indicadores utilizados pela Fundação João Pinheiro trabalha com uma perspectiva interessante entre a necessidade de produção de novas unidades habitacionais como também a necessidade de políticas que trabalhem com a questão da reforma habitacional e adequação fundiária, colaborando para avançar em políticas complementares que não visam somente à construção. Especificamente, a respeito do conceito de déficit habitacional, observamos uma construção por meio de indicadores socioeconômicos específicos. Ainda, o relatório indica a importância da Fundação João Pinheiro não estar atrelada ou ser orientada por interesses da indústria da construção civil que constantemente associam o problema da habitação popular somente à necessidade de construção de novas unidades (FUNDAÇÃO, 2012; 2016). Vamos observar a seguir como se constrói o indicador da Caixa Econômica Federal.

2.3 Caixa Econômica Federal e a metodologia da Demanda Habitacional

A Caixa Econômica Federal se destaca quando a questão é financiamento de políticas públicas sociais, sendo ela a principal instituição pública financeira responsável por executar políticas de caráter social do governo. Um dos principais destaques históricos da Caixa Econômica Federal é no setor habitacional, onde ela “Executa os programas habitacional do Governo Federal com recursos de diversas fontes. Analisa, acompanha, supervisiona e avalia projetos de empreendimentos dos setores público e privado” (CAIXA, 2012, p.10). No caso da política pública habitacional, a Caixa tem se apresentado como agente operadora histórico na qualidade de gestora do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e agente executora do Programa de Arrendamento Residencial (PAR)⁷.

Especificamente para o Programa Minha Casa Minha Vida, a Caixa tem competência para deliberar sobre os atos necessários à atuação de instituições financeiras oficiais federais e atos normativos necessários na operacionalização do Programa. Compete à Caixa a aprovação e distribuição de recursos e financiamentos, mediante avaliação dos projetos de empreendimento, tanto para ao setor público quanto privado.

Compete a Caixa estabelecer condições de operacionalização do PMCMV, dentre outros programas habitacionais relacionados ao FAR/PAR, relativas às instituições financeiras oficiais federais, publicadas no Diário Oficial da União; definir critérios técnicos de aprovação dos empreendimentos voltados para habitação de interesse social, com base em diretrizes fixadas em Portarias específicas; analisar a viabilidade técnica e jurídica dos projetos, além de acompanhar a execução das respectivas obras durante todo o processo;

7 O PAR é um programa do Ministério das Cidades operacionalizado pela CAIXA e financiado pelo FAR. O PAR tem como objetivo reduzir o déficit habitacional em municípios com mais de 100.000 habitantes, viabilizando imóveis residenciais para famílias com renda de até R\$ 1.800,00. Valores atualizados periodicamente. Dados disponíveis em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/programas_habitacao/par/saiba_mais.asp. Acessado em: 08/01/2017.



adquirir as unidades habitacionais e ceder aos respectivos beneficiários; acompanhar a execução do trabalho técnico social; dentre outras funções⁸.

Na condição de agente de política habitacional, a Caixa Econômica Federal tem exercido importante papel na cadeia produtiva do PMCMV. Huana Carvalho (2015) analisou de maneira detalhada as ações da instituição que valem ser pontuadas aqui para colaborar com o nosso argumento. A autora sugere que as ações da instituição na condução do PMCMV são caracterizadas pela existência de práticas competitivas e negociais, características do mercado econômico. A autora frisa que o próprio formato do PMCMV colabora para que estas práticas ocorram, sendo elas: (i) a promoção de competição entre os dois órgãos financiadores do PMCMV, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que colabora para uma lógica interna onde o PMCMV é determinado por metas financeiras e por uma racionalidade de concorrência, criando conflito com os pareceres técnicos (engenheiro civil e arquiteto, por exemplo), onde os gerentes de negócio estão visivelmente mais presentes nas negociações das contratações e acompanhamento das obras resultando em ações que condizem com as formas empresariais, como por exemplo, prática de negócios em confluência com as construtoras e promoção de formas gerenciais às prefeituras e parceiros; (ii) o modelo onde o banco contrata as empresas construtoras para produção de unidades habitacionais, que seguem critérios específicos, resulta na inserção da HIS na lógica bancária de contratação e crédito imobiliário. Para a autora, neste contexto, o PMCMV, por intermédio da Caixa Econômica Federal, se aproxima muito da racionalidade dos agentes da construção civil e do mercado imobiliário.

É preciso ressaltar que, segundo Carvalho (2015), a confluência entre as instituições públicas e as práticas gerenciais empresariais tem ligação direta com o contexto das reformas gerenciais do Estado da década de 1990⁹. No momento em que houve um fortalecimento da política econômica neoliberal o setor bancário também foi redesenhado, incorporando em suas instituições práticas e racionalidades empresariais de gerenciamento e competição de mercado, modificando as formas de relação entre o Estado e o mercado. Agora, o Estado, por meio de suas instituições públicas, visa intervir no mercado para promovê-lo e não regulá-lo. Assim, a instituição pública ganha características de empresas privadas a partir do marco das reformas gerenciais e da hegemonia do neoliberalismo.

Ainda sobre as formas de gerenciamento da Caixa Econômica Federal, Rufino (2015), também apontou a prevalência de uma lógica financeira na implementação do PMCMV pela instituição. Para a autora, a Caixa Econômica Federal adquire papel central e se relaciona direto com os agentes imobiliários. Ainda, nos projetos dos empreendimentos aprovados são observadas apenas as condições mínimas estabelecidas para viabilizá-los. Estas práticas da racionalidade de mercado se relacionam com a produção do índice habitacional da Caixa.

No estudo a respeito da questão habitacional realizado pela Caixa Econômica Federal (2012), desde 2005, as ações de práticas competitivas de mercado se apresentam logo na justificativa para a própria elaboração do estudo. Aponta-se que é necessário compreender a questão habitacional contemporânea para poder refinar as “metodologias e técnicas, voltadas para o aprimoramento de sua atuação como executora das políticas públicas de caráter social. (...) para auxiliar o entendimento do comportamento das principais variáveis

8 MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 465, de 03 de outubro de 2011. **Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.**

9 Sobre a reforma gerencial da década de 1990, ver Bresser Pereira (1998).



que determinam a dinâmica do mercado imobiliário,” buscando identificar como se comportam as principais variáveis que determinam a demanda potencial por habitação (CAIXA, 2012, p. 07). Fica explícito a preocupação da instituição com o mercado imobiliário. Interesse este que pode entrar em conflito com uma política social, uma vez que a política social supostamente não deveria se preocupar primeiramente com o mercado imobiliário e sim em atender famílias com determinadas características socioeconômicas.

O conceito utilizado pela instituição para tratar da questão habitacional é o de demanda e não o de déficit, como utilizou a Fundação João Pinheiro. A escolha, segundo a Caixa (2012), se justifica na medida em que o conceito de déficit evocaria apenas uma falta de unidades habitacionais para aqueles que “necessitam”. Aponta-se que o conceito de déficit apenas considera a falta física da unidade habitacional, sem relacioná-la ao contexto econômico e demográfico. A saída proposta é utilizar-se do conceito de **Demanda Habitacional**, que segundo a Caixa (2012, p. 22) é:

que representa a necessidade dos indivíduos residirem em local adequado, sob o aspecto demográfico das relações sociais e econômicas da população com o meio urbano. A demanda pode ser potencial, se no cálculo forem considerados os indivíduos caracterizados como demandantes, sem levar em conta sua capacidade econômica e financeira para aquisição do “bem habitação”, ou efetiva quando este aspecto é verificado.

O conceito tem como referência “pessoas que pretendem formar um novo arranjo domiciliar (uma pessoa sozinha, duas pessoas unidas pelo casamento, duas ou mais pessoas com ou sem laços de parentesco que decidam morar juntos, entre outros) ou que necessitam substituir um domicílio inadequado”. A necessidade de atender essa demanda se justifica, para a Caixa, a partir das mudanças demográficas do país, especialmente a estrutura etária¹⁰ (CAIXA, 2012, p.11).

Este conceito toma forma pela soma de dois conceitos. O primeiro, Demanda Habitacional Demográfica – **Demanda Demográfica** –, refere-se à formação de novos arranjos domiciliares relacionados diretamente com a dinâmica demográfica e social. Toda a metodologia é baseada nos **potenciais demandantes** de novas unidades, onde o domicílio deve haver apenas um responsável provedor, acima disso, há um potencial demandante, segundo a Caixa. A Demanda Demográfica é “uma demanda potencial e não se confunde com a noção de déficit habitacional, embora considere fatores que costumam ser computados nos cálculos de déficit”.

O segundo, Demanda Habitacional Domiciliar – **Demanda Domiciliar** –, refere-se ao número de domicílios inadequados que precisam ser substituídos uma vez que não oferecem condições de habitabilidade e segurança. Neste particular, encontram-se incluídos unidades habitacionais que poderiam ser alvo de políticas de readequação. A Demanda Habitacional, portanto, é a soma dos dois conceitos apresentados. A Caixa Econômica Federal considera este índice contemplativo no que se refere à carência de moradia, visando atender as necessidades da população e de reposição de unidade habitacional (CAIXA, 2012, p.28-29).

Observando a metodologia empregada pela Caixa Econômica Federal, onde se pretende atender uma população que “deseja ter” casas, independente de um recorte econômico específico, sua crítica realizada em relação ao conceito “vazio” de déficit ha-

10 Considera-se o ciclo de transição da adolescência para a idade adulta; a idade média para se casa; a formação de novos arranjos domiciliares e a distribuição das taxas de chefia (CAIXA, 2012).



bitacional se repete uma vez que a solução apresentada pela instituição tem como única proposta o financiamento e construção de habitação. Ao comparar as duas metodologias empregadas, pela Fundação João Pinheiro e pela Caixa Econômica Federal observamos uma distinção clara entre os indicadores. Enquanto o primeiro intenta-se atender uma população socialmente específica, a segunda busca atender o mercado imobiliário, qual destes indicadores se aproxima mais da produção habitacional do PMCMV? Vamos observar a produção nacional do Programa para responder esta pergunta.

2.4 Orientação nacional do PMCMV – demanda ou déficit?

É importante frisar que ao observamos de que modo os índices sobre a questão habitacional são produzidos e, posteriormente, utilizados na produção das unidades habitacionais, observa-se o próprio modo de materialização do Programa, nos indicando as diferentes esferas de negociação/apropriação entre os agentes e interesses diversos envolvidos na própria produção do espaço urbano onde serão aplicadas técnicas de gestão social. A **Tabela 1**, apresentada a seguir, mostra-nos um panorama geral sobre os índices habitacionais apresentados anteriormente.

	Déficit Habitacional, Fundação João Pinheiro, 2009	Demanda Habitacional, Caixa Econômica Federal, 2009
Urbano	5.089.159	6.859.255
Rural	909.750	2.437.959
Total	5.998.909	9.297.214

Fonte: Elaboração própria. **Dados:** Fundação, 2012; Caixa, 2012.

Em um primeiro momento, nota-se uma diferença considerável entre o índice da Fundação João Pinheiro em relação ao índice da Caixa Econômica Federal, totalizando uma diferença acrescida de mais de três milhões de unidades habitacionais. Outra observação interessante é o fato de que o estudo da Caixa aponta uma diferença quase três vezes maior em relação ao da Fundação no que se refere ao índice rural. No índice urbano a Caixa apresenta quase dois milhões a mais de unidades habitacional em relação aos dados da Fundação. De modo geral, podemos observar que a metodologia que trabalha com uma demanda em potencial tende a construir um referencial numérico mais elevado em relação aos índices que utilizam um corte socioeconômico mais detalhado, como da Fundação.

De maneira mais específica, apresenta-se a seguir a **Tabela 2**, onde é possível observar a concentração nacional do déficit habitacional urbano e da demanda habitacional geral, por faixa de renda.



TABELA 2. Concentração (absoluta e relativa) do déficit habitacional urbano e da demanda habitacional geral, por renda familiar mensal, Brasil, 2009.

	Déficit Habitacional Urbano, Fundação João Pinheiro, 2009	Demanda Habitacional, Caixa Econômica Federal, 2009
0 a 3 s.m.	4.578.124 90 %	3.208.469 34,5%
3 a 10 s.m.¹	477.630 9,5%	4.382.707 47,15%
>10 s.m.	25.405 0,5%	1.229.092 13,22%
Ignorado	-	5,13%
Total	5.081.159	9.297.214

Fonte: Elaboração própria. **Dados:** Caixa, 2012; Fundação, 2012.

A concentração dos indicadores aparece de maneira clara em cada uma das instituições e metodologias. A Fundação aponta que 90% do déficit habitacional urbano se encontram na faixa entre 0 a 3 salários mínimos; enquanto que no relatório fomentado pela Caixa a principal demanda habitacional se encontra na faixa entre 3 a 10 salários mínimos, correspondendo a quase 50 % da demanda. É preciso ponderar que embora a amostra da Fundação possa sofrer uma pequena deformação quando comparada com os dados da Caixa Econômica Federal, devido ao estudo não apresentar a amostra rural por renda familiar mensal, a concentração da questão habitacional aparece de maneira clara em ambas as metodologias¹¹. A diferença fundamental em relação aos dados da Fundação se encontra nas faixas acima de 3 s.m. Destaque ainda para os quase 15% de demanda habitacional localizado acima dos 10 s.m., no caso da Caixa.

Podemos apontar que em relação aos indicadores produzidos, o indicador do déficit habitacional concentra-se majoritariamente na faixa de habitação de Interesse Social, entre 0 e 3 salários mínimos, por outro lado, o indicador da demanda habitacional se concentra majoritariamente na faixa de incorporação imobiliária. Ainda, o estudo relativo à demanda habitacional quase dobra a necessidade de provisão habitacional em relação ao índice da Fundação.

Por fim, vamos observar estes índices em relação à produção de unidades habitacionais do PMCMV para discutir as possibilidades de sua orientação. Ficaria extensivo fazer um detalhamento histórico maior, seja na sequência de atendimento ou na trajetória do déficit habitacional. A escolha do ano de 2009 foi devido o Programa ter sido lançado neste mesmo ano, desta forma podemos ver os índices e o comportamento do atendimento em quase dez anos de Programa. Pretendemos compreender sua concentração de atendimento. Os valores absolutos e relativos foram recalculados em relação a última tabela, com finalidade de incluir apenas as faixas de renda atendidas pelo PMCMV, como amostra total.

11 Mesmo se colocássemos todo o déficit habitacional rural ausente na metodologia da Fundação na faixa acima de 3 s.m., cerca de um milhão de unidades, a concentração do déficit ainda seria predominante na faixa de 0 a 3 s.m. (75%).



TABELA 3. Concentração (absoluta e relativa) do déficit habitacional urbano, da demanda habitacional geral e unidades contratadas PMCMV, por renda familiar mensal de até 10 s.m., Brasil, 2009 -2016.

	Déficit Hab. Urbano, Fundação, 2009	Demanda Hab., Caixa Econômica Federal, 2009	Unidades Contratadas, MCMV, entre 2009-2016
0 a 3 s.m.	4.578.124 90,5%	3.208.469 42%	1.761.244 39%
3 a 10 s.m.*	477.630 9,5%	4.382.707 58%	2.781.355 61%
Total	5.055.754	7.591.176	4.542.599

Fonte: Elaboração própria. **Dados:** Caixa, 2012; Fundação, 2012; Avaliação, 2017.

* Devido a incompatibilidade de faixas salariais entre os dois relatórios, somou-se as faixas de 3 a 6 s.m. com a faixas de 6 a 10 s.m. (FJP, 2012) e, respectivamente, de 3 a 5 s.m. e de 5 a 10 s.m. (CAIXA, 2012).

Lembrando que o déficit habitacional se concentra majoritariamente na população entre 0 a 3 s.m., a política social habitacional supostamente deveria se preocupar em atender a população de baixa renda, visando garantir condições mais dignas de moradia para os brasileiros, segundo a proposta do PMCMV. Entretanto, ao comparar os dados, aponta-se que o atendimento, no quesito de unidades habitacionais contratadas, se concentrou na faixa de renda entre 3 a 10 s.m., realinhando o público-alvo delineado pelo PMCMV para diferentes beneficiários finais.

No quesito dos números relativos apresentado, observamos que os números entre a demanda habitacional e as unidades contratadas são muito semelhantes. A Faixa 1, concentradora do maior déficit habitacional recebeu apenas 39% das unidades contratadas enquanto que as unidades contratadas focou sua ação nas Faixas 2 e 3; especialmente a 2, que foi responsável por quase 50 % das unidades habitacionais construídas (AVALIAÇÃO, 2017). Em relação aos números absolutos, na faixa entre 3 a 10 s.m. produziu-se quase seis vezes mais unidades em relação ao déficit apontado. Enquanto que para a faixa de 0 a 3 s.m. a produção ultrapassou um pouco mais que um terço do déficit apontado. Em relação à demanda, em todas as faixas a produção atingiu mais do que 50% do valor estipulado.

De modo geral, a produção de unidades habitacionais e o índice estipulado pela Caixa Econômica Federal são muito semelhantes. Na faixa entre 0 a 3 s.m. a demanda concentrou cerca de 42% de necessidade de construção enquanto que as unidades contratadas representaram 39%. Na faixa entre 3 a 10 s.m., a demanda concentrou 58% das unidades enquanto que as unidades contratadas representaram 61%. Neste contexto, entendemos que o Programa Minha Casa Minha Vida é orientado pela demanda habitacional e não pelo déficit habitacional.

2.5 Considerações finais

Nos nos jogos de indicadores e das instituições envolvidas na produção do PMCMV, o principal público-alvo proposto pela lei – as famílias de baixa renda –, se distorce em



benefício da população com melhor poder aquisitivo, sendo orientada por uma lógica mercantil da habitação. A análise apresentada aqui corrobora com os apontamentos apresentados por Rufino (2015) e Carvalho (2015), demonstrando a centralidade da Caixa Econômica Federal e das práticas de mercado exercidas pela mesma. Explorando outras faces da cadeia produtiva e da própria produção da política social em questão, apontamos uma das possíveis maneiras que a Caixa Econômica Federal pode influenciar na cadeia produtiva visando promover o mercado imobiliário: por meio do indicador habitacional. Aponta-se para uma cooptação da política social habitacional pelas classes com melhor poder aquisitivo, via financiamento, em relação às classes mais carente. Em outras palavras, a constituição da categoria atendida desta política habitacional fica a disposição da agência financiadora e do mercado imobiliário, ambas em confluência.

Ainda, torna-se importante frisar como o contexto de políticas sociais pós 1988 se relaciona com o neoliberalismo, promovendo zonas cinza entre a iniciativa privada e pública, onde é preciso um detalhamento maior para compreender as relações entre o Estado e a iniciativa privada, uma vez que as oposições não parecem mais tão delimitadas.

Concluimos que metodologia da Fundação João Pinheiro apresenta dados a partir de recortes socioeconômicos restritos, concentrando a necessidade de provisão habitacional na Faixa 1. Os dados da Caixa Econômica Federal, calculados a partir de uma demanda habitacional, por aqueles que “desejavam ter” uma casa, sem um recorte socioeconômico, o que eleva os índices habitacionais nas classes com maior poder aquisitivo. Ao compará-los à produção do PMCMV, observou-se que ela segue os indicativos da Caixa. A instituição é um importante filtro das ações públicas e aplica práticas gerenciais de mercado e competição imobiliária, beneficiando a cadeia produtiva privada, distorcendo o atendimento do déficit habitacional. Assim, há uma deformação da proposta inicial do PMCMV ao passar os eixos de decisões por uma instituição pública, porém com algumas características de instituição privada. A Caixa produz indicadores inflados visando justificar a suas ações mercadológicas. No contexto neoliberal, inflam-se os indicadores para justificar políticas sociais altamente rentáveis para a cadeia produtiva privada, não priorizando o foco no atendimento às classes menos favorecidas.



Bibliografia

- AMORE, C. S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; ENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PMCMV. Outubro, 2017. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/InformativoAvaliacaoPoliticPublicasPMCMV_WEB.pdf. Acessado em: 16/11/2017.
- BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **Lua Nova**, nº 45, p.50-95, 1998.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demanda habitacional no Brasil**. Caixa Econômica Federal, Brasília, 2012.
- CARVALHO, H. A. O. **A Caixa Econômica Federal como agente da política habitacional**: um estudo a partir do PAC e PMCMV em Carapicuíba. 2015, 200 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015.
- DONZELOT, J. **La invención de lo social**: ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas. [1984] Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 2007.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2009**. Centro de Estatística e Informações, Belo Horizonte, 2012.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016.
- FURTADO, B. A.; NETO, V. C. L.; KRAUSE, C. **Nº1 Estimativas do déficit habitacional brasileiro: (2007-2011) por municípios (2010)**, IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.
- GEORGES, I. P. H ; RIZEK, C. S. CEBALLOS, M. As políticas sociais brasileiras – o que há de novo?. In: **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014, p. 457-460.
- HIBOU, B. El delito económico y los modos neoliberales de gobierno: el ejemplo de la región mediterránea. In: **Revista Colombiana de Antropología**, vol. 51, n.1, 2015. P. 161-189.
- IVO, A. B. L. **Viver por um fio**: pobreza e política social. São Paulo: Annablume; Salvador:



CRH/UFBA, 2008.

LAUTIER, B. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. Tradução: RIZEK, C. S. In: **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014, p. 463-477.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. **Caderno CRH**. Salvador, v. 27, n. 72, set./dez., 2014, p. 531-546.

RUFINO, M. B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 51-72.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado:** a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

SINGER, A.; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do Lulismo:** a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.



Raízes fenomenológicas da sociologia da religião de Peter Berger

Phenomenological roots of Peter Berger's sociology of religion

Emmanuel Ramalho¹

Resumo

Há aspectos da teoria sociológica da religião de Peter Berger que são pouco investigados, um desses aspectos é sua raiz fenomenológica. Segundo Berger, sua principal referência nesse âmbito é o sociólogo austríaco Alfred Schütz, fundador da sociologia fenomenológica. E Schutz, por sua vez, se inspirou no método fenomenológico de Edmund Husserl. Assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar as raízes fenomenológicas da sociologia da religião de Peter Berger, partindo da investigação do método fenomenológico de Husserl, em seguida, examinando as contribuições deste para a formação da sociologia fenomenológica de Schutz e, por fim, como e em que medida essa produção teórica e metodológica chega a Berger e é utilizada para fundamentar sua sociologia da religião em fase inicial.

Palavras-chave: Método fenomenológico; teoria sociológica; religião.

Abstract

There are aspects of Peter Berger's sociological theory of religion that are little investigated, one of which is its phenomenological roots. According to Berger, his main reference in this field is the Austrian sociologist Alfred Schütz, founder of phenomenological sociology. And Schütz, for his part, was inspired by the phenomenological method of Edmund Husserl. Thus, the aim of this research is to analyze the phenomenological roots of Peter Berger's sociology of religion, starting from the investigation of the phenomenological method of Husserl, then examining its contributions to the formation of Schütz's phenomenological sociology and, finally, how e to what extent this theoretical and methodological production arrives to Berger and is used to substantiate the origins of his sociology of religion.

Keywords: Phenomenological method; sociological theory; religion.

1 Mestre em Sociologia e doutorando em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba. emmanuel.rsr@gmail.com



Introdução

O sociólogo austro-americano Peter Berger, autor de *A Construção Social da Realidade* – em parceria com Thomas Luckmann – e *O Dossel Sagrado*, é uma das referências mais expressivas da sociologia da religião contemporânea. Este tem contribuído nos debates de temas centrais da área, em particular, da secularização e dessecularização, estando de acordo com a primeira teoria até o fim da década de 1990 e, porém, defendido a teoria da dessecularização a partir de então (BERGER, 1999). Berger também contribuiu na formação de uma teoria da religião atual ao estar inserida nos modelos correntes das *novas sociologias* (CORCUFF, 1998) ou *novo movimento teórico* (ALEXANDER, 1988) ao articular micro e macrosociologia, não ignorando a importância da agência ou da estrutura, como era recorrente nas obras clássicas da sociologia da religião.

Por esses motivos, o próprio Berger pode ser hoje considerado um *clássico contemporâneo* dessa área de pesquisa. Portanto, a análise de suas obras, teorias e conceitos é necessária e se justifica. Contudo, há aspectos da teoria sociológica da religião de Berger que são pouco investigados ou até mesmo reconhecidos por aqueles que se debruçam em suas obras. Um desses aspectos é a raiz fenomenológica de sua teoria.

Em *A Construção Social da Realidade*, publicado em 1966, Berger e Luckmann (1991, p. 34, tradução nossa) afirmam que “O método que consideramos o mais adequado para esclarecer as bases do conhecimento na vida cotidiana é o da análise fenomenológica”. Por sua vez, em *O Dossel Sagrado*, de 1969, seu trabalho mais relevante e conhecido em sociologia da religião, ao discutir o papel da religião na construção dessa realidade investigada em *A Construção Social da Realidade*, a qual ele chama de *mundo* na obra de 1969, Berger (1985, p. 15) diz que “O termo ‘mundo’ é entendido aqui num sentido fenomenológico”.

Portanto, nota-se que a fenomenologia está nas bases da teoria sociológica da religião de Peter Berger e, assim, para compreender sua teoria, torna-se essencial analisar o que ele entende por fenomenologia e em quais autores se inspira para dar essa carga fenomenológica à sua pesquisa. O próprio Berger afirma em seus livros que sua referência nesse âmbito é o sociólogo austríaco Alfred Schutz, fundador da sociologia fenomenológica. E Schütz, por sua vez, se inspirou na fenomenologia do filósofo alemão Edmund Husserl.

Segundo Patrick Aspers (2010, p. 214), esse *caminho*, de Berger a Schutz e de Schutz a Husserl, é um dos primeiros e mais conhecidos caminhos para aqueles que partem da sociologia rumo à fenomenologia. Dessa forma, percorrer esse trajeto teórico e metodológico se justifica não só no propósito de descobrir as bases do pensamento de Berger, mas também por contribuir no entendimento de uma importante via de diálogo entre sociologia e filosofia, uma empreitada transdisciplinar que tem possibilitado perspectivas ricas e únicas da realidade social.

Assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar as raízes fenomenológicas da sociologia da religião de Peter Berger, partindo da investigação do método fenomenológico de Husserl, em seguida, examinando as contribuições deste para a formação da sociologia fenomenológica de Schutz e, por fim, como e em que medida essa produção teórica e metodológica chega a Berger e é utilizada para fundamentar sua primeira obra em sociologia da religião, *O Dossel Sagrado*. O método de pesquisa, por seu caráter puramente teórico, é bibliográfico.



Fenomenologia de Husserl

Edmund Husserl (2000, 2013), que queria, antes de tudo, clareza na apreensão do que é dado e experimentado dos fenômenos, ou seja, daquilo que se mostra, instituiu a fenomenologia como um método de crítica do conhecimento, uma *ciência das ciências*, um ponto de partida para a compreensão da realidade que não se baseie em pressuposições, como assim ele enxergava a ciência de sua época, a qual, segundo Husserl, em muito se fundamentava no que é dado de antemão, no que é visto como óbvio por si mesmo e, portanto, não questionado. Dessa forma, seria por meio da filosofia que a ciência chegaria, de fato, a uma *fundamentação absolutamente racional* após sua reforma completa proporcionada pelo método fenomenológico. O propósito da fenomenologia fica claro na definição abaixo fornecida pelo próprio Husserl (1971, p. 77, tradução nossa):

O termo “fenomenologia” designa duas coisas: um novo tipo de método descritivo que fez um grande avanço na filosofia na virada do século [XX], e uma ciência *a priori* derivada dela; uma ciência que se destina a fornecer o instrumento básico (*Organon*) para uma filosofia rigorosamente científica e, em sua consequente aplicação, para tornar possível uma reforma metódica de todas as ciências.

Como método descritivo, a fenomenologia busca uma descrição da experiência singular do sujeito, a mais completa possível, porém sem preencher a descrição com traços imaginados ou provenientes de experiências anteriores ou de outros indivíduos. Reconhece-se que não há descrição pura, completamente fiel ao fenômeno, porém, há o esforço para que seja o mais próximo disso, contemplando todas as dimensões da experiência, sejam essas sensoriais, emotivas, temporais ou cognitivas. E a descrição ocorre por meio de uma linguagem, no entanto, embora haja instâncias expressivas de linguagem como a pintura, a descrição da experiência na fenomenologia ocorre apenas por meio de categorias linguísticas articuladas. E, por último, embora esteja inserida neste método uma hermenêutica mínima em busca do sentido da experiência, o propósito compreensivo não faz do texto e da linguagem realidades únicas e últimas (DEPRAZ, 2008).

Além da ênfase descritiva, a fenomenologia de Husserl também se define – como já ficou relativamente claro nos comentários prévios – a um retorno à experiência do sujeito, rumo às *coisas mesmas*. Assim, ao invés do conhecimento por conceitos previamente estabelecidos, somente aquele provado pela experiência do sujeito. Contudo, essas experiências ocorrem no *mundo da vida* – *Lebenswelt* –, que é o mundo visto pela ciência, filosofia e o homem comum como predeterminado, já dado, natural, auto-evidente, concreto, óbvio ou real. É no mundo da vida que as experiências humanas acontecem. Correlata à noção de mundo da vida está a de *atitude natural* do homem comum, justamente ao vivenciar esse mundo como natural, não questionando sua realidade, pois só assim é possível viver de maneira pragmática, já que para realizar suas operações cotidianas é necessário assentar sua visão e ação no mundo em certezas, em um *chão firme*, sem incoerências ou contradições, longe do tipo de *clareza* a que busca Husserl (HUSSERL, 1970).

Contudo, àquele que busca atingir tal clareza, ou seja, eliminar todas as noções preconcebidas, Husserl fornece como ferramenta a redução fenomenológica. Segundo Natalie Depraz (2008, p. 34), a originalidade e elemento central da fenomenologia husserliana é seu método redutivo que se apresenta em três formas: a conversão reflexiva, que é uma redução psicológica; a variação ou redução eidética; e a *epoché* transcendental. É esta redução, o ato de *colocar entre parênteses* todo objeto, de não negar nem confirmar sua



existência, que possibilita a eliminação das pressuposições e leva à realidade clara dos objetos.

Antes de explicar a primeira redução, a conversão reflexiva, deve-se entender a relação da consciência humana com os objetos do mundo, ou seja, a experiência da consciência com o que percebe como mundo exterior à sua volta. Segundo Husserl (1971), consciência é sempre consciência de alguma coisa, a experiência está sempre direcionada a objetos, materiais ou ideais. Essa característica básica da consciência é chamada *intencionalidade*. Relacionado à dinâmica da consciência intencional se dá o nome de *noético* aos processos conscientes da experiência e *noemático* ao objeto experimentado na consciência.

Contudo, para se realizar a redução fenomenológica deve-se ir além da percepção exterior dos objetos e realizar um retorno a si mesmo através da reflexão desses objetos, possibilitando observá-los sem a interferência enganadora do mundo manifestado, tornando os objetos do mundo exterior em unidades de sentido do indivíduo consciente, sobrando após a exclusão da realidade externa apenas o ego – noético – e os objetos intencionados – noemático. A esse processo da consciência Husserl denominou conversão reflexiva e este se constitui de uma redução psicológica. “Assim, temos o primeiro nível de consciência que é o nível dos atos perceptivos, e um segundo nível de consciência que é o nível dos atos reflexivos” (BELLO, 2006, p. 33).

Husserl buscou ir além do exame das experiências subjetivas, afirmou também ser necessário compreender as experiências intersubjetivas, a de outros *eus* e da comunidade de indivíduos conscientes que formam uma sociedade. Husserl (1971, p. 79, tradução nossa), sobre a compreensão fenomenológica da intersubjetividade, diz:

A vida psíquica é acessível para nós não só através da auto-experiência, mas também através da experiência dos outros. Esta nova fonte de experiência nos oferece não só o que corresponde a nossa auto-experiência, mas também o que é novo, na medida em que, em termos de consciência e de experiência, estabelece as diferenças entre o eu e o outro, bem como as propriedades peculiares para a vida de uma comunidade. Com apenas este ponto surge a tarefa de também fazer fenomenologicamente compreensível a vida mental da comunidade, com todas as intencionalidades que pertencem a ela.

É nessa investigação fenomenológica do intersubjetivo, das experiências conscientes da vida social, que Schütz irá dedicar especial atenção. Apesar da sociologia schutziana não ir muito além da redução psicológica, é importante expor aqui as outras duas formas de redução elaboradas por Husserl.

Segundo Depraz (2008), o retorno decorrente da conversão reflexiva é incerto, efêmero e corre o risco de não ser compreendido além da experiência particularizante do indivíduo, portanto, ele é frágil para se obter a verdade. Dessa forma, realiza-se a segunda redução, a variação eidética, na qual se reduzem as formas internas que restaram da redução psicológica e buscam-se as “[...] essências de vivências que permanecem singulares e concretas sem, entretanto, serem particulares” (DEPRAZ, 2008, p. 37).

Por fim, a *epoché* transcendental suspende não só os objetos externos, a experiência, as vivências pontuais e locais, mas a própria consciência individual, a existência, a realidade, restando apenas a *estrutura suprema da consciência*. É após essa total aniquilação do mundo e do eu que é possível alcançar uma visão clara e verdadeira da realidade (*Ibid.*).



Para Helmut Wagner (1979, p. 3, tradução nossa), apesar de Schutz não ter sido o primeiro a articular sociologia e fenomenologia, ele “[...] foi o primeiro a fazê-lo de maneira sistemática e abrangente”. Para isso, Schütz utilizou da sociologia compreensiva de Max Weber e do método fenomenológico de Edmund Husserl, criando, assim, o que chamou de sociologia fenomenológica, o qual começa a se delinear na obra *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt – A construção significativa da realidade social* –, de 1932. Após a publicação dessa obra, Schütz conhece Husserl e passa a se corresponder com este frequentemente.

Antes de adentrar na obra de Schütz é necessário esclarecer que, como apontam vários comentadores de sua obra (HEAP; ROTH, 1973; ASPERS, 2010), apesar de ele trazer inúmeros elementos da fenomenologia, ele não alega fazer fenomenologia husserliana. Isso é perceptível quando Schütz afirma que o objeto e ponto de partida da sociologia fenomenológica é a experiência humana que olha o *mundo da vida* a partir da *atitude natural*, ou seja, ele está interessado justamente na dimensão da realidade humana que se baseia em preconceções, aquela a qual Husserl pretende colocar entre parênteses. Porém, apesar de ter a realidade social do homem comum sem reduções fenomenológicas como objeto de análise, o sociólogo, em sua análise deste mundo da vida, realiza uma redução. Contudo, também aqui há mais uma descontinuidade da metodologia husserliana: se faz somente a redução psicológica, não a eidética, nem a transcendental. E como já mencionado na sessão anterior, Schütz se interessa, em particular, pelo conceito de intersubjetividade e seus desenvolvimentos conceituais na obra de Husserl. No entanto, é nesse ponto que o sociólogo austríaco procurou ir além de Husserl (SCHÜTZ, 1979).

Apesar dessas descontinuidades, Schütz compartilha da visão do filósofo alemão de que todas as ciências se referem ao mundo como pressuposto, porém elas mesmas e seus instrumentos são dados desse mundo, portanto, elas precisam – e nisso também se incluem as ciências sociais – colocar entre parênteses suas noções basilares, seus métodos e teorias. Assim, Schütz (1979, p. 55-56) argumenta:

Todas as Ciências Sociais veem a intersubjetividade de pensamento e ação como pressuposto. Que existem as pessoas, que elas agem em função umas das outras, que é possível a comunicação através de símbolos e signos [...] são todas noções direta ou indiretamente fundamentais para o trabalho de todos os cientistas sociais. Estes últimos têm desenvolvido certos dispositivos metodológicos – quadros de referências, sistemas de tipos, métodos estatísticos – de modo a lidar com os fenômenos que esses termos sugerem. Mas os fenômenos em si são tomados como pressupostos.

E então questiona:

Mas o que é que faz com que o entendimento mútuo seja possível? [...] Os conceitos de significado, motivações, fins, atos, não se referem a um certo tipo de estrutura de consciência, a uma certa ordenação de todas as experiências num tempo interior, a alguma espécie de sedimentação? [...] Como posso, na minha posição de homem entre outros homens, ou como cientista social, encontrar um meio de abordar tudo isso, se não recorrer a um estoque de experiências já interpretadas, acumuladas e sedimentadas em minha própria vida consciente? (*Ibid.*, p. 56).



Schütz conclui que tais questionamentos necessitam análise filosófica, não podem ser explicadas pelas ciências sociais. E é aqui que a fenomenologia começa a contribuir com o saber sociológico, ao ir onde esta não alcança e dar-lhe as ferramentas metodológicas para que questione pressupostos até então não contestados.

Contudo, como mencionado, a redução de Schütz não vai além da psicologia fenomenológica, ele não busca a essência dos fenômenos, muito menos prossegue a uma *epoché* transcendental. Para Schütz, as tentativas fracassadas de Husserl em compreender o problema da intersubjetividade através da fenomenologia transcendental se explicavam porque esta deveria ser entendida como um dado do mundo da vida, assim, a intersubjetividade e o próprio mundo da vida devem ser vistos como ontologicamente pressupostos. A essa aparente contradição de Schütz - a de defender a redução de todos os instrumentos das ciências sociais, mas não reduzir o mundo da vida e a intersubjetividade - pode ser compreendida, talvez, pelo pragmatismo e empirismo de Schütz como sociólogo, que vê que o objeto de sua ciência, o social, pressupõe a existência de outros indivíduos; além disso, noções sociológicas essencialistas, como a que levaria uma redução eidética, já eram vistas como teoricamente problemáticas em sua época (HEAP; ROTH, 1973; HELMUT, 1979).

Concomitante à redução dos pressupostos das ciências sociais, embora limitada, o sociólogo fenomenológico deve partir para análise do mundo da vida em suas dimensões cognitivas e ativas. Como já explicado, o mundo da vida na concepção fenomenológica é onde ocorrem as experiências humanas, é onde indivíduos se relacionam com os outros, manipulam objetos, constroem o seu próprio mundo e assumem uma atitude natural de não questionar a realidade e a existência daqueles com quem se relacionam, dos objetos que manipulam, dos elementos fundamentais ao mundo que constroem. Entre suas análises do mundo da vida, Schütz dedicou especial atenção a essa postura pragmática da atitude natural e aos aspectos determinantes da conduta humana nessa realidade preconcebida (HELMUT, 1979).

Partindo da perspectiva microssociológica para analisar essa *herança* social percebida pelos indivíduos como já dada, Schütz busca compreender como as inúmeras experiências e interpretações subjetivas do mundo da vida levam à formação de uma interpretação comum, coletiva, social. É no conceito de intersubjetividade de Husserl que Schütz acredita estar a resposta. A vida em comunidade se torna fenomenologicamente acessível por meio da experiência do eu e do outro e do caráter intencional nas relações sociais.

Assim, no que Schütz denomina *ambiente de comunicação comum*, onde duas ou mais pessoas interagem e se intercomunicam em *situação face a face*, as experiências do outro se tornam disponíveis através da compreensão e consentimento mútuos em que o indivíduo vivencia a situação não só por si, mas também pelo outro, ou seja, subjetivamente e, agora, intersubjetivamente, no que Schütz chama de *experiência de Nós*, uma experiência compartilhada, mútua. Quando na interação face a face a consciência do eu se volta intencionalmente para o outro, reconhecendo sua existência e presença, ocorre a *orientação para o Tu* e quando este é correspondido por outro indivíduo surge o *relacionamento de Nós*, dando início ao mundo das relações sociais. Apesar de considerar as relações face a face como modelo para toda relação social, Schütz não ignorou as relações de comunicação e interação indiretas e, em conjunto, ambas constroem redes complexas de compartilhamento de experiências subjetivas e intersubjetivas que contribuem na distribuição social do conhecimento de forma relativamente ordenada e coesa (HELMUT, 1979).

Como o conhecimento é socialmente construído no mundo da vida pelos indivíduos e como a religião contribui na manutenção desse conhecimento intersubjetivo é uma preo-



cupação que tomou boa parte da carreira acadêmica de Peter Berger, como será visto a seguir.

Fenomenologia na sociologia da religião de Berger

Em *A Construção Social da Realidade*, Berger e Luckmann afirmam que o primeiro capítulo da obra é toda inspirada no pensamento de Schütz. Esse capítulo, segundo os autores, é um prolegômeno filosófico ao argumento central da teoria sociológica do conhecimento que eles pretendem ali expor. Eles iniciam a obra com a fenomenologia, pois consideram esta o melhor método para explicar os fundamentos do conhecimento da vida cotidiana, sendo este justamente o título do primeiro capítulo. Assim, eles declaram colocar entre parênteses, nessa sessão do livro, questões basilares que formam a sociologia do conhecimento para, então, remover esses parênteses nos capítulos seguintes.

Portanto, eles seguem a sociologia fenomenológica de Schütz ao colocar entre parênteses os instrumentos e noções sociológicas, porém não vão além de uma conversão reflexiva. Eles também estão interessados na realidade percebida como dada pelo o homem comum, na atitude natural do mundo da vida e como os indivíduos experimentam uns aos outros por meio da intersubjetividade. Da mesma maneira, eles afirmam ser a interação face a face a experiência mais importante do outro, pois há um intercâmbio contínuo de expressividades, estando a subjetividade de um acessível ao outro. E um dispositivo social comum para a apreensão do outro é a *tipificação*, as padronizações pressupostas de personalidade, etnicidade, profissão, interesses etc. que modelam a experiência intersubjetiva face a face (BERGER, LUCKMANN, 2003).

Contudo, a discussão teórica mais importante que os autores procuram delinear nesse primeiro capítulo são as bases do fenômeno dialético da construção da realidade social, o qual se desenvolve em três fases: externalização, objetivação e internalização. Assim, o primeiro capítulo, em sua análise das experiências subjetivas e intersubjetivas da humanidade, faz uma análise da externalização, a contínua produção humana individual, seja material ou ideal, sobre o mundo da vida através da imaginação e criatividade únicas do *homo sapiens*. A segunda fase, a objetivação, que ocorre por meio do processo de *institucionalização*, designa a autonomia desses produtos humanos exteriorizados em relação a seus criadores particulares, ou seja, ela ganha facticidade externa e coercitividade coletiva. Por exemplo, a linguagem, as leis, os valores, criações de indivíduos, fruto da consciência humana que, no entanto, logo passam a se confrontar, delimitar e controlar a vida humana. Porém, para que isso ocorra é preciso a última fase, a internalização, em que essa produção objetivada e transformada se reinsira nas consciências individuais no decorrer do processo de socialização. Em suma, o ser humano constrói a sociedade e a sociedade o constrói (BERGER, LUCKMANN, 2003).

No entanto, é necessário haver *conversa* entre essas três etapas. Por exemplo, para que o conteúdo objetivado seja internalizado e aceito socialmente, ele deve fazer sentido para os indivíduos, é necessário o que Berger e Luckmann chamam de *estrutura de plausibilidade*, a qual será fundamental no entendimento das funções da religião na sociedade. Após a construção social da realidade, deve-se mantê-la e protegê-la da anomia, tarefa que não é simples e exige mecanismos específicos para tal, como a *legitimação* e o *controle social*, os quais explicam porque o mundo e as coisas são o que são e coagem os membros da sociedade a aceitar essas explicações (*Ibid.*).

Na elaboração de sua sociologia da religião, Berger – agora não mais em companhia



de Luckmann – busca aplicar essa teoria sociológica elaborada em *A Construção Social da Realidade* ao entendimento do fenômeno religioso. E mais uma vez ele reafirma a abordagem fenomenológica como fundante a este propósito ao atestar, por exemplo, que ao investigar o papel da religião na construção do mundo, “O termo ‘mundo’ é entendido aqui num sentido fenomenológico, isto é, omitindo-se a questão do seu estatuto ontológico último” (BERGER, 1985, p. 15), ou ao dizer que “[...] um dos mais importantes ganhos de uma perspectiva sociológica é a sua reiterada redução das entidades hipostasiadas” (*Ibid*, p. 21).

Contudo, com relação ao que já foi exposto de contribuições fenomenológicas derivadas de Schütz e, por consequência, de Husserl, a teoria sociológica da religião elaborada por Berger não traz muitos elementos novos. Porém, há a integração de conceitos e noções de outros fenomenólogos, como Rudolf Otto, Mircea Eliade e Martin Heidegger.

Ao discutir sobre a função da religião na nominação do mundo, ou seja, de por uma ordem significativa à realidade a qual protege os indivíduos de uma comunidade de inúmeras tensões psicológicas que podem levar à anomia, Berger diz que esse aspecto defensor da ordem social se torna mais crítico nas situações marginais da vida de uma pessoa, “[...] isto é, as situações em que ele é levado até as proximidades ou para além dos limites da ordem que determina a sua rotina, a existência cotidiana [...] A situação marginal por excelência é, contudo, a morte” (BERGER, 1985, p. 35). A ideia de que a presença ou ameaça da morte de si ou do outro proporciona o maior questionamento dos pressupostos basilares da ordem social provém de Heidegger.

Por sua vez, Berger faz uso das noções de *cosmo* e *cosmização* e do esquema microcosmo/macrocosmo de Eliade para afirmar que a religião possui um dos mais significativos poderes nomizadores entre as instituições humanas, porque cosmiza o nomos, ou seja, legitima ontologicamente a ordem social significativa através da sua associação com o cosmo, a realidade suprema e eterna. Assim, os produtos da atividade humana transcendem a história e a própria humanidade, pois são um reflexo do divino, um reflexo microcômico do macrocosmo. Portanto, “A religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado” (BERGER, 1985, p. 38).

Esta definição de religião é inspirada, segundo Berger, no conceito do numinoso de Otto e nas tipologias hierofânicas de Eliade, como é visível no trecho a seguir:

Por sagrado entende-se aqui uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e, todavia relacionado com ele, que se acredita residir em certos objetos da experiência. Essa qualidade pode ser atribuída a objetos naturais e artificiais, a animais, ou a homens, ou às objetivações da cultura humana (*Ibid.*, p. 38).

Assim, o estabelecimento de um cosmos sagrado age de forma eficaz como elemento construtor e mantenedor da realidade social, fazendo da religião um dos empreendimentos mais notáveis do processo dialético de externalização, objetivação e internalização no mundo da vida.

Considerações finais

Dessa forma, respondendo como e em que medida a produção teórica fenomenológica de Schutz e Husserl se inserem nos primórdios da sociologia da religião de Peter



Berger, conclui-se que esta mantém as adaptações feitas por Schütz da fenomenologia de Husserl as quais são, o uso do método fenomenológico como ponto de partida para a investigação sociológica, a utilização predominante da redução psicológica, o interesse pela atitude natural do homem comum no mundo da vida e o caráter intersubjetivo da existência humana inerente às relações sociais. Contudo, verificou-se que além desse quadro teórico de influência husserliana, a sociologia da religião de Berger também integra conceitos tópicos de outros fenomenólogos, entre eles Mircea Eliade, Rudolf Otto e Martin Heidegger. Entre esses conceitos estão o de sagrado, cosmização e esquema microcosmo/macrocosmo, e a morte como situação marginal por excelência.

Como dito no início desse trabalho, apesar do caminho Husserl-Schutz-Berger ser o mais conhecido a ligar sociologia e fenomenologia, há outros que também merecem atenção. Por exemplo, James Heap e Philip Roth (1973) alegam que os trabalhos de William I. Thomas, George Herbert Mead, Charles Cooley e Max Weber podem ser considerados fenomenológicos em um sentido mais amplo, frouxo, pois fazem uso de uma perspectiva filosófica fenomenológica. Os trabalhos de Aaron Cicourel também podem ser incluídos nesse quadro, devido à influência de Husserl, Schütz e Maurice Merleau-Ponty. A etnometodologia de Harold Garfinkel também apresenta uma abordagem fenomenológica na sociologia.

Por fim, Patrick Aspers (2010) afirma que apesar de Heidegger não ter tanta influência nos intercâmbios entre fenomenologia e sociologia, ele afirma que esse seria um caminho melhor do que o que provém de Husserl, pois enquanto este parte de um ponto de vista não sociológico, as ideias de Heidegger possibilitam uma fundação *verdadeiramente* social da sociologia.



Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. The New Theoretical Movement. In SMELSER, Neil J. (org.) **Handbook of Sociology**. Newbury Park: Sage, 1988.
- ASPERS, Patrick. The Second Road to Phenomenological Sociology. **Society**, v. 47, n. 3, 2010, p. 214–219.
- BELLO, Angela Ales. **Introdução à fenomenologia**. Bauru: EDUSC, 2006.
- BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- _____. The Desecularization of the World: A global overview. In: BERGER, Peter (org.). **The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics**. Washington: Ethics and Public Policy Center, 1999.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CORCUFF, Philippe. **Las Nuevas Sociologías: Construcciones de la Realidad Social**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- DEPRAZ, Natalie. **Compreender Husserl**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HEAP, James L., ROTH, Philip A. On phenomenological sociology. **American Sociological Review**, v. 38, n. 3, 1973, p. 354-367.
- HUSSERL, Edmund. **The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology: An Introduction to Phenomenological Philosophy**. Evanston: Northwestern University Press, 1970.
- _____. “Phenomenology”, Edmund Husserl’s Article for the Encyclopaedia Britannica (1927). **Journal of the British Society for Phenomenology**, v. 2, n. 2, p. 77-90, 1971.
- _____. **A ideia da fenomenologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2000.
- _____. **Meditações Cartesianas e Conferências de Paris**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- SCHUTZ, Alfred. Bases da fenomenologia. In: WAGNER, Helmut. (Org). **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WAGNER, Helmut. Introdução. In: WAGNER, Helmut. (Org). **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.



Antropologia e sociologia das emoções no Brasil: uma resenha

Anthropology and sociology of emotions in Brazil: a review

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Da subjetividade às emoções: A antropologia e a sociologia das emoções no Brasil. Cadernos do GREM, nº 07, Recife: Bagaço, 2015.

Aristides Ariel Bernardo¹

A sociologia e a antropologia das emoções podem ser consideradas como ramos específicos da sociologia e da antropologia geral e da própria Ciência social em si, que leva em consideração a importância do entendimento da relação entre indivíduo portador de emoções, sociedade e cultura. Emoções essas vistas como uma teia de sentimentos gerados no processo intersubjetivo, engendrada como cultura objetiva e formas sociais, mas que também é expressa enquanto cultura subjetiva e conteúdos sociais (KOURY; BARBOSA, 2015).

A antropologia e a sociologia das emoções emergem enquanto campo de estudos autônomos no Brasil por volta da metade da década de 1990. Entretanto, mesmo que de forma pouco explícita, as emoções já ocupavam espaço nas obras de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta em suas análises sociais sobre a constituição de uma identidade brasileira (KOURY, 2009, 2014). Para os autores, no entanto, é Gilberto Velho que se destaca no rol de interessados na compreensão do Brasil enquanto especificidade analítica e pode ser considerado um precursor e até mesmo um pioneiro na análise das emoções, cultura e sociedade no Brasil.

Neste sentido, o livro *Da subjetividade às emoções: a antropologia e a sociologia das emoções no Brasil* têm como objetivo apresentar um pouco da trajetória de dois autores considerados significativos e pioneiros na emergência das emoções nas ciências sociais brasileiras, explorando o lugar das emoções como objeto de estudo da antropologia e da sociologia, a partir das obras desses dois autores, a saber: Gilberto Velho e Mauro Guilherme Pinheiro Koury.

Este livro foi escrito e organizado por Mauro Guilherme Pinheiro Koury, antropólogo e professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, e considerado um dos pioneiros no estudo e consolidação da antropologia e da sociologia das emoções no Brasil, coordenador do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (GREM), fundado em 1994 e Raoni Borges Barbosa Mestre em

1 Graduado do curso de Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí - MS (UFMS-CPNV), e graduando do curso de Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Federal da Paraíba, Campus I (UFPB I).



Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba e doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco e membro do GREM.

O livro está dividido em dois grandes capítulos mais uma introdução. O primeiro capítulo, *Gilberto Velho: um precursor da Antropologia das emoções no Brasil*, escrito por Mauro Koury, aborda a vida e obra de Gilberto Velho, tentando compreender o percurso analítico deste autor e o porquê dele ser considerado um dos precursores e pioneiros na análise contemporânea das emoções na academia brasileira, buscando entender como esse autor lida com as relações entre as emoções, cultura e sociedade no país. Já o segundo capítulo, *Koury: uma história das emoções*, escrito por Raoni Barbosa, é um ensaio sobre a emergência da antropologia e da sociologia das emoções no Brasil e o papel de Mauro Guilherme Pinheiro Koury na luta pela sua consolidação e ampliação dessa área no país. Este capítulo busca assim, explorar as obras antropológicas de Koury, os principais conceitos utilizados pelo autor em sua trajetória intelectual, percurso analítico e principais influências.

Nesse sentido, o livro propõe uma leitura do desenvolvimento do campo e dos estudos das emoções na sociologia e antropologia por meio desses dois autores, que por sua vez percebem a importância de se estudar as emoções como elemento fundamental para a compreensão da relação entre indivíduo, cultura e sociedade nas sociedades complexas contemporâneas, percebendo a relação constante entre cultura subjetiva e cultura objetiva na construção da realidade social.

Gilberto Velho teria enfatizado a cultura emocional, principalmente a das classes médias, no Brasil urbano contemporâneo, principalmente o carioca da zona sul da cidade, dando ênfase aos modos de vida e os comportamentos urbanos, os arranjos familiares, amizade, desculpas, acusações, desvio e projetos de vida individualista em contraste com projetos coletivos. Seu trabalho foi inovador no Brasil por dar abertura à antropologia estudar as sociedades complexas próximas ao próprio pesquisador.

Para Koury a dois conceitos de Velho que são fundamentais para a sociologia e antropologia em geral, e em especial a das emoções, que são os conceitos de *projeto* e de *campo de possibilidades*. Para ele, esse par conceitual da obra de Velho

[...] colocam em cena as relações entre os indivíduos e as formas de sociabilidade em uma cultura e em um social dados. Alocam também em cena as emoções, as escolhas e a formação de curvas de vida nas relações estabelecidas entre os indivíduos e a sociedade, [...]. (KOURY; BARBOSA, 2015, p.40).

Segundo destaca Koury, “a noção de *projeto* lida, assim, diretamente, com a dimensão do indivíduo enquanto sujeito emocional, que faz escolhas, que se organiza e traça caminhos, que consegue ou se frustra nesse caminhar projetado e vivido” (KOURY; BARBOSA, 2015, p.48). Já a noção de *campo de possibilidades* corresponderia ao espaço de formulação e implementação dos projetos individuais ou coletivos elaborados. Espaço esse, localizado “no interior de um processo sóciohistórico dado e com um grande potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura” (KOURY; BARBOSA, 2015, p.48).

Tais análises e percepções sobre as tensões ligadas à relação entre as formas de subjetividade e de objetividade na análise da cultura e do social, bem como, sobre a problemática das emoções e da cultura emocional urbana na contemporaneidade brasileira, no entanto, não leva Velho a analisar emoções específicas de forma centralizadora para o entendimento do social e do cultural, mas faz desse autor uma figura de extrema relevância para o entendimento das tensões relacionais entre indivíduo, cultura e sociedade.



Koury, por sua vez, busca compreender a emergência do indivíduo e de uma cultura emotiva individualista, voltando-se para a sociabilidade urbana e seus códigos de moralidade, sempre visando a tensão entre indivíduo e sociedade. Koury situa-se na tradição simbólica-interacionista da antropologia das emoções, tendo como principais referências teóricas autores como Simmel, Weber, Mead, Elias, Goffman, a Escola de Chicago e autores brasileiros como Velho, Da Matta e outros.

A obra de Koury, dessa forma, propõem uma microanálise do social, sem perder de vista os fenômenos intersubjetivos de uma cultura emocional dada em continua tensão entre indivíduos relacionais nela inseridos. Na visão de Koury, cabe ao estudioso assim, entender como se dá a gênese e a dinâmica da cultura emotiva a partir dos próprios atores sociais no contexto social relacional em que estão inseridos. A cultura emotiva pode ser percebida como “um repertório específico de conceitos simbólicos, linguísticos e comportamentais que orienta a ação social” (KOURY; BARBOSA, 2015, p.66), sempre pensada como uma construção social situada em um espaço-temporal dado. Nesse sentido, a análise de Koury se faz mediante a observação dos projetos sociais e individuais construídos em uma sociabilidade dada.

Para Koury vale a problemática da vida emocional de cada indivíduo social, que é por ele colocado como fundamental para o entendimento do social. Nesse sentido, numa perspectiva simmeliana, Barbosa destaca que “a partir da compreensão da intersubjetividade se torna perceptível a singularidade de cada sujeito relacional, ou seja, da cultura subjetiva, dentro de uma sociabilidade histórica – da cultura objetiva” (KOURY; BARBOSA, 2015, p.67). Koury centra sua análise, portanto, na observação da ação social individual, na interação entre atores sociais, para tentar compreender o social dado ao qual esses atores estão inseridos.

As obras de Koury centra-se em discussões sobre emoções específicas como luto no Brasil contemporâneo, solidariedade e conflito, bem como confiança e desconfiança, amizade, medos e medos corriqueiros engendrados em relação com a emoção vergonha, percebido pelo autor como uma emoção central para o entendimento da subjetividade e objetividade na relação entre indivíduo e sociedade, da própria cultura emotiva e dos códigos de moralidade de uma sociabilidade concreta.

Este livro se apresenta como uma ferramenta de estudo fundamental para aqueles que querem se lançar em estudos sobre emoções dentro de uma perspectiva sociológica e antropológica por fornecer um panorama geral de formação desse campo no Brasil, bem como as principais análises e vertentes teóricas que fundamentam a sociologia e a antropologia das emoções no país. Permite-nos obter uma percepção das articulações analíticas entre emoções, indivíduo, cultura e sociedade como objetos de estudo presentes desde autores como Gilberto Velho à Mauro Koury, autores esses considerados fundamentais dentro de uma antropologia e sociologia das emoções no país.



Referências

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Emoções, cultura e sociedade**. Curitiba: RCV, 2009.

_____. **Estilos de vida e individualidade**: ensaios em antropologia e sociologia das emoções. Curitiba: Appris, 2014.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. **Da subjetividade às emoções**: A antropologia e a sociologia das emoções no Brasil. Cadernos do GREM, nº 07, Recife: Bagaço, 2015.